FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.116 SEGUNDA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2022 R$ 6,00

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), que tiveram em debate televisivo na noite de ontem seu primeiro confronto direto na disputa pela Presidência Fotos Marlene Bergamo/Folhapress

Bolsonaro insulta mulher em debate; Lula foge de corrupção

Atual presidente foi alvo principal de participantes; petista afaga Ciro Gomes, que refuta gesto

Que moral tu tem pra falar de mim, ô ex-presidiário?
Bolsonaro (PL)
dirigindo-se a Lula

Estou muito mais limpo do que ele
Lula (PT)
respondendo a Bolsonaro

Por que tanta raiva das mulheres?
Simone Tebet (MDB)
após ataque de Bolsonaro à jornalista Vera Magalhães

O primeiro confronto direto entre os dois candidatos mais bem colocados na corrida eleitoral ao Planalto, Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi sobre corrupção, no debate presidencial deste domingo (29).

Questionado por Bolsonaro acerca do tema, o petista se esquivou de responder.

O atual mandatário foi o principal alvo dos demais candidatos, organizado em pool por **Folha**, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura.

Atacado por Simone Tebet (MDB), o presidente mostrou irritação. Mais adiante, insultou a entrevistadora Vera Magalhães, da TV Cultura, ao ser indagado sobre vacinação, chamando-a de "vergonha para o jornalismo".

O episódio foi recordado pelos demais adversários ao longo do encontro.

Lula afagou Ciro Gomes (PDT), em resposta sobre um eventual apoio no segundo turno; o pedetista refutou o gesto. Política A6 e A7

***Análise* B. Boghossian**
Pressionado, presidente saca o antipetismo A7

Tebet foi a melhor, e Bolsonaro, o pior em pesquisa qualitativa A6

lei de cotas, 10 anos

Cota mantém nível de ensino, diz relatório

Relatório técnico do governo, que é refratário às cotas raciais, diz que o sistema mantém qualidade do ensino nas federais, informa **Paulo Saldaña**. A lei que instituiu o mecanismo faz dez anos hoje e está sob revisão. Especial p. 1

\+
Alcance da política afirmativa é objeto de debate Especial p. 6

A cotista Isabella Monteiro, de SP Zanone Fraissat/Folhapress

Esporte B4
Conheça mitos e verdades sobre as figurinhas do álbum da Copa do Mundo

Ilustrada C1
Amazon faz jogada bilionária na guerra do streaming com 'Os Anéis de Poder'

Folhainvest A14
'Fobia financeira' paralisa e pode fazer com que as dívidas aumentem

Empresário pagou a círculo do presidente durante lobby

Política A4

ENTREVISTAS DA 2ª

Marina Silva

Ambiente é 1º anel a ser entregue na disputa da política

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (Rede) é candidata a deputada federal por SP e quer fazer de um eventual mandato peça de resistência em favor do ambientalismo, seja qual for o governo. B6

Ricardo Salles

Não fiz mais por razões legais, por isso sou candidato

Ex-ministro do Meio Ambiente conhecido pela agenda antiambientalista marcada pelas "boiadas" visando facilitar exploração de terras, Ricardo Salles (PL) disputa uma vaga na Câmara por SP. B7

Exército de vigias fora da lei no Brasil é de 600 mil

O Brasil tem cerca de 600 mil pessoas, segundo contas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trabalhando em funções de vigilância privada de forma irregular. Somados aos que o fazem o serviço de forma legalizada, são 1,1 milhão nesse trabalho.

O contingente não legalizado, geralmente formado por policiais fazendo bico, é um problema para as autoridades. Cotidiano B1

EDITORIAIS A2

Candidatos a gastar
Sobre programas irrealistas de Lula e Bolsonaro.

Milícia na mira
A respeito de operação policial no Rio de Janeiro.

Aponte a câmera no código e baixe o novo app da Folha

ISSN 1414-5723

Ronaldo Lemos

Brasil vive uma real epidemia de roubo de senhas

Há uma epidemia de roubos de contas em redes sociais. Um método comum usa link enviado pelo WhatsApp. Outro vetor é relacionado às teles: o bandido procura a companhia com dados do celular roubado e acessa todas suas contas. Mercado A20

Mercado e governo diferem sobre PIB precocemente
Mercado A17

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Candidatos a gastar

Lula e Bolsonaro prometem mais despesa pública, o que eleva o risco de uma crise de confiança

Como é de esperar em períodos eleitorais, proliferam as promessas dos candidatos em favor de mais gastos públicos. Tal postura se torna mais temerária no contexto atual de fragilidade do Orçamento da União, que exigirá do próximo governo prudência e boas escolhas.

A julgar pelos programas dos dois candidatos líderes nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) não estão preocupados com restrições fiscais.

O que se observa é um alinhamento em torno da perigosa tese de que o Orçamento atual é insuficiente e demanda uma ampla flexibilização —ou mesmo o abandono do teto de gastos inscrito na Constituição, ainda a principal regra a conferir alguma disciplina na gestão das finanças federais.

Bolsonaro promete corrigir a tabela do Imposto de Renda, manter o Auxílio Brasil em R$ 600 mensais de forma permanente e cortar mais impostos, sem considerar que tal conduta levará a maior crescimento da dívida pública.

Já Lula advoga abandonar o teto para ampliar despesas sociais e investimentos públicos, além de retomar o estatismo e as políticas setoriais que caracterizaram as gestões petistas. A esquerda, em geral, continua a ignorar que o melhor meio de não depender dos famigerados rentistas é não fazer dívida.

Um estudo mais cuidadoso dos números evidencia os riscos de tais propostas. Segundo pesquisadores do Ibre, da Fundação Getulio Vargas, o rombo orçamentário potencial em 2023 pode chegar a R$ 423 bilhões, cerca de 5% do Produto Interno Bruto.

Nesta conta estão uma infinidade de riscos para o Tesouro Nacional. Entre eles, a prorrogação do Auxílio Brasil nos moldes atuais, prováveis reajustes salariais para o funcionalismo e a revisão de despesas discricionárias, em princípio para aumentar investimentos.

Também entram no cálculo a permanência das desonerações de impostos, custos com governos regionais, como a suspensão do pagamento de dívidas com a União, a prometida correção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, maiores despesas com juros e dívidas judiciais (precatórios).

Diante de todas essas pressões, ganha adeptos a ideia de uma espécie de permissão para gastar no próximo ano, enquanto se discute uma nova regra fiscal. O perigo desse caminho é que promessas de austeridade futura carregam cada vez menos credibilidade, menos ainda com a taxa básica de juros já fixada em 13,75% anuais.

É preciso, ao contrário, sinalizar que não haverá irresponsabilidade. Foco nas despesas sociais, revisão de emendas parlamentares para abrir espaço a investimentos, uma reforma tributária que reduza incertezas do lado da arrecadação fazem parte do receituário.

O novo governo precisará organizar com rapidez uma agenda complexa, e os candidatos deveriam apresentar suas prioridades econômicas e soluções convincentes ainda na campanha eleitoral. Do contrário, o próximo presidente, qualquer que seja, correrá o risco de assumir o Planalto em meio a uma crise de confiança já instalada.

Milícia na mira

Organização criminosa no Rio é alvo de operação incomum baseada em inteligência policial

Na manhã de quinta-feira (25), a milícia do Rio de Janeiro foi alvo de mandados de prisão e de busca e apreensão contra membros do grupo chefiado por Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho —considerado o maior do estado, com atuação na zona oeste da capital e na Baixada Fluminense.

Cerca de 120 agentes participaram da operação liderada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e pela Polícia Federal. É incomum que ações deste porte sejam direcionadas contra grupos milicianos, e a arma seja a inteligência policial.

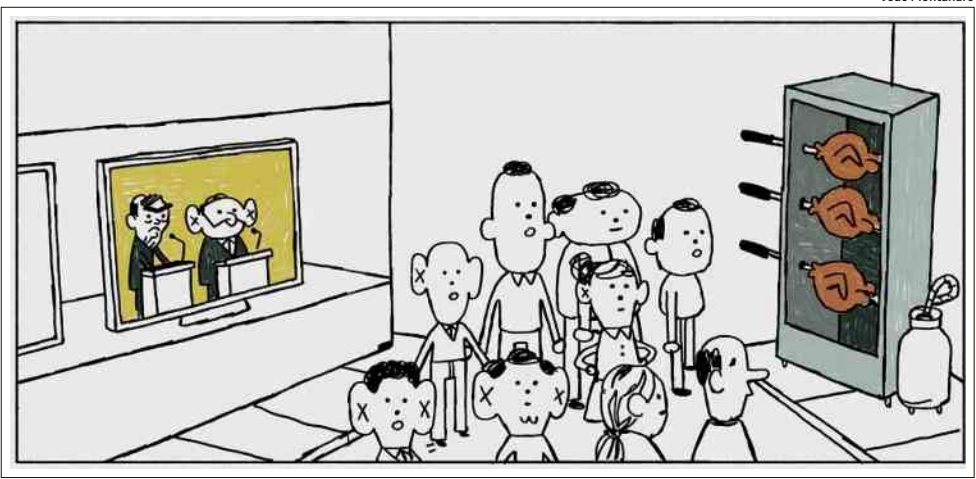
Ao menos oito pessoas foram presas, em meio a 23 mandados de prisão temporária expedidos pela vara fluminense especializada em combate ao crime organizado. Entre elas está Geovane da Silva Mota, o GG, segundo na hierarquia do grupo de Zinho. Mota estava num hotel de luxo em Gramado (RS); o líder não foi encontrado.

Mais importante é a possibilidade de essas detenções contribuírem para que sejam detalhados a estrutura e o modo de operação dos milicianos. Segundo os responsáveis pela apuração, a organização pratica "matança generalizada" de seus opositores, mantendo um setor de inteligência com os dados pessoais de seus alvos.

Desde que o irmão de Zinho, Wellington da Silva Braga, o Ecko, foi morto pela polícia, o conflito entre milicianos se intensificou no Rio. O grupo rival é liderado por Danilo Dias Lima, o Tandera, que tem sido objeto de operações mais frequentes da Polícia Civil fluminense.

Em 20 de agosto, quatro suspeitos de serem milicianos foram mortes em Nova Iguaçu. Na terça (23), policiais apreenderam um veículo atribuído à mesma organização.

O desmantelamento dessas redes também passa por investigar os laços de corrupção que sustentam a milícia dentro das próprias polícias, bem como bloquear as fontes de recursos ilegais.

Operações com base em inteligência tendem a ser mais bem-sucedidas nessa tarefa do que ações espetaculosas que não raro terminam com a morte de inocentes.

O STF olha para o abismo

Lygia Maria

Alexandre de Moraes autorizou mandados de busca e apreensão contra empresários que defenderam um golpe de Estado em um grupo de mensagens privadas. Além disso, decretou bloqueio das redes sociais dos investigados. Segundo apuração da **Folha** até agora, o ministro do STF atendeu a um pedido da PF que tinha como base apenas a reportagem que vazou as mensagens.

Toda lei criminalizadora pretende proteger um bem jurídico. A lei supostamente infringida é o artigo 359-L do Código Penal: "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito". Logo, o bem jurídico é a democracia.

Ora, mas como dizer "Prefiro golpe do que a volta do PT" ataca esse bem jurídico? Trata-se de mera conjectura, opinião, que sequer foi publicizada. A lei é clara ao especificar o ato criminoso: é preciso "tentar", e "tentar com violência ou grave ameaça". Nada nas falas divulgadas se enquadra nessa especificação.

Os empresários podem ser investigados, mas bloquear as redes sociais já configura uma espécie de punição que infringe a liberdade de expressão. Afinal, nada sobre golpe foi dito nas redes sociais, e, se fosse dito, bastaria ordenar a exclusão de tais postagens. Ou seja, puniu-se um ato que sequer ocorreu, o que configura uma criminalização antecipada.

O que vemos, então, é uma infração do princípio da lesividade (uma conduta só pode ser criminalizada se afetar o bem jurídico) e do princípio da proporcionalidade (o Estado não pode ir além do necessário para proteger um bem jurídico). Esses princípios constituem a cláusula do devido processo legal, que visa controlar o poder punitivo estatal para evitar a privação arbitrária de direitos individuais (como a liberdade de expressão).

O caso lembra aquela máxima de Nietzsche: "Quando você olha muito tempo para o abismo, o abismo olha para você". Ou seja, ao tentar proteger o Estado Democrático de Direito a qualquer custo, acaba-se agindo como os que querem destruí-lo.

Uma voz das ruas

Ana Cristina Rosa

Na largada da campanha eleitoral à Presidência da República —incluídas as entrevistas no principal telejornal do país com os quatro candidatos mais bem colocados na pesquisa Datafolha de intenção de votos—, mais uma vez ninguém quis colocar o dedo na ferida mais antiga do Brasil.

Apesar de casos escandalosos e vexatórios de atentados a direitos humanos (em especial ao direito à vida) em decorrência da aparência física das pessoas se tornarem públicos diariamente, a pauta racial não mereceu destaque. Foi tratada com desimportância. É como se sente uma senhora preta e esquálida que pedia esmola num dos semáforos do Distrito Federal dia desses: "Tô aqui porque não sou ninguém, sou uma pessoa sem importância".

A um desavisado, pode parecer incrível, porém o fenótipo ainda é elemento determinante tanto da qualidade quanto da preservação da vida no Brasil de 2022.

Quem não soube da absolvição do PM que pisou no pescoço de uma mulher negra, que já estava rendida no chão, em Parelheiros, São Paulo? Ou da segunda detenção policial injusta do mesmo músico negro, no Rio de Janeiro, por conta de uma confusão de dados?

Vale registrar que, em suas propostas, três dos quatro candidatos que estão à frente nas pesquisas fazem menção a alguma ação afirmativa —como a manutenção das cotas nas universidades.

É evidente que a recuperação da economia é tema que se impõe e precisa de enorme atenção. Está entre as questões que mais afetam o dia a dia de todos. Sobretudo quando há milhões passando fome —mesmo que alguns se neguem a enxergar—, gente desempregada ou subempregada, sem teto, vivendo pelas ruas país afora, sem perspectiva de futuro.

O que não dá para compreender é como uma nação erguida a partir da escravização e do sacrifício de pessoas negras, desde sempre relegadas à própria sorte, pretende superar mazelas sem reconhecer e enfrentar o racismo estrutural que permeia a maioria de seus problemas crônicos.

A má samaritana

Giovana Madalosso

Quando o inverno chegou, uma vizinha bateu à minha porta pedindo cobertores para os moradores de rua. Convidei-a para entrar. Enquanto eu procurava uma manta, me contou que também andava arrecadando alimentos.

Juntei ao cobertor alguns quilos de feijão e fechei a porta encantada com a generosidade daquela mulher. O encanto durou sete dias. No domingo seguinte, encontrei com ela no elevador e, não sei bem como, começamos a falar de política.

Meu queixo rolou para dentro do fosso quando ela comentou que ia anular o voto. Como assim, logo ela que andava por aí arrancando feijões de quase desconhecidos? Pensei que não devia estar ouvindo direito, mas ela confirmou, alegando não haver escolha.

Cheguei a me perguntar se eu ou ela estávamos vivendo em uma realidade paralela. Aqui no inferno onde vivo, há um candidato que já acabou com a fome uma vez e, se eleito, promete fazer isso de novo. Há outro que propõe taxar a fortuna dos super-ricos, fazendo uma movimentação efetiva no sentido de distribuir renda e, com isso, esquentar pratos e bolsos.

Preferências eleitorais não são movidas por apenas um fator, mas se a fome de 33 milhões de pessoas dói no estômago dela, por que perder a chance de atenuar ou calar de vez esse ronco?

Fiquei me questionando se ela realmente quer alguma mudança. Se, como alguns maus samaritanos que existem por aí, ela não prefere que tudo siga como está, encastelando-se na sua torre de privilégios para decidir, por conta própria, o que dividir, em que quantidade e com quem. Para depois poder dizer: como sou bacana!

Não tive tempo de descobrir, porque ela logo saiu do elevador. É para ela e para outros samaritanos que escrevo essa coluna. Claro que todo gesto de caridade é louvável e bem-vindo —ainda mais nesse momento de tanto flagelo— mas mudar as coisas, a gente só muda votando.

Ditador ou bobo da corte?

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

"Bolsonaro não manda em nada", "é um bobo da corte", declarou o ex-presidente Lula, que o tem denunciado também como ameaça à democracia. O alerta sobre o ditador em potencial surgiu já na corrida presidencial de 2018. A dupla assertiva é um oxímoro: como poderia um bufão politicamente impotente ser simultaneamente um autocrata?

Um contra-argumento seria que alguns monarcas absolutos eram bufões; mas quem não cumprisse ordens perderia a cabeça. Pela mesma lógica, um Napoleão de hospício seria ditador: a realidade institucional e política efetiva não importaria. Regimes não se resumem à subjetividade dos atores; são moldados por fatores institucionais e políticos.

Para além da hipérbole retórica, a metamorfose do autocrata potencial em bobo da corte revela mais que o malogro de previsões que não se realizaram.

A imagem de um chefe do Executivo que não manda em nada sugere que é instrumento de outros atores. É o reverso de um imaginário processo de autocratização. Ao contrário do típico ditador latino americano, ele não imporia ao Congresso uma "ley habilitante" delegando-lhe poderes extraordinários; mas uma rainha da Inglaterra, instrumento impotente de maioria congressual.

A retórica da recusa da velha política durou 16 meses, o que não deveria constituir surpresa. Bolsonaro é hiperminoritário. Não logrou criar ou se aposar de um partido; sua agremiação tinha 10% das cadeiras da Câmara e ficou metade do mandato sem mandato, contando com o apoio de 3 governadores. Seu núcleo duro na opinião pública é de menos de 1/5 da população.

Orbán ou Trump, ao qual Bolsonaro é frequentemente comparado, desfrutaram de amplas maiorias unipartidárias. Os republicanos controlavam a Câmara dos Deputados de 2011 a 2019; e o Senado de 2015 a 2021. Sim, 94% do eleitorado republicano votou em Trump. Orbán contava com maiorias que lhe garantiam quórum inclusive para reformar a Constituição. Ao contrário de Bolsonaro, Trump contava com uma Suprema Corte alinhada com suas preferências.

Instituições independentes com alguma robustez constrangem o Executivo. Mais do que isso: chegam a deflagrar respostas hiperbólicas. Sua independência não significa invulnerabilidade. Mas o risco de captura de instituições de controle pelo Executivo tem deflagrado reação de seus corpos técnicos e custo político (do qual há exemplos no governo atual e no passado, como a reversão da indicação do ex-senador Gim Argello para ministro do TCU em abril de 2014).

A disputa em torno de ameaças imaginárias escamoteia o essencial: a discussão do modo de relacionamento do Executivo com o Congresso.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Ações para a primeira infância

Boas creches permitem que crianças desenvolvam suas funções cognitivas

Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo (MDB)

A Prefeitura de São Paulo tem avançado em várias frentes, nos mais variados setores. Mas um, em especial, mostra que temos caminhado a passos firmes e consistentes no rumo certo: a primeira infância.

Entre os avanços para essa faixa etária, um que me alegra profundamente diz respeito à criação de vagas em creche. E aí os números falam por si. Até 2016, a Prefeitura de São Paulo chegou a ter 80 mil crianças aguardando uma vaga. Hoje, pelo segundo ano consecutivo, não temos sequer uma criança que não tenha conseguido se matricular na cidade.

A importância da creche abrange múltiplos fatores. Não é apenas um lugar para deixar o filho para que a mãe possa trabalhar. Permite, por exemplo, que a criança tenha acesso à alimentação correta para o seu desenvolvimento, inclusive do cérebro, que vai definir funções cognitivas e até mesmo o caráter daquele futuro adulto. Há, ainda, a questão pedagógica, que vai nortear os rumos de aprendizado daquele estudante. E por aí vai.

Na área da saúde da primeira infância também temos avanços significativos. Realizamos recentemente a primeira cirurgia intrauterina na rede municipal, mesmo não cabendo ao município os atendimentos de alta complexidade. Tive a satisfação de poder acompanhar esse procedimento realizado ainda no quarto mês de gestação. Maior satisfação, contudo, veio com a notícia de que aquela criança nasceu perfeita, cinco meses depois.

Até 2016 tínhamos 20 hospitais na capital paulista. Hoje são 30. As UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) eram três, hoje são 23. Só no ano passado inauguramos 9. Ainda vamos fazer mais 15 UPAs até 2024. Conseguimos reduzir em 53% a gravidez de meninas de 14 anos para baixo, numa grande ação que mostra estarmos no caminho certo.

Nas últimas semanas incrementamos o Programa Mãe Paulistana, que presta atendimento às gestantes e, numa parceria inédita com a área da educação, chegamos ao ponto de permitir que a mãe, ainda com o bebê na barriga, escolha a creche em que quer matriculá-lo e reserve a sua vaga.

Tanto nos assuntos que dizem respeito à primeira infância como em todos os outros setores, uma obsessão desta gestão está na redução das desigualdades sociais. Vivemos numa cidade muito rica, de 12 milhões de habitantes, mas que 2 milhões deles estão classificados na linha da pobreza ou extrema pobreza. Isso não é aceitável e, para mudar esse quadro, só há um caminho: gerar autonomia e renda para todos.

> [...]
> Ainda há muito a ser feito. Realizamos recentemente o Censo das Crianças em Situação de Rua e chegamos ao inaceitável número de 3.759 menores [na cidade de São Paulo] vivendo nessas condições. Não vamos esconder essa realidade embaixo do tapete: vamos usá-la para nortear nossas políticas públicas

Para isso, não temos poupado esforços em dar oportunidades. No ano passado, a cidade criou 336 mil empregos formais. A segunda colocada na geração de vagas foi a cidade do Rio de Janeiro, com 82 mil. O Rio tem a metade da população de São Paulo. Ainda assim, geramos quatro vezes mais empregos.

Ainda temos 800 mil desempregados, 11,5% da população ativa, e muito precisa ser feito para reduzir essa marca. Para isso, temos que incentivar os investimentos e trabalhar forte e firme na desburocratização para facilitar o empreendedorismo. Estamos caminhando para ter um ambiente cada vez mais fértil para o empreendedorismo. Na área de microempreendedores individuais, chegamos a 1,12 milhão de MEIs na cidade. Em 2017 eram 444 mil. Desses atuais, 55% têm a titularidade de mulheres.

Esses avanços certamente vão se refletir nos indicadores sociais. Ainda há muito a ser feito. Realizamos recentemente o Censo das Crianças em Situação de Rua e chegamos ao inaceitável número de 3.759 menores vivendo nessas condições. Não vamos esconder essa realidade embaixo do tapete: vamos usá-la para nortear nossas políticas públicas.

É assim que se faz: com transparência e determinação para transformar. E para isso vamos nos valer das mais respeitadas parcerias, como, por exemplo, com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Juntos somos mais fortes para vislumbrarmos o horizonte onde queremos chegar.

Cuba e o Mais Médicos, 9 anos depois

Vê-se agora que fim injustificado trouxe efeitos dolorosos aos brasileiros

Pedro Monzón
Cônsul-geral de Cuba em São Paulo

O programa Mais Médicos, que se iniciou em 8 de julho de 2013, desempenhou um papel muito importante na promoção da saúde no Brasil. Seu propósito foi captar médicos no próprio país e no mundo para trabalhar nas zonas pobres e afastadas do país.

A participação cubana, até 2018, foi muito efetiva. Organizou-se sobre a base de um projeto de cooperação técnica entre a Organização Panamericana de Saúde e os ministérios de Saúde de Cuba e do Brasil. Teve a virtude de não constituir uma competição —os cubanos ocuparam postos não cobertos por médicos brasileiros ou estrangeiros.

É reconhecido em todo o Brasil que Cuba teve uma presença proeminente, fato confirmado com dados. Os médicos cubanos representavam 80% de todos os participantes do programa. Em cinco anos, o total do pessoal cubano da Saúde alcançou 20 mil colaboradores. No momento em que a iniciativa foi suspensa, havia mais de 8.000 médicos cubanos no Brasil. Os profissionais da ilha atenderam cerca de 113 mil pacientes em mais de 3.600 municípios, dos quais 700 tiveram serviços médicos pela primeira vez em sua história. Os cubanos cobriram um universo de cerca de 60 milhões de pessoas em zonas de pobreza extrema e, em particular, nos 34 distritos especiais indígenas.

Nos lugares em que trabalharam, todos os indicadores de saúde melhoraram ostensivamente, os índices de mortes foram reduzidos e evitou-se o sofrimento desnecessário por doenças curáveis.

O papel dos médicos cubanos foi reconhecido pela população, que sofreu muito com sua partida. Segundo investigação encomendada pelo Ministério da Saúde do Brasil à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 95% dos entrevistados confirmaram a alta consideração do povo brasileiro pelo trabalho dos médicos cubanos. Sempre foram distinguidos por seu profissionalismo, caráter amistoso e sua capacidade de se misturar com o povo.

> [...]
> No momento em que a iniciativa foi suspensa, havia mais de 8.000 médicos cubanos no Brasil. (...) Nos lugares em que trabalharam, todos os indicadores de saúde melhoraram ostensivamente, os índices de mortes foram reduzidos e evitou-se o sofrimento desnecessário por doenças curáveis

Tanto no Brasil como em outros países, assumiram muitos riscos de contágio de doenças perigosas. Tal conduta se explica pelo fato de que os médicos cubanos são educados sobre a base de valores e a concepção de que a saúde é direito humano, e o paciente não é mercadoria.

Não é algo excepcional: esse comportamento caracteriza toda a colaboração internacional de Cuba nas últimas seis décadas. Nesse período, mais de 605 mil médicos apoiaram mais de 170 nações, geralmente as mais pobres, nas quais atenderam comunidades humildes que habitam regiões intrincadas.

Com esses antecedentes, é obvio concluir que as causas que provocaram o fim da participação de Cuba no programa Mais Médicos foram completamente injustificadas —e o resultado, desnecessário e doloroso para os cidadãos brasileiros, que ficaram sem serviços médicos, precisamente nos prelúdios da pandemia.

Os povos do Brasil e de Cuba têm muito em comum e possibilidades infinitas de intercâmbio, tendo em conta nossas respectivas fortalezas. Por isso, estamos seguros de que, no futuro, serão criadas condições para empreender projetos fraternais nesta e em outras esferas.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Após privatização, hoje há praticamente um celular por habitante, e é usado em todos os lugares, como no metrô Danilo Verpa - 25.jul18/Folhapress

Privatização

"Privatizar é bom" (Editorial, 28/8) Nosso modelo de privatização não regula poder de mercado, prejudicando consumidores. O editorial não cita problemas óbvios pós privatização nas áreas de telefonia e energia, por exemplo. Temos problemas de qualidade de serviço, nossas tarifas são altas se comparadas às do exterior. Basta morar fora do Brasil e retornar para compreender como nosso consumidor sofre.
Cassio Vicinal (Goiânia, GO)

*

Privatizar é bom? Sim e não, pois há casos em que claramente não funcionou e o poder concedente não atua para cobrar o contrato ou foi leniente na confecção deste. Posso citar como exemplos o serviço de águas na Região dos Lagos no RJ e a Via Lagos no mesmo estado. No primeiro, o preço é o dobro do cobrado pela Sabesp na Grande São Paulo e, no segundo, só indo lá para entender como é caro e ruim.
Ricardo Candido de Araújo (Taboão da Serra, SP)

*

Finalmente, algo coerente da **Folha**. Geralmente, os críticos das privatizações são funcionários públicos e de estatais. Somente por interesse próprio, buscando manter seus privilégios, com os quais o povão jamais sonha. Todos acham que o Estado é um ente que deve absorver todos esses gastos. Sonhos e devaneios de pessoas que não querem o bem da nação.
Harry Rutzen Jr. (Blumenau, SC)

Elio Gaspari

"Lula precisa de um dublador" (Política, 28/8) As lentes de Gaspari estão embaciadas pelos apreços que nutre pelos membros da ditadura que o ajudaram em seus trabalho historiográfico. Acha que está acima do bem e do mal, expressando miradas que faltaram aos mais insuspeitos analistas antipetistas.
Ayer Campos (Brasília, DF)

*

A corrupção em escala industrial é a própria essência de nossas instituições republicanas, e sempre foi. É ingenuidade pensar que jamais foi diferente. Falou corretamente o parlamentar do centrão que disse que todos, não apenas este que ora nos desgoverna, são "tchutchucas" de seu grupo. Não esquecer q essas bolas de ferro também pesam no PSDB e no MDB de Tebet.
Marta Vainchenker (Florianópolis, SC)

Ricardo Salles

"Não fiz mais por razões legais, por isso quero ajudar na Câmara, diz Ricardo Salles", (Política, 28/8) Imagine se não fossem as "amarras legislativas", estaríamos a dizer hoje: era uma vez a Amazônia.
Jurema Nordeste (Guara, DF)

*

Como diria Manuel Bandeira, passa boi, passa boiada. Não examente nesse contexto.
Flavia Fonseca (São Paulo, SP)

*

Não existe nada mais incoerente e leviano do que bolsominions odiarem os jornais. Somente uma imprensa livre abre um espaço para ouvir um ser descompensado como este expressar a sua apologia à delinquência.
Hélio Cardoso (Mirassol, SP)

Janio de Freitas

"Ação contra empresários bolsonaristas ocorre sem os abusos de Moro e Deltan", (Política, 28/8) Janio, como sempre, arguto, lúcido, objetivo, brilhante! Não poupa ninguém, como deve ser o bom jornalismo. Obrigado!
José Padilha Siqueira Neto (São Paulo, SP)

*

Incrível a adesão à tese dos empresários pela imprensa em geral. Incluindo a **Folha**, que "deduziu" que a atitude de Moraes foi somente com base na reportagem.
Maria Luiza Portugal Gonçalves (Ribeirão Preto, SP)

*

Não há nada mais ignóbil que alguém, detendo espaço de mídia, uma concessão pública, dane-se a falar do que não faz a menor ideia do que seja. Janio trata de matéria jurídica à sombra de suas próprias razões partidárias (as piores do gênero, pois é petista enlouquecido).
Plínio Goes Filho (Maceió, AL)

Racismo

"Bateram no meu filho porque peguei o carrinho errado, diz nigeriano alvo de racismo em MS" (Cotidiano, 27/8) Lamentável. E pensar que uma parcela da população apoia este tipo de comportamento criminoso. Parabéns à família pela força para reagir.
Francielle Bonfim Beraldi (Presidente Prudente, SP)

*

Como eles tiveram coragem de bater numa criança? Que absurdo! Viver neste país não é fácil. Duzentos anos de independência, 132 de abolição, eles são idosos. É só fazer as contas e identificar a descendência e origem desses agressores. Não precisa de muita ginástica mental. Essa herança tem que acabar. Que bom que muitos não se calaram e evidenciaram os fatos. Essa ação dá esperança e mostra que essa estrutura está sendo rompida.
Luana Costa (São Paulo, SP)

Delegado morto em MT

"Delegado da PF é morto em operação contra madeireiros em MT", (Cotidiano, 28/8) Delegado atuando contra madeireiro morto por engano pela própria equipe, muito estranho. Ora são removidos via promoções, ora trocados, afastados quando incomodam, contrariam interesses, agora o fogo amigo entra no cardápio de quem insiste em cumprir o dever institucional. Lamentável.
Makoto Shimizu (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FOLHINHA (27.AGO, PÁG.C8) Diferentemente do que foi publicado, o dragão dos livros e filmes "O Hobbit" se chama Smaug, e não Smaud.

MUNDO (28.AGO, PÁG. A16) O republicano Ron DeSantis é governador da Flórida, não da Califórnia, como afirmou incorretamente a reportagem "Resistência a Trump teve veto a termo 'golpe' e a atos de rua, diz articulador" em parte dos exemplares.

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

No sapatinho

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber não pretende mudar seu estilo discreto ao assumir a presidência do tribunal. Deve continuar sem dar entrevistas, participar de palestras e frequentar jantares com autoridades de outros Poderes. Mas não vai abrir mão do papel institucional de defesa da corte e, quando julgar necessário, marcará posição no plenário, espaço que considera o adequado. Nas últimas semanas, tem se aconselhado com o ex-decano Celso de Mello.

SUSPENSE Rosa ainda não anunciou se seguirá relatora de quatro grandes processos: o que descriminaliza o aborto até a 12ª semana de gestação e os relativos à PEC dos Precatórios, ao orçamento secreto e ao indulto do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Caso os mantenha sob sua responsabilidade, indica que pretende pautá-los ainda na sua gestão.

NOVO NORMAL Ao contrário de outros órgãos que alegaram questões de segurança, o Tribunal de Contas da União e a Procuradoria Geral da República não vão dar ponto facultativo nas vésperas do 7 de setembro. Presidente do TCU, Bruno Dantas avalia adotar o teletrabalho como forma de resguardar a integridade dos servidores e manter a sessão.

CÉU DE BRIGADEIRO Já na PGR, a avaliação é de que não há necessidade de alterar o expediente, que vai transcorrer normalmente. O STF, a Câmara e o Senado optaram por liberar seus servidores na terça (6).

RSVP O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda avalia se participará do 7 de setembro em Brasília. O parlamentar afirmou a interlocutores que vai esperar para ver como estará o clima às vésperas do desfile e identificar se haverá uso político do evento conduzido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

ESCONDIDINHO Se houver indícios de que o chefe do Executivo pretende usar o ato como palanque, Pacheco não irá, mesmo estando em Brasília no dia. Ele ficará na capital porque há sessão do Senado no esforço concentrado prevista para a quinta-feira (8).

DIANTEIRA Embora esteja em segundo lugar nas pesquisas, Bolsonaro foi o presidenciável que mais despertou o interesse do internauta nos últimos sete dias: 49% das buscas sobre candidatos ao Planalto eram sobre ele. Os termos relacionados com aumento repentino foram "repercussão da entrevista" e "imitando paciente com falta de ar".

PLIM PLIM Já as buscas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) representaram 41% do total, segundo o Google Trends. Os termos relacionados em ascensão foram todos ligados à repercussão da entrevista no Jornal Nacional. Tocantins foi o estado que mais pesquisou sobre os dois.

O QUE É ISSO... Ex-aliados de Sergio Moro (União-PR), líderes do MBL (Movimento Brasil Livre) criticaram o ex-juiz e sua mulher, Rosângela (União-SP), por usarem o fundo eleitoral em sua campanha.

...COMPANHEIRO? Candidatos a senador pelo Paraná e à deputada federal por São Paulo, os dois foram alvos de postagens do ex-deputado estadual Arthur do Val, do vereador paulistano Rubinho Nunes e do deputado federal Kim Kataguiri. Todos pertencem ao mesmo partido, o União Brasil.

CARA NOVA A Prefeitura de São Paulo pretende concluir até quarta-feira (31) as obras no entorno do Museu do Ipiranga, a tempo da inauguração em 6 de setembro. As reformas incluem o "Monumento à Independência" e a "Casa do Grito", que ficam em área municipal. Estão sendo feitas melhorias nas edificações, acessibilidade e climatização.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

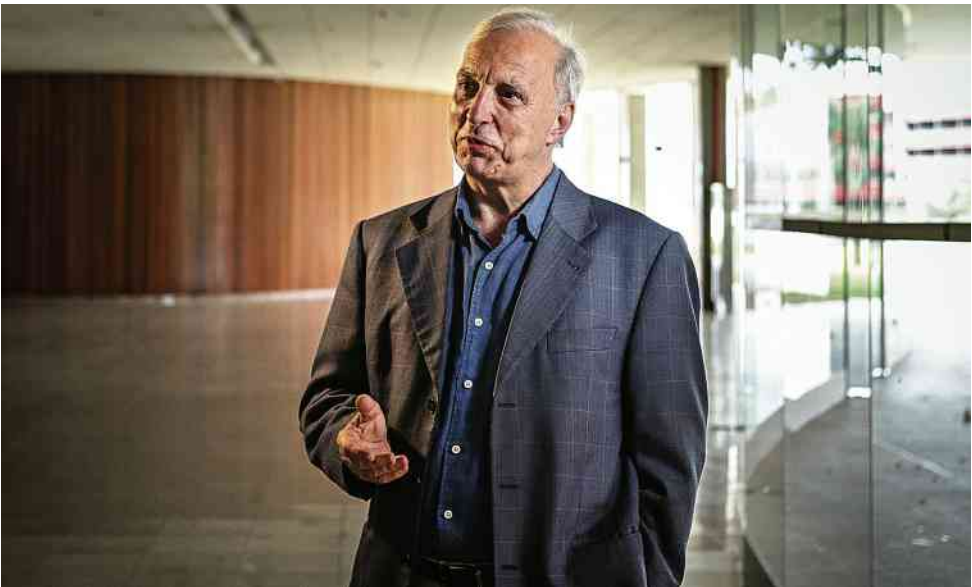
GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 827,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
349.464 exemplares (julho de 2022)

O advogado e empresário Luís Felipe Belmonte, aliado de Bolsonaro André Coelho - 22.jan.2020/Folhapress

Empresário pagou pessoas próximas a Bolsonaro em meio a lobby da mineração

Luis Belmonte repassou verba a filho, marqueteiro e advogada do presidente quando atuava para liberar atividade em terra indígena

Fabio Serapião e Ranier Bragon

BRASÍLIA O empresário Luis Felipe Belmonte atuava junto ao Palácio do Planalto para legalizar a mineração em terra indígena no mesmo período em que repassou valores a ao menos três pessoas do círculo próximo de Jair Bolsonaro, indicam mensagens em posse da Polícia Federal.

Belmonte é aliado do presidente da República e foi um dos principais responsáveis por tentar criar a Aliança pelo Brasil, partido bolsonarista que acabou naufragando.

Os movimentos do empresário pela exploração das terras indígenas estão registrados em conversas que constam no inquérito que investigou os atos antidemocráticos de abril de 2020. Belmonte foi alvo da PF e teve celular e computadores apreendidos.

Os diálogos, do final de 2018 ao primeiro semestre de 2020, revelam que ele atuava para atrair lideranças indígenas ao mesmo tempo em que investia junto ao Planalto na produção de um texto legal.

Na mesma época, mostram informações do inquérito, Belmonte se aproximou de pessoas próximas ao presidente e efetuou repasses de dinheiro.

Um dos beneficiados foi Jair Renan, filho de Bolsonaro, que recebeu R$ 9,5 mil em 2020 para reforma do escritório de sua empresa.

A advogada de Bolsonaro, Karina Kufa, também recebeu R$ 634 mil via seu escritório. A Sergio Lima —um dos marqueteiros da campanha de Bolsonaro à reeleição— e seu sócio, Walter Bifulco, foi destinado R$ 1,5 milhão via empresas de comunicação.

Em agosto de 2019, quando os repasses para Kufa e as empresas de comunicação já tinham sido feitos, Belmonte recebeu da mulher, a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), uma mensagem com críticas aos gastos com a empresa de comunicação.

Na resposta à mulher, o empresário cita Kufa e diz que o objetivo era se aproximar do Palácio do Planalto e viabilizar o "projeto dos indígenas".

"Projeto de comunicação: envolve três fatores, a) comunicação e imagem, propriamente dito; b) aproximação com o Planalto e viabilização do projeto dos indígenas. O Presidente já deu sinal verde e já fez comunicação pública. Estou trabalhando no caso com o governo e com a Karina, advogada pessoal dele; c) preparação do Portal."

Ele acrescenta: "Quanto aos indígenas, levei a proposta ao presidente. Foi pedido que eu prepare o decreto. Provavelmente ainda este ano começaremos a extração".

À **Folha** Belmonte disse que não há relação entre os pagamentos e a defesa da liberação de garimpo. Ele disse que nunca conversou com Bolsonaro sobre o tema e que só uma vez discutiu a proposta em uma reunião com o ministro Jorge Oliveira (então secretário-geral da Presidência, hoje no Tribunal de Contas da União).

O governo Bolsonaro atua para liberar a mineração nas terras indígenas desde o início do mandato e, em 2020, enviou o projeto de lei assinado pelos então ministros da Justiça, Sergio Moro, e Minas e Energia, Bento Albuquerque.

No início de 2022, houve aprovação de tramitação em regime de urgência, mas desde então o texto está parado.

Nas mensagens, Belmonte faz relatos de encontros para tratar do tema. Em 16 de agosto de 2019, diz que está sendo chamado ao Planalto e irá expor as suas estratégias. Dias depois, manda uma mensagem a uma pessoa de nome Samir: "Saindo agora de longas reuniões no Palácio do Planalto. A ideia de decreto para regulamentar à cata, faiscação e garimpagem está sendo muito bem recebida".

Belmonte também manteve conversas com líderes indígenas em que são citados pagamentos de pequenos valores. Um é Alvaro Tukano, que apoia a mineração no Alto Rio Negro, no Amazonas.

O indígena já acompanhou Bolsonaro em visita ao território Yanomami em maio de 2021. O vice-presidente Hamilton Mourão recebeu Tukano no Planalto. A foto do encontro foi enviada a Belmonte em 25 de setembro de 2019 pelo indígena. Um dia depois, Tukano manda outra mensagem: "Não se esqueça de alimentar minha conta bancária".

Em nota, Karina Kufa disse que chegou a receber proposta para atuar em processo para representar uma associação de mineradores em conjunto com Belmonte, mas que as tratativas não avançaram.

"O valor refere-se a repasse para a ICTS Provit para pagar uma auditoria contra o PSL", disse. Acrescentou não ter relação profissional ou política com Belmonte há anos.

Sergio Lima disse que Belmonte nunca tratou do assunto com ele. "Duvido que ele tenha tratado isso no Palácio. Ele nunca teve real aproximação lá, se frustrou."

Sobre os valores recebidos, ele diz ter explicado à PF que foram pagamentos a serviços prestados e para a criação de uma sociedade entre eles, que acabou não prosperando.

A **Folha** não conseguiu contato com a defesa de Jair Renan. Em manifestações anteriores, ela afirmou que o filho do presidente jamais pediu dinheiro ou atuou em nome de empresa no governo.

> **Quanto aos indígenas, levei a proposta ao presidente. Foi pedido que eu prepare o decreto. Provavelmente ainda este ano começaremos a extração**
>
> **Luis Felipe Belmonte** empresário, em mensagem que consta de inquérito

> **Não se esqueça de alimentar minha conta bancária**
>
> **Alvaro Tukano** liderança indígena, em mensagem que consta de inquérito

Belmonte nega relação entre projeto e pagamentos

OUTRO LADO

O empresário Luís Felipe Belmonte afirmou que os pagamentos que fez não têm relação com o projeto de mineração em terras indígenas.

Segundo ele, os repasses a Sergio Lima se referem a um empréstimo e à produção de um trabalho audiovisual.

Kufa, prossegue, recebeu por uma perícia judicial. Jair Renan teria recebido patrocínio em valores irrisórios se comparados a outros.

"O meu contato para viabilizar a questão de aperfeiçoamento da legislação foi na minha condição de suplente de senador. A gente estava trabalhando no Congresso uma solução para o assunto."

Belmonte indica ainda que a mensagem à mulher foi uma forma de abrandar a resistência dela. "Ela estava me cobrando umas coisas e eu estava querendo que ela simplesmente me deixasse resolver o que eu quisesse. Falei, Paula, deixa que eu estou fazendo meus contatos", disse.

Sobre pagamentos aos indígenas, disse que estava fazendo caridade e que os contratos assinados eram para atuação como advogado. "Entrei com ação para eles terem direito de fazerem a garimpagem."

O advogado disse que, em caso de legalização, ele negociaria novo contrato. "Na medida em que isso fosse legalizado, qual é o problema de ter interesse econômico em uma atividade legalizada?"

Moro e Oliveira não se manifestaram. A **Folha** não conseguiu falar com Bento Albuquerque nem com Tukano.

Lira concorre de novo com decisão provisória

Presidente da Câmara conseguiu em 2018 suspender efeito de uma condenação por improbidade; caso está no STJ

Ranier Bragon e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deve disputar a sua segunda eleição amparado em uma decisão provisória que obteve em 2018 e que está de pé há mais de quatro anos sem que a Justiça se posicione sobre a questão.

A Lei de Inelegibilidades estabelece que o julgamento desse tipo de caso deve ser prioritário, mas, desde o final de 2020, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) analisa, sem conclusão, um recurso especial apresentado pelo deputado.

Lira e outros parlamentares foram condenados pela Justiça de Alagoas em decorrência da Operação Taturana, da Polícia Federal, que investigou suposto esquema de desvio de recursos da Assembleia Legislativa. O hoje presidente da Câmara foi deputado estadual de 1999 a 2010.

Nessa ação, Lira foi condenado por pagar empréstimos pessoais com recursos de verba de gabinete e utilizar cheques emitidos da conta da Assembleia para garantir financiamentos também pessoais.

A acusação apresentada pelo Ministério Público trazia ainda outras suspeitas, como movimentação financeira atípica de R$ 9,5 milhões (em valores não corrigidos) e desconto na boca do caixa de cheques emitidos pela Assembleia em favor de servidores fantasmas e laranjas.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, que tentará reeleição Carla Carniel - 19.ago.2022/Reuters

A sentença condenatória afirma que Lira e os demais parlamentares tiveram "uma ânsia incontrolável por dilapidar o patrimônio público, corroeram as entranhas do Poder Legislativo Estadual, disseminando e institucionalizando a prática degenerada de corrupção, proselitismo e clientelismo".

Em 2016, o Tribunal de Justiça de Alagoas confirmou a condenação por improbidade administrativa, o que incluía determinação de ressarcimento de R$ 183 mil aos cofres públicos (em valores da época) e a suspensão dos direitos políticos por dez anos.

Dois anos depois, porém, o desembargador de Alagoas Celyrio Adamastor Tenório Accioly liberou a candidatura de Lira à reeleição ao conceder efeito suspensivo após recurso do deputado. O argumento foi o de que o parlamentar poderia sofrer "danos irreparáveis" caso fosse impedido de participar das eleições antes do julgamento final de seus recursos.

O Ministério Público recorreu, mas o STJ à época rejeitou rever a medida. Lira foi reeleito e, em 2020, coordenou o apoio do centrão a Jair Bolsonaro (PL) no Congresso, conseguindo se eleger presidente da Câmara em 2021.

Apesar de o efeito suspensivo ter sido concedido pelo desembargador do TJ-AL em abril de 2018, o recurso especial só chegou ao STJ, em Brasília, dois anos e meio depois, em dezembro de 2020. Passado um ano e oito meses, ainda não houve decisão do STJ.

A **Folha** procurou o ministro Og Fernandes, relator do recurso, mas a assessoria do tribunal disse que o caso tramita em segredo de Justiça. Procurado, o presidente da Câmara não se manifestou.

A pedido do próprio Lira, o STJ emitiu certificado sobre a tramitação do recurso, que foi anexado no pedido de registro de sua candidatura neste ano.

O ofício relata que, em novembro de 2021, Og Fernandes deu 15 dias para Lira e outras partes se manifestarem sobre o impacto em seus casos das mudanças da Lei de Improbidade. A decisão decorreu de aprovação pelo Congresso de projeto que abrandou a lei, encurtando prazos prescricionais e exigindo a comprovação de dolo, ou seja, da intenção de lesão à administração pública.

A mudança na Lei de Improbidade contou com a participação decisiva do próprio Lira. Dois meses depois da sanção do projeto por Bolsonaro, ele se manifestou ao STJ pedindo a anulação de sua condenação com base na nova lei.

Em agosto, o Supremo Tribunal Federal decidiu aplicar a lei a casos em trâmite na Justiça, mas sem retroagir a vigência dos prazos mais curtos de prescrição. Com isso, Lira pode se beneficiar da lei só se o STJ entender que na condenação não ficou provado que agiu com dolo.

Em seu atual pedido de registro de candidatura, Lira sofreu uma impugnação por sua ex-mulher, Jullyene Lins (MDB), também candidata a deputada federal.

Ela diz que o ex-marido pode estar inelegível em razão da condenação decorrente da Operação Taturana. A defesa do presidente da Câmara contestou a impugnação dizendo que Lins patrocina litigância de má-fé. Ainda não há decisão da Justiça Eleitoral.

O advogado Volgane Carvalho, membro da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), atribui parte da lentidão à falta de pessoal no STJ.

Luiz Fernando Casagrande Pereira, sócio-fundador do escritório Vernalha Pereira, lembra alteração legal que o Congresso fez em 2019 que facilitou a vida de políticos com problemas na Justiça. Antes, se a liminar obtida por Lira fosse julgada e derrubada após o registro, poderia ser invocada a inelegibilidade do presidente da Câmara.

"Se o candidato pedir o registro com liminar, não importa que ela caia depois. Isso significa que se hoje o STJ julgar e mantiver a condenação de Lira, não impacta mais no registro da candidatura para a eleição de 2022."

Cronologia do caso

2016
Arthur Lira é condenado em Alagoas por atos de improbidade administrativa

2018
Desembargador suspende efeitos da condenação e libera a candidatura de Lira a deputado federal

2020
Recurso de Lira chega ao STJ

2021
Lira é eleito presidente da Câmara. Em dezembro, pede a anulação da condenação com base na nova Lei de Improbidade

> A senhora é uma vergonha para o Senado, não vem com essa historinha de que eu ataco mulheres, de se vitimizar

Jair Bolsonaro (PL)

> Candidato Bolsonaro, por que tanta raiva das mulheres?

Simone Tebet (MDB)

> Eu espero que o Ciro, nessas eleições, não vá para Paris, que fique aqui no Brasil, que a gente sente para conversar

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

> O Lula é esse encantador de serpentes, vai na emoção das pessoas, cativa. [...] Não é pessoal

Ciro Gomes (PDT)

Candidatos durante debate promovido neste domingo (29) Andre Ribeiro/Futura Press/Folhapress

Bolsonaro vira alvo principal, e Lula se esquiva de corrupção

Presidente é criticado por insultar uma jornalista; petista afaga Ciro, que refuta

SÃO PAULO No primeiro debate presidencial na TV, Jair Bolsonaro (PL) se tornou o alvo preferencial dos demais candidatos. O atual chefe do Executivo, por sua vez, mirou em Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que se esquivou em pergunta sobre corrupção.

Bolsonaro se tornou alvo também de Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT), além de Lula. Houve ainda duelo entre Ciro e Lula.

O evento foi organizado em pool por **Folha**, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura, e teve início às 21h deste domingo (28). Lula e Bolsonaro foram os últimos a confirmar presença no evento —depois de dias de incertezas nas campanhas.

Segundo a última pesquisa Datafolha, divulgada neste mês, Lula lidera com 47% das intenções de voto, ante 32% de Bolsonaro e 7% de Ciro.

O presidente manteve a calma nos embates com rivais, mas se exaltou ao atacar a jornalista da TV Cultura Vera Magalhães. O tema das mulheres acabou dominando o debate.

Lula, ao ser questionado sobre se comprometer a indicar mulheres para metade de seu ministério, afirmou que não assumiria esse compromisso —enquanto Tebet declarou que assim o fará se eleita.

Ele afirmou que indicará "as pessoas que têm capacidade para assumir determinados cargos". "O que não dá é para assumir o compromisso numericamente. [...] Não vou assumir compromisso, porque se não for possível passarei por mentiroso", disse.

Logo em sua primeira resposta, Bolsonaro criticou o que chamou de ativismo judicial e defendeu seu indulto ao deputado Daniel Silveira. "Alguns ministros do STF querem a qualquer preço interferir no Poder Executivo", disse.

No primeiro embate direto entre candidatos, Bolsonaro perguntou a Lula se o petista queria voltar ao poder para continuar a corrupção na Petrobras. "Era preciso ser ele a me perguntar e sabia que essa pergunta viria", disse Lula. O petista citou medidas anticorrupção e de transparência do seu governo.

Bolsonaro replicou mencionando a delação de Antonio Palocci e disse que o governo Lula foi feito "a base de roubo". "Seu governo foi o mais corrupto da história do Brasil."

Lula rebateu afirmando que seu governo foi que gerou mais emprego, inclusão, investimento na educação e lucro para a Petrobras. Citou ainda o menor desmatamento na Amazônia e o assentamento de terras, num contraponto a Bolsonaro.

"O país que eu deixei é um país que o povo tem saudade", disse Lula, acusando Bolsonaro de "destruir o país" e "inventar números".

Lula e Bolsonaro voltaram a se enfrentar quando o tema foi o auxílio de R$ 600 —eles acusaram um ao outro de mentir e se comprometeram a manter o valor no ano que vem.

"A manutenção dos R$ 600 não está na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]. Existe uma mentira no ar", disse Lula. "O candidato adora citar números absurdos que nem ele acredita."

"Está no teu DNA, mentir e inventar números. [...] "Por que o PT não aumentou o Bolsa Família? Pagava uma miséria, porque só queria votos", retribuiu Bolsonaro.

Num momento tenso do debate, Bolsonaro atacou Vera Magalhães, que o questionou sobre vacinação. "Acho que você dorme pensando em mim, você não pode tomar partido num debate como esse. Você é uma vergonha para o jornalismo."

Tebet saiu em defesa da jornalista e também foi alvo de Bolsonaro. "A senhora é uma vergonha para o Senado, não vem com essa historinha de que eu ataco mulheres, de se vitimizar."

Em suas considerações finais, Lula afirmou se solidarizar com Simone e "com a jornalista que foi agredida".

Soraya Thronicke (União Brasil) foi outra a se solidarizar com Vera. "Quando vejo o que aconteceu com a Vera, eu realmente fico extremamente chateada. Quando homens são tchutchucas como outros homens, mas vêm para cima da gente sendo tigrão. Eu fico extremamente incomodada, fico brava", disse.

Ciro também repreendeu o trato de Bolsonaro a mulheres. O pedetista lembrou a fala da fraquejada, enquanto Bolsonaro lembrou que Ciro já disse que a função de sua mulher, que era Patrícia Pillar na época, era dormir com ele.

"Você corrompeu todas suas ex-esposas. Você corrompeu seus filhos, tendo prometido que ia acabar com a corrupção do PT", disse Ciro. "Você não tem coração", completou o pedetista, citando falas de Bolsonaro na pandemia.

Ciro, que voltou a apresentar a proposta de refinanciamento de dívidas, entrou em outro embate com Bolsonaro ao questioná-lo a respeito da fome, depois que o mandatário disse que não havia quem pedisse pão no Brasil.

Bolsonaro culpou a pandemia pela piora na economia e lembrou que reduziu o ICMS dos combustíveis, além de ampliar o valor do Bolsa Família ao criar o Auxílio Brasil. "Alguns passam fome, sim, mas não com número exagerado."

Ciro também duelou com Lula em pergunta sobre a união da esquerda. O petista iniciou a resposta afirmando respeitar o adversário. O pedetista, no entanto, afirmou que "Lula se deixou corromper" e atribui a agressividade do clima político também ao PT. Ele afirmou que o ex-presidente "é encantador de serpentes" e o responsabilizou por crise econômica.

"Você sabe que está dizendo inverdades a meu respeito. [...] Eu não fui para Paris [em 2018]. Eu fui absolvido nos 26 processos", rebateu Lula.

Tebet acabou sendo uma das principais críticas a Bolsonaro no debate. Ela questionou o presidente se ele tem raiva das mulheres.

Bolsonaro afirmou que as mulheres não devem ser defendidas só por serem mulheres e citou a primeira-dama Michelle Bolsonaro, a quem tem usado para atingir o eleitorado feminino.

"Me acusa sem prova nenhuma. [...] Fui o governo que mais sancionou leis pelas mulheres. [...] Não cola mais. [...] Chega de vitimismo, somos todos iguais", disse. "Faz política, fala coisa séria, não fica aqui fazendo mimimi", completou.

Tebet respondeu que Bolsonaro destila ódio e é uma fábrica de fake news.

"Não vi o presidente da República pegar a moto dele e entrar em um hospital para abraçar uma mãe", disse ela, lembrando sua participação na CPI da Covid e as suspeitas de corrupção com vacinas.

Lula perguntou a Tebet sobre a CPI da Covid, e ouviu da senadora que "houve corrupção, tentativa de comprar vacina superfaturada".

"A corrupção é fruto de governos passados. Esse governo teve corrupção, como lamentavelmente teve o governo de vossa excelência", emendou a emedebista em crítica ao PT.

Luiz Felipe d'Avila (Novo) afirmou que "não vive da política e nem de governo" e citou Romeu Zema (Novo), em Minas, como exemplo de governo. Ele defendeu "cortar desperdício da máquina pública" e afirmou que o "Estado caro e ineficiente atrapalha a vida de quem trabalha".

D'Avila disse a Lula parecer que o PT não gosta de empresários e do mercado —os dois, no entanto, concordaram a respeito da necessidade de preservar a Amazônia.

Em outra passagem, d'Avila afirmou ser um absurdo chamar o agronegócio de fascista, em crítica a Lula.

Carolina Linhares, Victoria Azevedo, Catia Seabra, Bruno B. Soraggi e Carlos Petrocilo

Dança das cadeiras

Após pedido da segurança das duas campanhas, Lula e Bolsonaro foram mudados de lugar para não ficar lado a lado no debate. Ciro reclamou. Apesar do pedido, Bolsonaro, ao chegar, disse que não se importava de ficar ao lado de Lula, mas não apertaria "mão de ladrão"

Aquecimento

Horas antes do debate, Bolsonaro fez campanha em um campeonato de jiu-jitsu no ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo. Ao entrar no local do evento, foi recebido aos gritos de "mito"

Dancinha

Ciro, último a entrar no estúdio para o debate, subiu dançando os últimos degraus da escada dos camarins e deu tchauzinho para os jornalistas e convidados que estavam no saguão

Briga nos bastidores

Durante fala sobre a Amazônia, André Janones (Avante) e o ex-ministro Ricardo Salles deram início a uma troca de ofensas no lounge da Band. Ambos ficaram cara a cara e colocaram o dedo em riste. Janones chamou Salles de miliciano, entre outras referências. E Salles devolvia com "caixa dois". Seguranças apartaram os mais exaltados

Muro

No intervalo do segundo bloco, seguranças fizeram um cordão separando as áreas onde convidados bolsonaristas e lulistas estavam sentados. Adrilles Jorge, candidato a deputado federal pelo PTB, classificou o momento como a divisão do Brasil Oriental e Brasil Ocidental

O que é

No debate, a pergunta "o que é feminista" teve alta de 800% nas buscas do Google. O Brasil ficou entre os cinco países que mais buscaram informações sobre o tema

Presidente vai pior e Tebet, melhor, afirmam eleitores

Simone Tebet (MDB) foi a mais bem avaliada, enquanto Jair Bolsonaro (PL) foi considerado o presidenciável com o pior desempenho no debate, segundo pesquisa qualitativa realizada pelo Datafolha com eleitores indecisos ou que pretendem votar em branco ou anular em outubro.

A emedebista foi a mais bem avaliada por 43% dos entrevistados. Já o presidente teve o pior desempenho para 51% dos participantes. Em segundo, aparece Lula, com 21%.

A pesquisa qualitativa do Datafolha ouviu 64 pessoas, que foram separadas em três salas virtuais enquanto assistiam ao debate. Elas avaliaram a performance dos candidatos nos três blocos e, ao fim, elegeram quem se saiu melhor.

Segundo a última pesquisa Datafolha, realizada de 16 a 18 de agosto, 6% dos eleitores têm intenção de votar em branco ou nulo em outubro e 2% ainda não sabem em quem votar.

A pesquisa do Datafolha deste domingo não é representativa da população brasileira e visa mostrar a percepção de eleitores indecisos sobre seu voto ou que pretendem votar em branco ou nulo em outubro.

A metodologia reuniu cerca de 30 eleitores não convictos dos três presidenciáveis mais bem posicionados nas pesquisas. São eleitores de Lula (PT), de Jair Bolsonaro (PL) e de Ciro Gomes (PDT). Além disso, foram incluídos eleitores indecisos de outros candidatos.

A amostra agregou homens e mulheres de 22 a 69 anos, moradores de todas as regiões, escolaridade variada, de ensino fundamental a superior e renda familiar mensal entre dois e 10 salários mínimos. Havia eleitores assalariados, autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, desempregados e estudantes.

Paula Soprana e Renata Galf

Debate expõe as fragilidades dos rivais sem mudar o jogo

Petista se enrola ao falar de corrupção; já presidente perde a linha com mulheres e economia

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO O antecipado debate entre presidenciáveis não destruiu nenhuma candidatura na pista para a eleição de outubro, mas demonstrou pontos de fragilidade a serem explorados pelos principais rivais da disputa, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Havia tensão no ar, além de um indisfarçável cheiro de antiguidade política. Lula parecia fora de forma, dado que seu último encontro do tipo havia sido contra seu atual vice, Geraldo Alckmin, seu adversário então tucano no longíquo 2006.

Fixou-se em falar do passado, o que seria algo natural. Mas assim perde a oportunidade de buscar os pontos que lhe faltam para uma vitória em primeiro turno, pescáveis apenas no lago dos eleitores centristas.

Pior, o petista enrolou-se acerca do tema da corrupção. Na entrevista concedida ao Jornal Nacional na semana passada, Lula havia ensaiado um mea culpa retórico, mas no debate apenas balbuciou fugir da pergunta.

E defendeu Dilma Rousseff (PT) e seu governo, derrubado no que Lula disse ter sido um golpe em 2016.

Novamente, aliena-se aí a classe média cujo antipetismo foi um dos motores da ascensão de Bolsonaro em 2018. Não é o mesmo fenômeno, claro, até porque Lula está à frente nas pesquisas, mas poderá ter impacto na primeira rodada.

Já Bolsonaro, que só participou de dois encontros do gênero antes da facada de 2018, encarnou o candidato de quatro anos atrás com a avalanche de frases lacradoras e a mitomania usual.

Falou para seus convertidos, mas também para as franjas: seu principal crescimento na mais recente pesquisa do Datafolha foi justamente na dita baixa classe média. Encaixou golpes para redes sociais, quando chamou Lula de mentiroso ou ex-presidiário, além de associá-lo a aliados na esquerda latina.

Poderia cantar uma vitória por pontos se não tivesse sido ele mesmo, agredindo verbalmente uma jornalista e sendo rude com as duas candidatas mulheres. Ele já enfrenta dificuldades no eleitorado feminino, e sua posição será cobrada.

Também foi mal ao lidar com o tema central desta campanha, a carestia. Enumerou dados sem a construção de uma mensagem central. Lula, por sua vez, curiosamente não insistiu no tema —coube a Ciro Gomes (PDT) lembrar que o presidente havia dito que não se passa fome no Brasil.

Ciro deu a Lula um mau momento, quando disse que ele havia se corrompido. Sua intenção de voto, abaixo dos 10%, atrapalha o petista atrás de um vitória direta.

Por fim, Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Felipe D'Ávila (Novo) ocuparam o papel lateral esperado, com maior destaque às candidatas na discussão sobre gênero.

AGÊNCIA LUPA | lupa@lupa.news

Candidatos erram sobre inflação, leis e educação

Na noite deste domingo (28), os principais candidatos à presidência participaram do primeiro debate da campanha eleitoral de 2022, realizado pela TV Bandeirantes, Folha, UOL e TV Cultura. A Lupa checou algumas das declarações dos candidatos, confira o resultado.

*

"[Nós fizemos] A lei contra a lavagem de dinheiro" **Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-presidente e candidato à Presidência da República, no debate realizado por TV Bandeirantes, Folha, TV Cultura e UOL no dia 28.ago.2022**

FALSO A Lei nº 9.613, que criou a figura jurídica da lavagem de dinheiro, foi sancionada em março de 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Ou seja, quatro anos antes de Lula assumir a presidência em 2002. Em 2012, depois de Lula deixar o Planalto, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou uma revisão dessa legislação com a Lei nº 12.683 de 2012.

"Quando cheguei na presidência, tinham 3,5 milhões de estudantes nas universidades" **Lula**

VERDADEIRO Em 2002, um ano antes de Lula assumir a presidência pela primeira vez, 3,4 milhões de pessoas estavam matriculadas em universidades no Brasil. Os dados são do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

"Quando eu saí da Presidência, tinham 8,5 milhões de pessoas na universidade" **Lula**

EXAGERADO Entre 2003 e 2010, período em que Lula foi presidente, o número de estudantes universitários quase dobrou, mas não chegou a 8,5 milhões.

Em 2010, último ano da gestão do petista, havia 6,3 milhões de estudantes matriculados.

O número de universitários chegou a 8 milhões em 2015, último ano completo de Dilma Rousseff (PT) na Presidência, e chegou próximo dos 8,5 milhões em 2018, já no último ano do mandato de Michel Temer (MDB). Naquele ano foram 8,45 milhões de matrículas.

"Foi o meu governo, contra o voto do PT na Câmara [que aprovou Auxílio Brasil de R$ 400]" **Jair Bolsonaro (PL), presidente e candidato à reeleição, no debate realizado por TV Bandeirantes, Folha, TV Cultura e UOL**

FALSO Os deputados do PT votaram favoravelmente à Medida Provisória nº 1.076/2021, que instituiu o valor mínimo de R$ 400 para o Auxílio Brasil —substituto do Bolsa Família.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados, o partido recomendou a aprovação da proposta e todos os parlamentares votaram a favor da medida.

Ao todo, 426 parlamentares participaram dessa votação. Na sessão realizada em 27 de abril, apenas os deputados federais do Novo votaram contra. Ao todo, a proposta teve 418 votos a favor da MP e 7 contra.

"A inflação do Brasil [em 2022] é uma das menores do mundo" **Bolsonaro**

FALSO Segundo relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tinha a quarta maior inflação entre os países do G20 em maio de 2022, atrás apenas da Turquia, Argentina e Rússia.

O levantamento analisou a inflação acumulada nos últimos 12 meses até maio de 2022 nas 20 maiores economias do mundo. No período, a inflação brasileira foi de 11,7%, superior à média dos países da OCDE (9,6%), do G20 (8,8%) e do G7 (7,5%).

"[A inflação no Brasil é] Menor até que a dos EUA" **Bolsonaro**

FALSO Em julho de 2022, o IPCA acumulado em 12 meses estava em 10,07%, mesmo com a deflação de 0,68% registrada no mês. Nos Estados Unidos, a inflação estava em 8,5%.

"Delatores devolveram R$ 6 bilhões [da Petrobras]" **Bolsonaro**

VERDADEIRO Até 2021, a Petrobras havia recuperado R$ 6 bilhões em acordos e delações. Os recursos foram devolvidos à empresa, que é considerada vítima nos crimes investigados pela Operação Lava Jato.

"O Ceará tem hoje a melhor educação pública do Brasil" **Ciro Gomes (PDT), ex-ministro e candidato à Presidência da República, no debate realizado por TV Bandeirantes, Folha, TV Cultura e UOL**

EXAGERADO A educação pública — federal, estadual e municipal — do Ceará só apareceu em primeiro lugar na última edição (2019) do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos finais do ensino fundamental (9º ano), empatada com São Paulo.

Nos outros dois ciclos, o estado foi superado por outras unidades da Federação. No primeiro ciclo do ensino fundamental, o Ceará está em terceiro lugar, e no ensino médio, em sexto.

Quando considerada apenas a rede estadual, o Ceará não ficou em primeiro lugar em nenhuma das séries analisadas.

"Uma em cada 3 mulheres no Brasil sofre algum tipo de violência dentro ou fora de casa" **Simone Tebet (MDB), senadora e candidata à Presidência da República, no debate realizado por TV Bandeirantes, Folha, TV Cultura e UOL**

EXAGERADO Segundo a 9ª edição da pesquisa "Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher", publicação do DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), 27% das brasileiras já passaram por alguma situação de violência doméstica ou familiar provocada por um homem.

O levantamento, publicado em 2021, entrevistou 3.000 brasileiras. Proporcionalmente, isso significa dizer que uma em cada quatro mulheres no Brasil já foi vítima de violência doméstica ou familiar — e não uma em cada três.

O dado citado pela senadora é próximo do que diz um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) feito com base em dados coletados ao redor do mundo de 2000 a 2018.

A pesquisa revelou que, em todo o mundo, uma em cada três mulheres no mundo já foi submetida a situações de violência física ou sexual.

VERDADEIRO A informação está comprovadamente correta. FALSO A informação está comprovadamente incorreta. VERDADEIRO, MAS A informação está correta, mas o leitor merece mais explicações

Público acompanha debate em telão do lado de fora da TV Bandeirantes Adriano Vizoni/Folhapress

Ricardo Salles e André Janones (de costas) brigam nos bastidores Mathilde Missioneiro/Folhapress

Retórica de mudança prevalece, e presidente foca antipetismo

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Cercado por uma retórica de mudança, Jair Bolsonaro (PL) direcionou o debate na TV para o terreno do antipetismo. Para amortecer críticas a seu governo, tentou reivindicar o monopólio do campo conservador e fragilizar seu principal adversário.

A dinâmica de qualquer eleição dá aos desafiantes um incentivo para lançar disparos contra os governantes. Não será diferente agora, quando até os candidatos nanicos usam os altos índices de rejeição a Bolsonaro como plataformas para ampliar sua exposição.

Foi isso que levou a uma sucessão de críticas ao atual governo e abriu caminho, por exemplo, para que a senadora Simone Tebet (MDB) dissesse, logo no início do programa, que era preciso "trocar o presidente da República".

O volume de declarações nesse sentido construiu um cenário que dificulta esforços de Bolsonaro para melhorar a avaliação do governo, criar uma sensação de bem-estar e convencer os eleitores de que ele merece mais um mandato.

O presidente fez as defesas de praxe, mas só conseguiu partir para o contra-ataque graças à sua principal arma política: a aposta no antipetismo. Ele sabe que não precisa brigar com nenhum outro candidato caso consiga ampliar os índices de rejeição a Lula (PT).

Bolsonaro teve algum sucesso nessa tarefa, em especial ao insistir na tentativa de colar no PT e no ex-presidente a imagem das suspeitas de corrupção em governos passados.

Lula preferiu tocar a bola de lado —perdendo a oportunidade de enfatizar suspeitas sobre o atual governo, como aquelas ligadas ao orçamento secreto.

A resposta do petista mostrou um esforço para deixar o assunto em segundo plano, o que não foi suficiente para que o petista sentisse algum prejuízo.

Por outro lado, Bolsonaro não ergueu defesas muito eficazes no debate sobre a economia. Levou o Auxílio Brasil ao debate como um amortecedor para os ataques dos rivais e buscou fragilizar a marca social comumente atribuída ao PT.

Além de repetir a promessa de manutenção do valor de R$ 600 do benefício, Bolsonaro tentou vincular os petistas a um cálculo puramente político nessa área —ainda que ele próprio só tenha articulado o aumento do Auxílio Brasil a poucos meses da eleição.

Bolsonaro precisou voltar ao terreno da corrupção e fustigar o rival, dizendo que basta não desviar dinheiro público para pagar benefícios sociais.

Os dois líderes nas pesquisas buscaram formular mensagens direcionadas a um público fiel, sem tanta chance de expandir consideravelmente sua adesão no eleitorado.

Lula só engatou o discurso com foco no eleitorado de baixa renda e na classe média na reta final. Já Bolsonaro repetiu bordões conservadores, inclusive quando se viu acuado em discussões sobre direitos das mulheres: tentou se vender como um defensor da família e um opositor ferrenho da legalização das drogas.

COMO CHEGAMOS AQUI?

Principal programa social do país, o Auxílio Brasil quebrou recordes no número de famílias atendidas e no valor da transferência de renda. O cenário para quem assumir o Planalto em 2023, no entanto, já deve ser diferente. A promessa de Jair Bolsonaro (PL) de pagar R$ 600 mensais a cada família termina em dezembro. Depois, o valor pode retornar ao patamar de R$ 400. Sem amparo de outras políticas, a transferência de renda tem efeito limitado no combate à pobreza.

FOLHA EXPLICA

OS NÓS DO BRASIL | PROGRAMAS SOCIAIS

Valor do Auxílio Brasil é desafio para próxima gestão federal

Especialistas criticam uso eleitoral do programa e defendem mais previsibilidade para famílias pobres

Programas sociais

Transferência de renda cresce no Brasil, mas estimativa de pobreza está defasada

*Valores corrigidos pela inflação.
Fonte: Ministérios da Economia, da Cidadania, do Desenvolvimento Regional, da Saúde, da Educação

Thiago Resende

Quantas famílias de baixa renda existem no país?
Segundo o Cadastro Único, que permite ao governo ter informações sobre a população que pode se encaixar em programas sociais, há 35 milhões de famílias de baixa renda no Brasil.

No início do mandato de Bolsonaro, eram 27,3 milhões. O aumento foi mais acentuado a partir de janeiro de 2021, quando havia 29 milhões de cadastros.

O Cadastro Único foi criado pelo governo federal, mas é gerido e atualizado pelas prefeituras. Quem se inscreve pode tentar participar de programas como Auxílio Brasil, Tarifa Social de Energia Elétrica e Casa Verde e Amarela.

Qual o principal programa social do governo federal?
No fim de 2021, Bolsonaro substituiu o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, que se tornou o carro chefe dos gastos na área social. O programa de transferência de renda seguiu o modelo do antecessor, cuja marca era associada à gestão petista.

O Auxílio Brasil transfere um benefício mensal para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O valor mínimo é de R$ 400, mas foi elevado para R$ 600 até o fim deste ano. A medida, aprovada pelo Congresso, foi vista como eleitoreira para tentar alavancar a campanha de Bolsonaro à reeleição.

Hoje, para receber o Auxílio Brasil, o Cadastro Único considera em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R$ 105 por membro da família —rendimentos entre R$ 105,01 e R$ 210 são classificados de situação de pobreza.

Se o cadastro for aprovado, a família depende de espaço no programa para receber o benefício. Quando o Auxílio Brasil não tem orçamento para atender mais famílias, começa a se formar uma fila –mesmo para quem comprovadamente se encaixa nas faixas de pobreza e extrema pobreza.

Essa espera chegou a ser zerada em janeiro e fevereiro, mas voltou a subir. Em junho, alcançou o patamar de 1 milhão de famílias.

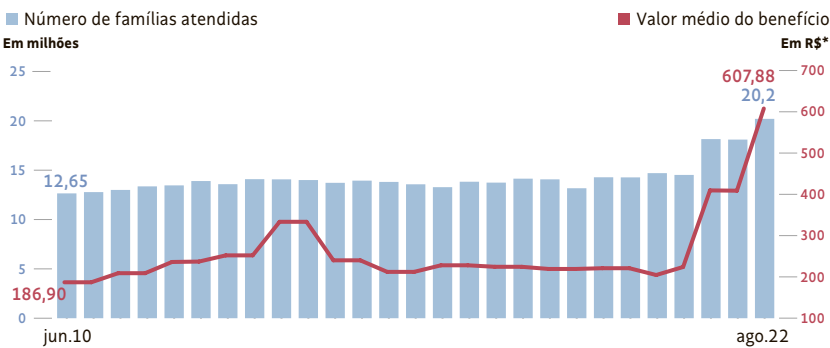
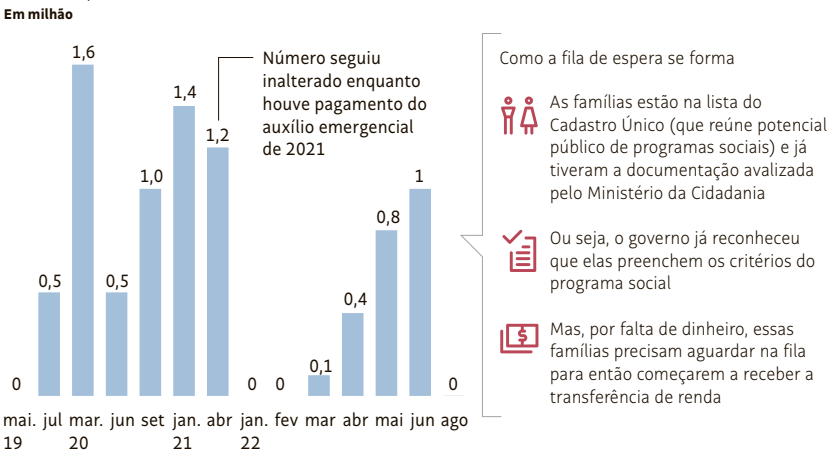
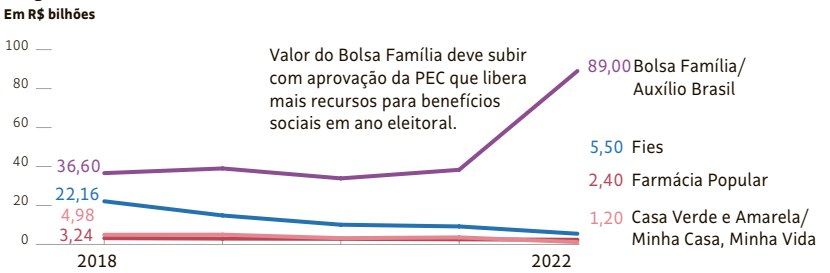
Em agosto o número de famílias atendidas subiu de 18 milhões para 20,2 milhões, e a fila de espera foi zerada. No início do governo Bolsonaro, eram 13,7 milhões de famílias atendidas.

Quais os desafios para o Auxílio Brasil em 2023?
Segundo as regras atuais, o valor do benefício deve retornar ao patamar de R$ 400, pois a promessa de R$ 600 está prevista para acabar em dezembro.

“Não adianta pagar um valor maior durante cinco meses e depois o benefício regredir. As famílias pobres precisam de estabilidade. Sem contar o efeito da inflação”, diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Hoje o patamar médio é de R$ 409,51, bem acima dos R$ 225 (corrigido pela inflação) pagos no fim do Bolsa Família.

A ampliação temporária do valor do benefício para, no mínimo, R$ 600 foi aprovada com apoio de PT, PDT, MDB e União Brasil —partidos que também estão na corrida presidencial.

Para manter o patamar de R$ 600, quem estiver no governo em 2023 enfrentará o desafio de encontrar espaço no Orçamento. Bolsonaro conseguiu atingir esse valor com despesas que ficarão livres da trava do teto de gastos —regra constitucional que impede o crescimento dos gastos públicos acima da inflação.

Especialistas dizem que uma queda brusca no valor da transferência de renda —de R$ 600 para R$ 400— representaria um revés no combate à pobreza. “Essa instabilidade associada ao ciclo político é prejudicial. Os estudos mostram que o nível de pobreza no país varia de acordo com o valor transferido”, afirma Neri.

Além disso, diz o diretor do FGV Social, um aumento apenas provisório no benefício pode incentivar famílias a se endividarem neste ano, o que tornaria a situação financeira ainda mais difícil em 2023.

O que pode ser ajustado no Auxílio Brasil?
Uma das principais críticas ao programa criado pelo governo Bolsonaro é a forma de cálculo do benefício às famílias pobres. No Bolsa Família, o valor transferido dependia do número de filhos e da faixa de renda de cada pessoa. No Auxílio Brasil, isso mudou.

Em julho, por exemplo, o benefício médio transferido ficou próximo de R$ 409 —o valor mínimo é de R$ 400. A crítica é que, entre as 18,3 milhões de famílias no programa, há quem precise de mais dinheiro do que outras.

“O programa dá o mesmo tratamento a famílias diferentes”, afirma Luciana de Souza Leão, professora assistente e pesquisadora da Universidade de Michigan, nos EUA. Para ela, o programa deveria voltar a considerar o tamanho das famílias e levar em conta os bens que cada uma delas tem. No caso de a família ter um imóvel, por exemplo, ela poderia receber uma renda menor do que a que não tem.

Como evitar o uso político dos programas?
A falta de regras para reajustes e atualizações nos critérios abre margem para uso político. Por isso, Leão sugere que os critérios e os valores dos benefícios sejam regulamentados. “O ideal é que tudo isso fosse regulamentado para que parem de brincar com as vidas das famílias pobres. Temos que ver essa política social como um direito à transferência de renda.”

Como está a situação das outras iniciativas sociais?
No governo Bolsonaro, a verba para habitação, saúde e educação da população mais pobre tem passado por sucessivos cortes. Vitrine criada pelo presidente na construção de moradias, o Casa Verde e Amarela tem neste ano o menor orçamento da iniciativa, e a entrega de casas populares caiu nos últimos anos. Os recursos para Farmácia Popular, programa que distribui remédios gratuitos ou com descontos à população de baixa renda, e o Fies, para estimular o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, também caíram.

Qual a principal dificuldade desses programas?
A falta de dinheiro está relacionada ao aperto no Orçamento. Devido ao teto de gastos, o governo tem sido pressionado pelo aumento nas despesas obrigatórias, como aposentadorias e salários. Dessa maneira, gastos não obrigatórios —caso dos programas sociais— ficam com menos recursos. As campanhas dos principais pré-candidatos à Presidência discutem uma revisão do teto de gastos para abrir margem aos gastos na área social.

“Muitos programas que o Brasil tinha foram desmontados. Podemos esperar que a transferência de renda vai solucionar todos os problemas da pobreza no Brasil? Não. Isso é o primeiro passo, mas precisa ser acompanhado de políticas que permitam a inserção dessas pessoas na sociedade”, diz Leão.

O que mudou no programa habitacional Casa Verde e Amarela?
Ao extinguir o Minha Casa, Minha Vida, o governo Bolsonaro acabou com as condições dadas à faixa 1 do programa criado pela gestão petista. Esse segmento era para famílias com renda bruta de até R$ 1.800 por mês (valor considerado em 2020) —elas poderiam assinar contratos com subsídio de até 90% do valor do imóvel, sem juros.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, avalia que a volta de subsídios para a população mais pobre seria uma mudança positiva, mas também defende soluções para problemas do antigo Minha Casa, Minha Vida.

“É muito importante ter esse foco na população que não tem condição de pagar pela casa. Mas, além do lado social, temos que olhar para o gasto público e para outras questões, como a qualidade e a localização dos empreendimentos”, diz.

Dilma cobra eleição de aliados para evitar novo impeachment

SÃO PAULO A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou que é preciso eleger aliados para o Congresso Nacional para impedir um novo processo de impeachment.

A petista discursou em evento de lançamento da candidatura do líder sem-teto Guilherme Boulos (PSOL) à Câmara neste domingo (28), em São Paulo. Fernando Haddad (PT), candidato ao governo do estado, também esteve presente.

Em sua fala, Dilma disse que é preciso que Boulos seja o candidato eleito com mais votos no estado.

“Quero dizer isso a vocês do fundo do coração como uma presidente que sofreu um processo de impeachment e que sabe que a herança maldita desse golpe é o governo Bolsonaro”, afirmou.

Dilma Rousseff com Fernando Haddad (à esq.) e Guilherme Boulos em evento em SP neste domingo (28) Danilo Verpa/Folhapress

O país sabe os crimes de Bolsonaro?

Falta de respostas institucionais reduziu impacto de mídia das denúncias

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Na última segunda-feira, Jair Bolsonaro deu sua entrevista de candidato ao Jornal Nacional. A uma certa altura, a jornalista Renata Vasconcellos perguntou se Bolsonaro se arrependia de ter imitado pacientes de Covid-19 em processo de asfixia.

O surpreendente foi que, assim que Vasconcellos falou do escândalo, as buscas por "Bolsonaro imita falta de ar" no Google dispararam. O comando da campanha de Bolsonaro ficou apavorado com a repercussão do escândalo.

Ficou a dúvida: até a entrevista, as pessoas não sabiam que Bolsonaro havia feito a imitação? Ela foi amplamente noticiada quando aconteceu.

No ano passado, dei uma palestra sobre a gestão da pandemia no Brasil. Citei duas análises estatísticas, feitas com dados revelados pela CPI da Covid: a estimativa de 95 mil pessoas mortas porque Bolsonaro não aceitou as ofertas de vacinas da Pfizer e do Instituto Butantan, feita pelo epidemiologista Pedro Hallal para a Folha*, e a análise da equipe de dados do jornal O Estado de S. Paulo que mostrou que cerca de 70 mil idosos morreram entre janeiro e maio de 2021 só pela recusa da oferta do Butantan.*

Essas análises foram publicadas por grandes jornais. O perfil do público da conferência era de universitários altamente qualificados, provavelmente contrários ao governo Bolsonaro. Mas um grande número deles me disse que não conhecia esses dados chocantes.

Como isso é possível?

Tenho uma hipótese: a falta de respostas institucionais aos crimes de Bolsonaro reduziu o impacto de mídia das denúncias.

No dia seguinte à denúncia de cada crime, não havia mais notícias —nenhuma CPI foi instalada e Aras matou as investigações; ou, quando houve CPI, o centrão protegeu Bolsonaro do impeachment. No final, cada crime ia sumindo conforme Bolsonaro cometia um crime novo.

Sem novas notícias, o tema ia parar nas colunas de opinião (como a minha), e fatos indiscutíveis pareciam se tornar "temas para debate". Nos telejornais, em especial, onde não há colunas de opinião, a notícia sumia.

O contraste com a repercussão dos escândalos do PT é notável: na segunda-feira tinha a denúncia, na terça tinha o pedido de CPI, na quarta caía o ministro, na sexta a CPI era implementada, tinha julgamento, tinha prisão. As instituições respondiam à denúncia, e o caso continuava na página de notícias do jornal e nos telejornais.

Além das estimativas sobre quantos brasileiros Bolsonaro matou durante a pandemia, há vários crimes do atual governo que o público não conhece porque as instituições deixaram a notícia morrer.

Quantas pessoas de fato sabem o que é o orçamento secreto, ou como ele se compara com outros escândalos de corrupção?

Se uma CPI tivesse sido instaurada, se deputados tivessem sido cassados, se Arthur Lira tivesse caído, todos saberiam. Mas nada disso aconteceu.

Esse mesmo mecanismo funcionou para acobertar o assassinato em massa cometido por Bolsonaro durante a pandemia, a renúncia inédita dos chefes das Forças Armadas em protesto contra o aparelhamento, a tentativa de golpe do 7 de Setembro de 2021, e, é claro, o desmonte dos mecanismos de combate à corrupção por Bolsonaro.

Resta torcer para que, como aconteceu na última segunda-feira, a campanha eleitoral exponha ao público os crimes de Bolsonaro que sumiram do debate porque ninguém fez nada para puni-los.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | **TER. Joel P. da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Ribeirinhos constroem casas às margens do rio Javari, em Atalaia do Norte (AM), onde foram assassinados Bruno Pereira e Dom Phillips João Laet - 22.jun.22/AFP

Sob Bolsonaro, conflitos no campo ameaçam comunidades tradicionais

Disputas por território avançam diante da expansão de fronteiras agrícolas e do garimpo ilegal

BRASIL SOB BOLSONARO

Vinicius Sassine e João Pedro Pitombo

MANAUS E SALVADOR Em janeiro de 2020, Celino e Wanderson Fernandes, pai e filho, foram mortos por pistoleiros no Cedro, comunidade quilombola na cidade de Arari, no Maranhão. O clima de insegurança perdurou nos meses seguintes na comunidade, que viveu o luto de outras três mortes em circunstâncias parecidas: João de Deus Moreira e Antônio Gonçalo foram assassinados em 2021, e José Francisco Rodrigues, em 2022.

No ano passado, também foram mortos, em Penalva (MA), os quilombolas Maria José Rodrigues e José do Carmo Júnior, e, em São João do Soter (MA), Edvaldo Rocha, líder da comunidade Jacarezinho.

As oito mortes em um único estado em pouco mais de dois anos representam apenas uma fração da escalada de violência em torno de conflitos agrários no Brasil durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

Dados da Comissão Pastoral da Terra apontam que o número de conflitos no campo escalou: foram 4.214 nos últimos três anos, alta de 11,5% em relação aos três anos anteriores, com um total de 109 mortes.

Em 2021, foram 1.768 conflitos registrados, em especial nos estados de Minas Gerais, Pará, Bahia e Maranhão, e 35 pessoas assassinadas em meio a disputas por terras, 29 das quais na Amazônia.

A região se tornou o epicentro dos conflitos agrários no país diante do avanço das fronteiras agrícolas e do garimpo ilegal, que acossaram indígenas e moradores de comunidades tradicionais.

Bolsonaro se elegeu em 2018 com as promessas de não demarcar "nem um centímetro sequer" de terras indígenas e de afrouxar regras de licenciamento ambiental.

No governo, aplicou políticas públicas que estimularam a grilagem, como o Titula Brasil, que transfere poderes a municípios para regularização de terras, e ações como a pavimentação da BR-319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho.

O discurso encontra guarida em parte dos eleitores dos estados amazônicos, que em sua maioria elegeram governadores alinhados ao presidente e que também flexibilizaram regras ambientais.

O tema vai além das divisões entre direita e esquerda. No Amazonas, parte do PT defende a mineração em terras indígenas, pauta incentivada por Bolsonaro e criticada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Obras de infraestrutura em áreas sensíveis da floresta também geram controvérsia, caso da pavimentação da BR-319. Mesmo sem consultas aos povos indígenas da região nem a criação de unidades de conservação para amortecer estragos e conflitos, o governo federal comemorou a emissão da licença inicial, dada pelo Ibama, para revestir o trecho do meio da estrada.

Os documentos da autorização, concedida em julho, apontam um risco de intensificação da grilagem nos dois lados da estrada, em caso de pavimentação da via. Na parte sul da BR-319, os conflitos ganham força a cada ano, fazendo com que moradores vivam sob medo permanente. Um deles é Francisco Amaral, 56, que há cinco anos não tem notícias do paradeiro da sua mulher, Marinalva Silva.

Em dezembro de 2017, ela, Flávio de Souza e Jairo Feitosa desapareceram após uma abordagem que teria sido feita por fazendeiros e grileiros da região. Eles lideravam uma associação que tentava regularizar o assentamento constituído numa área atribuída à União. Desde então, as famílias convivem com ameaças, conta Francisco: "Todo ano, no verão, pessoas armadas expulsam os moradores e exploram a madeira. Elas costumam dizer que, se não saírem, vai ocorrer a mesma coisa que ocorreu com os outros três".

Da polícia, os familiares escutaram que eles devem estar mortos. Nenhum desfecho da investigação foi comunicado aos parentes. "É muito ruim, uma história que parece não ter fim. O emocional parece não ter a mesma aceitação que o racional tem", diz a professora Rosiane de Souza, 46, esposa de Flávio.

No ano anterior ao desaparecimento, Flávio atuou como brigadista do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). As disputas por terra na região da BR-319, em especial ao sul do Amazonas, agravaram-se após a eleição de Bolsonaro, constataram estudiosos, indicadores e moradores.

"Piorou muito com Bolsonaro. Sumiu mais gente. E as pessoas estão bem mais armadas, pensam que podem fazer tudo", afirma Amaral, ex-companheiro de Marinalva. Segundo ele, o assentamento se esvaziou depois dos sumiços e das ameaças. "Não ocorreu nada. Ficou no esquecimento. Nenhum dos três é estrangeiro, são simples brasileiros. Quando é internacional, descobrem rapidamente."

Ele se refere ao desfecho do caso dos assassinatos, no Vale do Javari, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, que vivia no Brasil, crime com grande repercussão internacional.

Não foi um caso isolado. Conflitos provocados por invasões à terra indígena, feitas para alimentar um esquema de pesca e caça ilegal, passaram a ser cada vez mais frequentes, especialmente em razão do desmantelamento de órgãos como a Funai (Fundação Nacional do Índio).

Em 2021, houve 305 casos de invasão, exploração ilegal e danos a 226 terras indígenas no Brasil, um recorde, de acordo com levantamento divulgado pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A cifra representa aumento de 180% em relação aos números de 2018, último dado antes do início da gestão Bolsonaro.

O relatório do Cimi ainda cita 176 assassinatos de indígenas no ano passado. Em 2020, foram 182, o maior número já registrado desde 2014.

Além da Amazônia, o Cerrado também se tornou um dos principais palcos de conflitos agrários no país, sobretudo em regiões das novas fronteiras agrícolas nos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. O avanço de megafazendas que atuam sobretudo na produção de soja, milho e algodão encurralou as populações locais.

A supressão de áreas de cerrado teve o aval de governadores da região, parte dos quais de partidos de esquerda. Em alguns casos, houve autorização para retirada de vegetação até mesmo em áreas consideradas griladas pelo Incra.

É o caso do condomínio Fazenda Estrondo, em Formosa do Rio Preto, no oeste baiano. Responsável pela área, a Delfin Rio foi autorizada pelo governo Rui Costa (PT) a suprimir 24,7 mil hectares de vegetação nativa, uma área maior que a da cidade do Recife.

A empresa afirma que está cumprindo condicionantes e que só vai desmatar 10% do total autorizado.

Também houve conflitos. Em janeiro de 2019, o agricultor Jassone Lopes Leite foi baleado por seguranças da empresa, que alegou intimidação de seus funcionários. Neste ano, agricultores e comunidades tradicionais fecharam um acordo para a desativação das guaritas e permissão do acesso dos moradores em áreas da fazenda.

Mayron Borges, presidente do Fórum Carajás, que atua na articulação de movimentos sociais na região, diz que os quilombolas estão duplamente atingidos. De um lado, Bolsonaro travou a titulação e a regularização das comunidades. Do outro, o governo do Maranhão autorizou o desmatamento de novas áreas nas gestões do ex-governador Flávio Dino e do atual, Carlos Brandão, ambos do PSB.

Em cumprimento a uma decisão judicial, o governo do Maranhão celebrou um acordo e assinou uma portaria que garante o direito à consulta dos povos e comunidades tradicionais durante os processos de licenciamento ambiental.

O governo informou que a escalada de violência contra os povos e comunidades tradicionais não se restringe ao Maranhão e é resultado mudanças políticas a partir de 2018, com agravamento do quadro de conflitos a partir de 2020.

Policiais miram governos e amenizam tom bolsonarista

Eleição de 2022 tem recorde de membros de forças de segurança na disputa

DELTAFOLHA

João Pedro Pitombo
e Cristiano Martins

Capitão Wagner (CE), Alessandro Vieira (SE) e Carlos Moisés (SC)
@Capitão Wagner no Facebook, Divulgação Assessoria Parlamentar e Susi Padilha/Secom

SALVADOR E SÃO PAULO A ascensão ao poder do presidente Jair Bolsonaro (PL) fez crescer o número de candidaturas de policiais, bombeiros e membros das Forças Armadas na disputa por cargos majoritários nas eleições deste ano.

O número de membros de forças de segurança concorrendo a governador, vice e senador quadruplicou nos últimos 12 anos. Considerando a profissão declarada e o nome da urna escolhido pelo candidato, a **Folha** identificou 10 candidaturas em 2010, 13 em 2014, 33 em 2018 e 39 em 2022.

Neste ano há ainda ao menos outros três candidatos a governador —Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Carlos Moisés (Republicanos-SC) e Kleber Rosa (PSOL-BA)— que não usam patentes no nome de urna ou declararam profissão ligadas às forças de segurança, mas são, respectivamente, militar da reserva, bombeiro militar e policial civil.

Espalhados por 17 estados e Distrito Federal, oito policiais militares, dois policiais civis, seis membros das Forças Armadas e três bombeiros militares disputam governos estaduais em outubro.

Os nomes mais competitivos, contudo, amenizaram o discurso bolsonarista na segurança pública e tentam conquistar os eleitores com tons mais moderados.

Dentre eles estão dois governadores em reeleição: o policial Coronel Marcos Rocha (União Brasil), governador de Rondônia, e Carlos Moisés (Republicanos), governador de Santa Catarina.

Ambos foram eleitos em 2018 pelo PSL, mesmo partido de Bolsonaro, puxados pela onda de direita que varreu o país naquelas eleições. Mas agora enfrentam um desafio complexo de concorrer em estados onde o presidente terá palanques triplos.

Assim como na eleição passada, o Coronel Marcos Rocha apostará na sua ligação com Bolsonaro para tentar um novo mandato. Mas, ao contrário de 2019, formou uma aliança ampla, modulou o discurso e agora prioriza temas como a geração de empregos e o combate às desigualdades.

Em Santa Catarina, Carlos Moisés se afastou e fez críticas a Bolsonaro ao longo do mandato. Ficou isolado e enfrentou um processo de impeachment do qual saiu absolvido. Hoje, mantém o apoio ao presidente, mas tem feito uma campanha dissociada.

Ao escolher o nome de urna, deixou de lado o cargo que ocupou no Corpo de Bombeiros. Será apenas Moisés, no lugar do Comandante Moisés que adotou há quatro anos.

Na campanha, busca tratar de temas como saúde e infraestrutura, mas não deixou a segurança pública de lado. Em uma propaganda, aparece com arma em punho em um estande de tiro enquanto afirma que equipou a polícia catarinense com as mesmas armas usadas pelo FBI, polícia federal norte-americana.

A estratégia é semelhante ao do deputado federal Capitão Wagner (União Brasil) outro policial que desponta como candidato favorito em seu estado, o Ceará. Capitão da PM, ele ganhou notoriedade como líder do motim de policiais em 2012.

Assim como Carlos Moisés, ele também traz a polícia norte-americana como uma referência e promete implantar um "padrão FBI" na segurança pública do Ceará. A segurança está no centro da sua campanha: o Ceará enfrenta um quadro grave de disputa entre facções e é o segundo estado onde, proporcionalmente, houve mais mortes violentas em 2021, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Capitão Wagner tem o apoio de Bolsonaro, mas subiu no muro em relação à eleição presidencial para atrair um eleitorado mais amplo e busca se distanciar do bolsonarismo mais radical em seu discurso. Em um vídeo, afirmou que o lema "bandido bom é bandido morto está ultrapassado" e que o governador deve trabalhar com inteligência para prevenir crimes.

Em Sergipe, Rio Grande do Norte e Goiás, três novatos que estrearam na política em 2018 em cargos legislativos tentam chegar aos governos de seus respectivos estados ancorados na figura do policial.

Disputando o governo de Sergipe, o senador Alessandro Vieira (PSDB) tem perfil conservador, mas não é próximo a Bolsonaro. Foi um crítico do presidente na CPI da Covid.

Ele é entusiasta da Lava Jato. Na campanha para governador de Sergipe, reforçou o lema anticorrupção e destacou seu trabalho como chefe da Polícia Civil do estado, quando esteve à frente de operações com prisão de políticos.

No Rio Grande do Norte, o também senador Styvenson Valentim (Podemos) decidiu enfrentar a governadora Fátima Bezerra (PT).

Mas adotou um formato de campanha pouco ortodoxo: além de não usar recursos do fundo eleitoral, abriu mão do horário eleitoral gratuito e das inserções no rádio e na TV. Diz que não irá imprimir santinhos e vai concentrar a campanha nas redes sociais.

Policial militar, Styvenson era coordenador das blitze da Lei Seca e ganhou popularidade com vídeos nas redes. Foi eleito para o Senado em 2018.

Os candidatos menos competitivos seguem mais alinhados ao bolsonarismo, caso do deputado federal Major Vitor Hugo (PL), que tenta o Governo de Goiás. Isolado politicamente, não conseguiu formar uma coligação para enfrentar Ronaldo Caiado (União Brasil), que concorre à reeleição.

Com trajetória no Exército, ele foi eleito deputado pela primeira vez em 2018 e chegou ao cargo de líder do governo Bolsonaro na Câmara. Agora, tem o apoio do presidente como principal ativo eleitoral.

Também há policiais concorrendo no campo da esquerda, com candidaturas pouco competitivas. Na Bahia, o policial civil Kleber Rosa (PSOL), um dos líderes do movimento de policiais antifascistas, concorre ao governo do estado com críticas à política de segurança do governador Rui Costa (PT).

No Espírito Santo, concorre ao governo o capitão da PM Vinícius Sousa (PSTU), também membro dos policiais antifascismo e que defende pautas como a descriminalização das drogas.

Militares ucranianos disparam contra forças russas na região de Kharkiv, no leste do país Ihor Thatchev - 26.ago.22/AFP

Europa vai na contramão dos EUA e diminui envio de recursos à Ucrânia

Dados mostram que seis dos principais países do continente zeraram doações a Kiev em julho

Clara Balbi

SÃO PAULO Quase seis meses depois de uma mobilização surpreendente contra a invasão da Ucrânia pela Rússia, a Europa diminuiu drasticamente o envio de recursos para o país. É o que mostram dados recentes do Instituto da Economia Mundial de Kiel, que rastreia doações militares, financeiras e humanitárias para a campanha do presidente Volodimir Zelenski desde o início do conflito.

Segundo o instituto alemão, seis dos principais países europeus —Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Itália e Polônia— não se comprometeram a fazer novas doações para o front em julho. É um tombo e tanto em comparação com os mais de € 4 bilhões (R$ 20 bilhões) enviados por essas mesmas nações em abril.

A queda não significa, porém, que a Europa tenha deixado de enviar recursos para a Ucrânia. Dois terços do total de € 1,5 bilhão (R$ 7,6 bi) em recursos internacionais enviados em julho ao território invadido vieram de uma nação europeia, a Noruega, e outros países remeteram parte dos auxílios anunciados anteriormente ao longo do mês.

Além disso, no início de agosto os aliados ocidentais de Zelenski saíram de uma conferência em Copenhague, na Dinamarca, com promessas de novos apoios no montante de mais € 1,5 bilhão (R$ 7,6 bi).

Mas os valores mais modestos dessas remessas, assim como a irregularidade nos envios, refletem a fadiga desses países com o conflito, a maior crise no continente desde a Segunda Guerra Mundial.

Recém-saídos de uma pandemia, eles enfrentam crises no preço de alimentos e de energia que tendem a só se agravar com a chegada do inverno no hemisfério Norte.

Os efeitos da alta sobre a população levaram ao declínio de popularidade de diversos líderes do continente, em última instância corroendo suas bases e forçando-os a renunciar —foi o caso, entre outros, do primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, um dos pontas de lança da união da Europa diante da Rússia.

Enquanto isso, o apelo midiático da figura de Zelenski se desgasta, substituído no noticiário por imagens da guerra brutal em que seu povo luta.

Se os europeus demonstram cansaço, os americanos parecem ainda apostar em uma potencial vitória de Zelenski. Segundo a base de dados de Kiel, Washington também não prometeu no mês passado novas doações ao país invadido.

Mas em agosto, mês em que se comemora a independência da Ucrânia, foi anunciado o envio de outros US$ 3 bilhões (R$ 15,2 bi) em ajuda militar, oriundos do pacote bilionário de assistência aprovado pelo Congresso americano. Só em armamentos, os EUA já remeteram mais de US$ 10 bilhões (R$ 50,6 bi) a Kiev, o que equivale a três vezes o orçamento militar da Ucrânia.

Para Pedro Costa Júnior, cientista político e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), a explicação desse cenário se divide em três partes. Em primeiro lugar, diz, os EUA não podem arriscar uma nova derrota militar depois do vexame da saída do Afeganistão há um ano. Mesmo que indireta, sua presença na Ucrânia é uma amostra do poder bélico e de influência americano. Uma demonstração de força especialmente importante em meio à Guerra Fria 2.0 travada entre EUA e China.

Costa Júnior diz que as economias de Moscou e Pequim estão cada vez mais próximas, elo reforçado pelas sanções impostas aos russos pelo Ocidente no conflito e pelo tratado de amizade "sem limites" assinado pelos governantes das duas nações pouco antes da guerra. "Então, ao combater a Rússia, os EUA estão enfraquecendo também o seu principal rival hegemônico, que não é ela, mas a China".

Em segundo lugar, prossegue o pesquisador, por impressionantes que sejam os bilhões enviados à Ucrânia, a guerra acontece longe do território dos EUA, sem a participação de seus soldados. É uma situação diferente das guerras do Afeganistão ou do Iraque, por exemplo, o que impacta a forma como ela é vista pelo povo e pela mídia americana.

Por fim, a manutenção do conflito na Europa é lucrativa para a indústria bélica americana, conclui Costa Júnior. "O lobby de armas é poderosíssimo. E bipartidário, com democratas e republicanos."

Os efeitos a longo prazo desse envio em massa de armas para o território ucraniano têm preocupado analistas. Afinal, nunca se sabe nas mãos de quem esses equipamentos vão parar depois do conflito. Um dos temores é de que eles acabem vendidos para civis, ou mesmo sob o controle de organizações como o Batalhão Azov, grupo paramilitar neonazista que hoje integra a Guarda Nacional da Ucrânia.

Embora Costa Júnior declare que sair da guerra não é uma opção para os EUA, ele afirma que o governo Biden pode sentir mais fortemente as consequências da guerra nos próximos meses. Sobretudo com a aproximação das eleições de meio de mandato, que podem dar fim à maioria democrata no Congresso.

A visão é próxima da de Rafael Gomes, internacionalista que lecionou na Universidade Federal dos Urais, na Rússia. "É claro que essas ajudas são aplaudidas, mas os próprios americanos questionam se é válido esse gasto excessivo em políticas externas na Ucrânia."

Enquanto o conflito se alonga, é provável que as ajudas europeias sejam ainda mais escassas. Até porque essas nações precisam desse dinheiro para solucionar crises internas, segundo Rafael Gomes. "Torçamos para que a Europa seja não só a que apoia e ajuda a Ucrânia, mas também a que cobra o fim do conflito."

Recursos internacionais enviados à Ucrânia desde o início da guerra

Em bilhões de euros

Em agosto, os EUA anunciaram mais um pacote de ajuda militar a Kiev, de US$ 3 bilhões, totalizando **US$ 13,5 bilhões só em armamentos**

Fonte: IFW (Institute for the World Economy) Kiel

Bruxelas quer suspensão de acordo que dá vistos a russos para turismo

SÃO PAULO Os países da União Europeia estudam apoiar, nos próximos dias, a suspensão do acordo que facilita a concessão de vistos à Rússia. Na prática, caso a medida seja de fato implementada, turistas russos precisarão esperar mais e pagar mais caro pelo visto europeu. A informação é do jornal Financial Times.

A suspensão dos vistos é defendida pelos países nórdicos e bálticos, além da Polônia. Mas as principais economias do bloco haviam resistido às pressões. Milhões de russos viajam para a Europa todos os anos, principalmente no verão. Josep Borrell, chefe da diplomacia da UE, disse ao jornal que se opõe à proibição e que o bloco europeu precisa "ser mais seletivo".

Segundo a emissora RFI, Alemanha e Portugal consideram a proibição também prejudicial aos russos que optam por esses vistos para fugir do país. Além disso, grande parte dos turistas da Rússia que viajam anualmente para a Europa são de classe média alta, fatia da população que mais se opõe ao Kremlin.

Independentemente da decisão de Bruxelas, Polônia, República Tcheca, Finlândia e os países bálticos já disseram que suspenderão os vistos aos turistas russos, ecoando as declarações do presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski. Com as viagens aéreas entre a UE e a Rússia suspensas, muitos turistas russos entram no continente por meio dos países nórdicos e bálticos.

Na quinta, o Kremlin anunciou a ampliação de seu efetivo militar. A proposta, porém, ao menos oficialmente, não espantou os aliados de Kiev. Neste domingo (28), o Ministério da Defesa do Reino Unido declarou que a "medida não traria grande impacto à guerra, dado que a Rússia perdeu dezenas de milhares de soldados na Ucrânia". Moscou não divulga dados desde março, quando admitia um total 1.350 mortos.

Ainda na linha de frente da guerra, mísseis russos atingiram uma fábrica de motores de aviões na região de Zaporíjia –onde também fica a maior usina nuclear da Europa, que segundo autoridades pode ser palco de acidente radioativo. Não há informações sobre feridos no local.

A situação na usina foi o principal argumento para que Moscou vetasse um acordo na ONU contra armas nucleares, o que os EUA chamaram neste domingo de resistência cínica.

TODA MÍDIA | *Nelson de Sá*
nelson.sa@grupofolha.com.br

'Dark Brandon' Biden salta seis pontos e resgata partido

No último dia 8, surgiu na manchete digital e depois impressa do New York Times que o FBI fazia buscas na "casa de Trump". Até ali a manchete era "Biden tem série de vitórias: será um ponto de virada?".

A Casa Branca havia iniciado no dia anterior uma "estratégia digital" de recuperação de imagem, distribuindo fotos alteradas do presidente em mídia social, num personagem apelidado de "Dark Brandon" (nome que busca reverter uma ofensa online que vinha sendo usada contra ele).

Passadas três semanas, pesquisa Gallup acaba de responder que aquele dia 8 parece ter sido, de fato, um ponto de virada para Biden e as chances democratas nas eleições ao Congresso. Na Bloomberg, "Biden vê ganho de seis pontos, aumentando terreno político".

Em trecho da análise do Gallup, destacado pela CNN, "a melhoria na aprovação de Biden o coloca em melhor posição em agosto antes das eleições de meio de mandato do que antecessores" como Obama em 2014 e Trump em 18.

Ilustração de 'Dark Brandon' distribuída pela Casa Branca

O noticiário lista como motivos para a recuperação democrata os pacotes bilionários deste mês para o clima e a saúde, para a indústria de semicondutores e até o mais recente, de perdão da dívida de estudantes universitários. Também o assassinato do líder da Al Qaeda no dia 2, abrindo agosto, a redução gradual no preço da gasolina e a recente derrubada do direito ao aborto em âmbito federal.

Nada, porém, de se vincular a virada à manchete do dia 8, sobre a ação da polícia federal de Biden, sob ordem de seu secretário de Justiça.

'GESTAPO DE BIDEN' Do outro lado, naquele e nos dias seguintes, a Fox News centralizou a resposta republicana, qualificando a ação do FBI de "coisa de Terceiro Mundo" e "República das Bananas". Pesquisa Rasmussen levantou uma maioria de eleitores concordando com a afirmação de que o FBI é "Gestapo de Biden". Mas a principal reação crítica foi do podcast de Joe Rogan. "Trump está realmente encrencado? Porque eu acho que o objetivo era tirá-lo das eleições, tentando julgá-lo por crimes. O que ele fez?", perguntou, insistentemente.

FBI & FACEBOOK Rogan manteve a ofensiva durante entrevista com Mark Zuckerberg, questionando o Facebook por agir contra as revelações sobre Hunter Biden, filho de Joe, na reta final de 2020. O empresário lamentou que "o FBI, que eu ainda vejo como uma instituição legítima neste país, veio até nós" e alertou contra "propaganda russa", levando à redução do compartilhamento da notícia. Ecoou amplamente no dia seguinte, dos editoriais do Wall Street Journal ao talk show do liberal Bill Maher, na HBO Max.

A inevitável volta da Venezuela

Lula anunciou nova agenda ao defender 'eleições mais livres' no país

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, ensina relações internacionais na UFABC

No calor da campanha, os momentos mais importantes passam às vezes despercebidos. Dias antes da sua passagem no Jornal Nacional, Lula anunciou uma nova agenda diplomática ao defender que as "eleições sejam mais livres" na Venezuela. Uma mudança em relação ao posicionamento tradicional do seu partido de pregar o respeito das regras democráticas pelos governos venezuelanos.

Os dois eventos não podiam estar mais interligados. Em 2018, a acusação de tolerância do PT com o regime de Maduro serviu de argumento para eleitores moderados anularem o voto quando precisaram escolher entre um apologista de Carlos Brilhante Ustra e um democrata. Lula optou por neutralizar um assunto que estava condenado a voltar nas últimas semanas da campanha.

Além do imperativo eleitoral, a mudança de posição sobre a Venezuela se articula em torno de duas premissas estratégicas. A primeira é a oportunidade proporcionada pelo fracasso da direita continental na gestão da crise na Venezuela na última meia década.

A tentativa de provocar uma queda de regime por meio de uma impostura, o reconhecimento internacional de Juan Guaidó, já entrou na história como a Baía dos Porcos do pós-Guerra Fria. A esquerda tem agora legitimidade para iniciar uma nova abordagem que privilegie uma solução regional para a crise venezuelana.

A segunda premissa é o evidente esgotamento de Maduro. A sua resistência às pressões externas e as mudanças provocadas pela Guerra da Ucrânia preservaram a sua autoridade. Mas ninguém acredita que ele tem condições de tirar sozinho a Venezuela da ruína em que se encontra depois um dos mais importantes êxodos da história latino-americana.

Lula também envia um sinal claro a futuros aliados. Ele se aproxima do posicionamento da nova esquerda chilena que se afastou do chavismo durante a campanha presidencial de Gabriel Boric. Ele abre o caminho para uma colaboração com Gustavo Petro na retomada das relações diplomáticas entre Bogotá e Caracas.

Na relação com os Estados Unidos, o ex-presidente volta a se posicionar como um interlocutor útil na América Latina, num momento em que o governo Biden busca restaurar as suas alianças com países produtores de petróleo.

Por fim, Lula se impõe um primeiro teste de autoridade. Num eventual governo, a sua competência para levar o Brasil de novo para os grandes debates globais também será julgada pela sua capacidade de resolver os problemas imediatos na sua região. O avanço da diplomacia na Venezuela vai também legitimar o regresso de instituições emblemáticas do seu governo como a Unasul.

O debate sobre a Venezuela podia ser postergado, mas nunca ignorado. O país é uma potência da América Latina, e Hugo Chávez, uma referência difícil, mas incontornável da história global da esquerda neste século. A sua tragédia social assombra debates eleitorais na Espanha, França e Reino Unido e EUA. Todo projeto crível de união na América Latina e de sua reinserção no sistema internacional tem de começar pelo seu ponto mais sensível: dar um novo rumo à Venezuela.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. **Lúcia Guimarães** | SÁB. Tatiana Prazeres, Jaime Spitzcovsky

Protestos em Buenos Aires irritam vizinhos de Cristina

Milhares foram às ruas a favor de vice-presidente acusada de corrupção

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Já passava das 22h de sábado (27) quando Cristina Kirchner decidiu se pronunciar sobre as manifestações diante da porta de sua casa, no bairro nobre da Recoleta, em Buenos Aires. Os atos ocorrem há seis dias, desde que a procuradoria pediu que a vice-presidente seja condenada a 12 anos de prisão.

Na segunda (22), o promotor Diego Luciani também solicitou que a vice-presidente seja inabilitada a concorrer a cargos públicos pelo resto da vida e que sejam devolvidos aos cofres públicos 5,3 bilhões de pesos. Cristina é acusada de chefiar um esquema de associação ilícita e fraude ao Estado no período em que foi presidente da República.

As manifestações reuniram argentinos de ambos os lados. Perto do endereço de Cristina, um edifício num dos bairros mais icônicos da capital, havia gente contra e a favor da vice —os extremos eram notáveis com gritos de "Cristina na cadeia" de um lado e "ninguém toca Cristina" de outro.

Enquanto a noite avançava, chegaram os militantes do La Cámpora, associação juvenil kirchnerista. O grupo estourou fogos de artifício e certamente desagradou os vizinhos de Cristina no bairro em que a coalizão de oposição ao governo Juntos por El Cambio costuma receber mais votos.

Horas antes, o chefe de governo de Buenos Aires, Horacio Larreta —também ele um adversário político do kirchnerismo— mandou colocar barreiras em torno do quarteirão. Era um movimento para impedir o trânsito e "respeitar os vizinhos, que não dormem há cinco noites", disse.

A ordem, no entanto, foi lida como provocação por apoiadores de Cristina. Os manifestantes derrubaram barreiras e acrescentaram aos atos uma bandeira de enfrentamento ao governo de Buenos Aires.

"Vim de casa bem cedo. É um absurdo essa perseguição judicial a quem deu tanto aos argentinos mais pobres", disse Facundo Salgado, 29, que trabalha no ramo da construção.

Já os manifestantes contrários a Cristina, vestidos com camisetas da seleção, além de gritarem ofensas e acusações contra a vice —"ladra" e "corrupta"— também elogiavam os atos do promotor Luciani.

"Foi muito corajoso da parte dele, e a ameaça veio no mesmo tom. Agora querem matá-lo, nada menos, já anunciou o próprio presidente", disse Diego Corrales, 52. A referência é a uma entrevista do presidente Alberto Fernández em que ele disse esperar que Luciani "não se suicide como o promotor Nisman". A comparação gerou revolta, uma vez que a morte de Nisman, procurador que enfrentava Cristina e a acusava de acobertar o crime do atentado à Amia, até hoje não foi esclarecida.

Houve tumulto quando os manifestantes encontraram os agentes de segurança e a polícia reprimiu os atos com jatos de água e gás lacrimogêneo. Duas pessoas foram presas e sete policiais ficaram feridos, de acordo com a Reuters.

Depois da marcha, e ainda com centenas de pessoas nas ruas, Cristina tomou a palavra e se dirigiu a seus apoiadores. "Este não é um julgamento de Cristina Kirchner, é um julgamento do peronismo", disse, sob aplausos, retomando o argumento segundo o qual ela é vítima de uma perseguição judicial e de um ataque contra seu campo político. "Em uma democracia, o direito à liberdade de expressão é fundamental. Quero agradecer e pedir para que vocês descansem um pouco. Foi um longo dia."

Neste domingo (28), a confusão continuou. O deputado Máximo Kirchner, filho de Cristina, teve dificuldades para ultrapassar as barreiras policiais e visitar a mãe: "Vocês acham isso certo? Não é reunião de trabalho, trouxe os netos para ver a avó", disse.

Até o início da noite deste domingo, ainda havia centenas de pessoas ao redor do edifício de Cristina. Em um café semi-fechado a dois quarteirões do prédio, uma mulher agitava de modo complacente uma bandeira da Argentina. "Eu não me importo com quem é meu vizinho. Ela é minha vizinha, está bem, só queria que fosse uma boa vizinha e se preocupasse com meu sono", disse Marisú Loret, 53.

Domenico Stinellis/AFP

PAPA VISITA TÚMULO DE CELESTINO 5º E ATRIBUI RENÚNCIA À HUMILDADE

Em visita ao túmulo do primeiro pontífice que renunciou ao cargo, o papa Francisco elogiou, neste domingo (28), a humildade de líderes que renunciam voluntariamente em vez de governar por toda a vida. A declaração vem em meio a especulações de que ele possa deixar a função em breve —algo que o próprio papa já cogitou ao comentar problemas de saúde. Durante a manhã (madrugada no Brasil), Francisco foi à L'Aquila, cidade na Itália onde o papa Celestino 5º está sepultado. Ele renunciou em 1294, depois de cinco meses de muita pressão no cargo. A viagem simbólica coincide com a posse de 20 novos cardeais —entre eles, dois brasileiros— um dia antes.

Paquistão vive caos do clima com mil mortos em inundações

SUKKUR (PAQUISTÃO) | AFP E REUTERS Mais de mil pessoas já morreram no Paquistão desde junho devido às enchentes causadas pelas chuvas de monção. De sábado (27) para domingo (28), foram 119 mortes, segundo o governo local.

A pior situação é no sul do país, onde o nível do rio que atravessa a província de Sindh não para de subir. O primeiro-ministro Shehbaz Sharif afirmou que nunca viu algo parecido. "Alguns vilarejos foram aniquilados, e milhões de casas, destruídas. Há uma destruição enorme", disse.

O governo paquistanês atribui os fenômenos à mudança climática e afirma que o país sofre as consequências das práticas irresponsáveis de outras regiões do mundo em relação ao meio ambiente. O Paquistão é a oitava nação mais ameaçada pelas ocorrências meteorológicas extremas, segundo a ONG Germanwatch.

As chuvas de monção acontecem todos os anos, entre junho e setembro, e são essenciais para irrigar plantações e reabastecer recursos hídricos. Mas as deste ano estão mais fortes: na sexta (26), o governo decretou estado de emergência e mobilizou o Exército para enfrentar a "catástrofe de magnitude inédita", nas palavras da ministra da Mudança Climática, Sherry Rehman.

Autoridades alertam que as torrentes devem piorar ainda mais nos próximos dias. Em todo o país, mais de 33 milhões de pessoas foram afetadas pelas chuvas neste ano —um paquistanês a cada sete. Além disso, o governo diz que casas destruídas ou muito danificadas somam um milhão.

Em Sindh, dezenas de milhares de moradores de zonas rurais buscaram refúgio em estradas elevadas. Em Sukkur, foram disponibilizadas barracas para receber a multidão de desabrigados.

A situação também é preocupante no norte do país, onde dezenas de milhares de pessoas que moram perto de rios receberam ordens no sábado para abandonar suas casas. Neste domingo, equipes de resgate retiraram os habitantes que permaneciam na região.

"Tivemos que socorrer crianças e mulheres", declarou um socorrista à agência AFP no Vale do Swat, área turística conhecida por suas montanhas. Na região, a água arrastou dezenas de imóveis, incluindo um hotel de 150 quartos.

Há 12 anos, o Paquistão passou por uma crise semelhante: naquela época, as enchentes mataram 2.000 pessoas e deixaram 20% da nação alagada. Agora, as inundações acontecem em um contexto de crise econômica e política no país —em abril, o primeiro-ministro Imran Khan foi destituído do cargo pelo Parlamento.

Neste domingo, o chanceler do país, Bilawal Bhutto-Zardari, pediu ajuda de instituições financeiras para arrecadar fundos emergenciais e disse que os estragos podem somar US$ 4 bilhões (R$ 21,7 bi). "Eu nunca vi uma destruição dessa escala. É avassaladora", afirmou à agência Reuters.

O conselho do Fundo Monetário Internacional (FMI) pode liberar ainda nesta semana empréstimo de US$ 1,2 bilhão ao país discutido desde 2019.

O chanceler acrescentou ainda que o país vai ter que repensar toda a sua infraestrutura. Ele ressalva, porém, que o Paquistão contribui com "quantidades insignificantes para a pegada de carbono".

Síndrome da 'fobia financeira' paralisa e pode aumentar dívidas

Pavor de lidar com finanças pessoais é capaz de causar irritação, ansiedade, tontura e mal-estar

Daniele Madureira

SÃO PAULO O empresário André Dias, 40, acumula há dez dias uma pilha de notas fiscais na mesa da cozinha da sua pizzaria, a Pizzatopia, na zona oeste de São Paulo. São notas de compra e venda de produtos dos últimos quatro meses. É preciso tirar fotos dos documentos e enviá-las ao seu contador. Mas ele simplesmente não consegue.

"Fico nervoso, passo mal, suo frio só de ter de lidar com números, não consigo consultar extratos, conferir a fatura do cartão, fazer pagamentos. Se eu preciso ir ao banco, meu dia acaba. É algo que suga a minha energia", afirma Dias, que está pronto para procurar ajuda psiquiátrica para o seu problema, a pedido da mulher, Ana.

Advogada, ela se vê em dupla jornada: quando deixa o escritório, é obrigada a acompanhar as contas da pizzaria, inaugurada há um ano.

Dias suspeita ter "fobia financeira" —expressão criada pelo psicólogo britânico Brendan Burchell, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, para identificar quem tem repulsa a qualquer tipo de contato com as próprias finanças e sofre um mal-estar físico quando é obrigado a isso.

Em 2003, Burchell publicou um estudo que apontou que cerca de 20% da população do Reino Unido sofria de fobia financeira —uma síndrome que até o momento não foi catalogada como transtorno psiquiátrico.

O especialista havia ficado intrigado com dados de uma empresa de serviços financeiros que apontavam um comportamento aparentemente irracional de parte dos britânicos ao lidarem com suas finanças pessoais, que causava altos custos a eles mesmos.

"A maioria das pessoas tem alguns sintomas de fobia financeira, mas acredito que para 10% a 20% da população seja um problema realmente significativo", disse Burchell à **Folha**. "A fobia financeira não ocorre apenas com pessoas com dívidas, mas com certeza torna mais difícil ter de lidar com elas."

De acordo com os estudos de Burchell, a ideia de ter de encarar suas finanças pessoais faz com que algumas pessoas, vítimas de fobia financeira, sintam um mal-estar emocional e físico, o que inclui irritação, ansiedade, tontura, imobilização (ficar "travado") e ter a impressão de estarem doentes.

Boa parte destes sintomas esteve presente na vida da microempresária Patcha Pietro Belli, de 38 anos. Arquiteta de formação, ela decidiu parar de trabalhar na área e se tornar empreendedora em 2019, fazendo pães artesanais.

O pizzaiolo André Dias e sua esposa, a advogada Ana Paula Lourenço Adriano Vizoni/Folhapress

> "A maioria das pessoas tem alguns sintomas de fobia financeira, mas acredito que para 10% a 20% da população seja um problema realmente significativo
>
> **Brendan Burchell**
> psicólogo britânico

"Fiz alguns cursos para vendas pelas redes sociais e minha demanda aumentou muito durante a pandemia", diz ela, que decidiu contratar no começo do ano passado os serviços de uma mentora financeira para lidar melhor com o negócio em expansão. "Já tinha consciência que, para reduzir gastos, precisaria ter minhas contas bem organizadas."

Mas foi neste momento que Patcha literalmente "travou". "Eu simplesmente não consegui preencher as planilhas que a mentora me mandou pedindo informações sobre o negócio, como compras, custos, vendas", afirma.

Ela se surpreendeu com o próprio comportamento, porque enquanto atuava como arquiteta se tornou especialista no editor de planilhas Excel, desenvolvendo fórmulas e controles internos para várias atividades.

As interrupções fizeram com que a mentoria, que iria durar entre 3 e 6 meses, se estendesse por um ano. "A gente marcava reuniões a cada 15 dias e eu passava mal, sentia cólica, dor de cabeça, até febre. Era um pânico sempre que via o nome dela na chamada do celular."

Não foi só a mentoria que ficou travada: Patcha deixou os impostos da empresa acumularem. "Bateu muita insegurança quando comecei a ver os números de perto. Ficava me questionando o tempo todo: 'E se o negócio não for viável? E se for preciso aumentar os preços, meus produtos são tão bons assim? E se eu não conseguir vender tudo o que preciso?'."

A mentora de Patcha, Danielle Ramos Soares, pediu que ela tivesse paciência consigo mesma e não se cobrasse tanto. Desse um passo de cada vez, para pôr fim à procrastinação, e se dedicasse com afinco ao trabalho, que lhe dava prazer, para lidar com a ansiedade e a angústia.

"Foram necessárias muitas sessões de análise e estabelecer uma relação de confiança com a minha mentora. Mas superei: hoje consigo olhar minhas finanças de frente e faço sozinha a contabilidade da empresa. Negociei minhas dívidas e desde o mês passado estou colocando tudo em ordem."

Já com a empresária Cláudia Barreto Wortmann, 54, o problema foi muito mais intenso.

Administradora de empresas, com mestrado em controladoria, ela trabalhou durante 28 anos no mercado financeiro, até abrir um restaurante em sociedade com alguns amigos, no final de 2019.

No começo de 2020, no entanto, descobriu que tinha câncer de mama. Veio a pandemia e ela precisou fechar as portas do negócio. Quando o movimento retornou, os sócios decidiram deixar o restaurante, localizado dentro de um clube tradicional em São Paulo. Algum tempo depois, o clube rescindiu unilateralmente o contrato e deu duas semanas para ela fechar o estabelecimento. Cláudia teve de entrar na Justiça para manter as portas abertas.

"Parei de pagar as contas, só o que estava em débito automático era quitado. Fiquei oito meses sem ver extrato, conta corrente pessoal, cartão, nada. Não queria sair de casa, estava com um quadro depressivo grave."

Com 26 funcionários, ela passou a atrasar os pagamentos, a empresa foi protestada e ela entrou para o cadastro de inadimplentes, ficando com o "nome sujo".

Aos poucos, ela se abriu com a família sobre o problema. Entrou em um acordo na Justiça com o clube e recebeu metade da multa pela rescisão. Mas ainda deve R$ 500 mil.

"Hoje consigo encarar a minha dívida mensal de R$ 30 mil. Voltei a pagar impostos e prometi a mim mesma encerrar agosto com todas as contas pagas", afirma Cláudia, que mantém um café na região da avenida Paulista, em São Paulo.

A devastação que a pandemia causou nas finanças de muitas famílias pode ter desencadeado essa aversão a números, segundo Diogo Angioleti, especialista em finanças e comportamento do sistema de cooperativas de crédito Ailos.

"Quem passa por experiências muito ruins perde a confiança em si mesmo, assim como o controle das próprias finanças", afirma Angioleti.

Foi o que aconteceu com André Dias. Há cerca de dez anos, ele herdou um negócio familiar, uma pequena empresa de salgados no litoral paulista. Para aumentar os ganhos, investiu na industrialização da produção, até então artesanal. Passou a vender mais, mas calculou mal o aporte de recursos e, algum tempo depois, a empresa quebrou.

"Aquilo me deixou muito frustrado", lembra Dias, formado em Direito. "Sou um cara que sempre soube administrar o próprio dinheiro, conseguia poupar. Mas hoje só de falar em dinheiro minhas mãos ficam geladas."

A economista Paula Sauer, mestre em administração pela PUC-SP, doutoranda em comportamento do consumidor pela ESPM, lembra que o tabu de falar de dinheiro na pandemia foi diluído, uma vez que muitos foram obrigados a mudar o padrão de vida, diante da perda de emprego e renda.

"Mas a pandemia também deu origem ao fenômeno da 'mola encolhida': depois de passar tanto tempo sem realizar seus desejos, as pessoas querem uma recompensa", afirma. "É o que justifica, por exemplo, parcelar compras de supermercado no cartão, mas gastar para ver o show do cantor preferido ou o jogo do time do coração no estádio", diz ela.

"As pessoas estão extremamente angustiadas."

Faxineira deixa de gastar com supérfluo e compra casa nova

SÃO PAULO Há três anos, Acidália Jesus da Rocha recebeu um ultimato do marido: ou parava de gastar sem pensar ou eles iriam se separar.

Econômico, o gesseiro Leandro de Oliveira Ramos assumia a maior parte das contas da casa, na zona norte de São Paulo. Já tinha conseguido comprar um carro e até um sobrado na sua cidade natal, Paramirim (BA). Mas eles ainda viviam na favela. "Eu era muito gastona", reconhece Cida, como é chamada. "Gostava de comprar coisas para casa, para mim e para as crianças. Roupa para eles tinha que ser de marca boa", afirma a diarista, mãe de dois filhos, que contava com quatro cartões de crédito na época.

Cida procurou um psicólogo do convênio médico. A partir das sessões de terapia, ficou quatro meses pagando tudo à vista. Hoje, concentra os pagamentos dos clientes em no máximo duas vezes por mês, próximos às datas de vencimento dos dois cartões que manteve —cujo limite é inferior ao seu ganho mensal.

Deixou de comprar roupa "em loja cara" e hoje vai ao Brás, bairro de comércio popular na zona leste de São Paulo. Divide todas as contas de casa com o marido.

"Hoje consigo olhar as coisas e me controlar", diz ela. "O Leandro me ensinou a guardar dinheiro para o que realmente importa, a gente conseguiu comprar uma casa nova."

Há dois anos, a família saiu da Favela do Jaraguá, zona norte de São Paulo, e se mudou com a família para uma casa própria de 100 m² no Jardim Santa Lucrécia, na mesma região. Pagaram R$ 350 mil pela casa, a maior parte em um financiamento curto, de apenas cinco anos.

A vida como diarista se tornou mais puxada: faz faxinas de segunda a segunda, com apenas dois domingos de folga por mês. O marido trabalha de segunda a sexta e faz bicos aos sábados. "Tem dinheiro de faxina que já cai direto em uma conta separada, que serve de poupança."

Para Vera Rita de Mello Ferreira, doutora em psicologia social pela PUC-SP e especialista em psicologia econômica, exemplos como o de Cida mostram que as pessoas precisam separar o que é desejo do que é necessidade.

Acidália Jesus da Rocha com o marido, Leandro de Oliveira Ramos, e os filhos na nova casa Zanone Fraissat/Folhapress

"A saúde financeira de uma pessoa depende da distinção que ela faz entre o que ela precisa e o que ela deseja", diz Vera. "O desejo é uma sensação de falta, de incompletude, é inconsciente e nunca vai ser plenamente satisfeito."

É neste momento que a publicidade testa o seu poder, afirma a especialista.

Diante do endividamento crescente da população, que atingiu o recorde de 78% das famílias endividadas em junho, segundo pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio), a especialista destaca um comportamento chamado de "túnel da escassez": submetidas a situações intensas de falta de dinheiro, as pessoas pensam apenas no que não têm ou no quanto sofrem por conta disso.

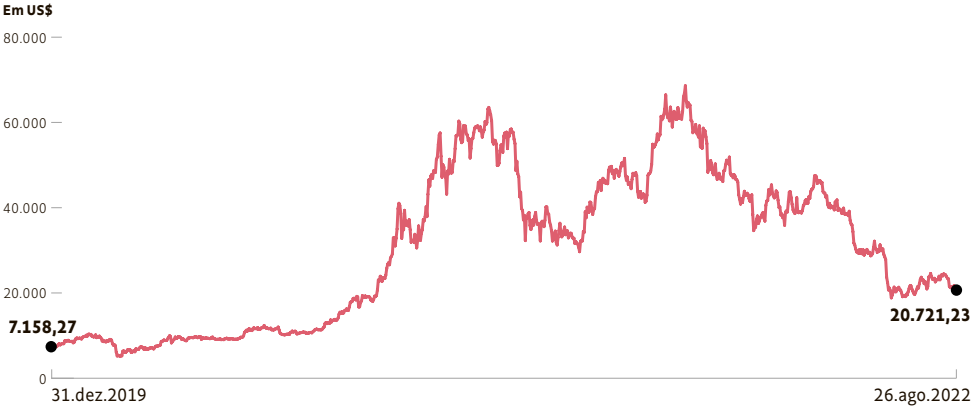
"O tempo inteiro elas fazem contas do que pode entrar na lista de compras e do que não pode. Ficam atormentadas e exaustas em ter de fazer o dinheiro espichar, o que demanda muito da capacidade cognitiva e emocional", diz Vera.

"Isso faz com que elas tomem decisões equivocadas sempre que sobra algum dinheiro na conta ou tem algum crédito disponível", diz ela. "Vão gastando mais do que ganham e acabam fugindo de encarar a realidade, deixando de consultar extratos ou fatura do cartão. Mas eu não chamo isso de fobia financeira."

A fobia é um pavor, um medo irracional, sem respaldo na realidade, que a pessoa sente em ocasiões específicas, explica a especialista, dando como exemplo a aerofobia (medo de viajar de avião).

Para ela, "fobia financeira" até existe, mas é exceção.

O próprio psicólogo britânico Brendan Burchell, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Cambridge, que deu origem à expressão no início dos anos 2000 a partir de estudos no Reino Unido, concorda. "As principais causas para o endividamento da população não estão na aversão às finanças pessoais", disse ele à **Folha**.

"Mas sim na pobreza, na publicidade, na cultura de consumo, na desigualdade e —principalmente— nas maneiras com as quais os bancos comercializam produtos de crédito, que incentivam as pessoas a se endividarem." **DM**

Inverno de criptomoedas não diminui apetite de empresas e investidores

Especialistas recomendam moderação na hora de optar por esse mercado e dizem que movimento não deve ser feito de uma vez

Lucas Bombana

SÃO PAULO O inverno cripto atravessado pelo Bitcoin e por seus pares durante os últimos meses não tem atrapalhado os planos de empresas do mercado financeiro de lançarem plataformas destinadas à negociação de criptomoedas, e tampouco esfriado a demanda dos clientes.

Nubank, BTG Pactual e XP Investimentos anunciaram recentemente o início da oferta de serviços relacionados ao mercado cripto, e grandes bancos, como Santander e Itaú, criaram ou planejam iniciativas na área.

A aposta no potencial disruptivo do universo cripto no médio e longo prazo faz com que empresas e investidores pessoa física não se sintam desencorajados pela forte correção de preços verificada recentemente —a principal criptomoeda do mercado acumula desvalorização de cerca de 56% em 2022, até 26 de agosto— em um contexto de alta dos juros nos mercados desenvolvidos.

Prova da demanda que permanece aquecida pelo universo cripto pode ser tirada pelos clientes do Nubank.

A fintech anunciou no final de julho ter alcançado um milhão de clientes em sua plataforma destinada à compra das criptomoedas Bitcoin e Ethereum, apenas três semanas após ter disponibilizado a ferramenta para toda a sua base de clientes. O aporte mínimo começa a partir de R$ 1.

"A volatilidade das criptomoedas não está diretamente associada às perspectivas futuras da tecnologia. O Nubank acredita no potencial disruptivo do mercado de criptomoedas e estamos pensando no longo prazo a partir da constatação de que boa parte de nossos clientes se interessa pelo assunto", diz Thomas Fortes, líder do Nubank Cripto.

Fortes afirma ser difícil prever desempenhos futuros, além de retornos passados não serem garantia de retornos futuros, mas acrescenta que o principal ponto a se destacar em torno do mercado de cripto é o potencial disruptivo da tecnologia que existe por trás, algo que, em sua avaliação, transcende a volatilidade dos preços.

"Isso por si só já mobiliza entusiastas e a adoção em massa em todos os cantos do mundo, se apresentando como tendência e cuja utilização vem sendo estudada ou implementada em diversos segmentos, como o bilionário mercado de games, por exemplo", diz o executivo.

No BTG, a oferta de criptomoedas começou no último dia 16 de agosto, por meio do lançamento da plataforma de criptoativos Mynt.

Estão disponíveis na Mynt opções de Bitcoin, Ether, Solana, Polkadot e Cardano, com aporte a partir de R$ 100.

Chefe da área de "digital assets" do BTG Pactual, Andre Portilho afirma que a seleção das cripto ofertadas considerou, em primeiro lugar, a relevância do Bitcoin dentro do ecossistema, e, no caso das outras quatro, a seriedade no desenvolvimento dos projetos e o potencial de criação de novos negócios permitido com essas plataformas.

"O potencial que vemos para o futuro da tecnologia cripto é o de mudar os trilhos por onde caminham as transações da indústria financeira, e, eventualmente, de outras indústrias também", afirma.

Ele diz que é preciso separar a volatilidade nos preços dos mercados, influenciada por fatores macroeconômicos alheios ao universo das criptomoedas, como os juros nos EUA, do potencial que a tecnologia poderá trazer como meio de desintermediação das negociações financeiras.

O executivo acrescenta que o BTG foi o primeiro banco do país a "tokenizar" uma carteira de ativos imobiliários e distribuir os ativos digitais aos investidores, em 2019, e que o lançamento da Mynt é um passo natural dentro do processo de evolução da operação.

"A gente acredita que tem uma demanda por essa nova classe de ativo, e que tem uma demanda para fazer isso por meio de plataformas mais conhecidas", diz Portilho.

Na esteira dos lançamentos recentes no mercado local, a Genial Investimentos também tem planos de lançar, em meados de setembro, uma ferramenta dentro do aplicativo da corretora para oferecer a negociação de criptomoedas.

"Percebemos uma demanda dos clientes e entendemos que conseguimos atender muito bem o público que está em busca desses produtos no país", diz Rodrigo Haluska, sócio e diretor de negociação eletrônica da Genial.

Haluska afirma que tanto a economia, como também os mercados de um modo geral, são marcados por grandes ciclos, seja de alta ou de baixa.

E, embora estejamos ainda no meio do inverno cripto, sem previsão de uma virada tão cedo, a visão da corretora é a de que, sob uma perspectiva de médio e longo prazos, o nicho de mercado ainda tem um potencial extraordinário a ser aproveitado.

"Já temos trabalhado no projeto há quase um ano, antes desse inverno, como o pessoal tem chamado, e a gente acha que é um momento de oportunidade", diz.

O sócio da Genial prefere não abrir ainda quais serão os ativos digitais a serem disponibilizados pela plataforma cripto, mas afirma que o segmento é muito mais amplo do que as criptomoedas, e inclui todas as possibilidades oferecidas pela rede blockchain de transformar praticamente qualquer ativo financeiro em um ativo digital dentro do ecossistema.

Nessa linha, o Itaú anunciou em 14 de julho o lançamento da sua divisão de "digital assets", cuja proposta é justamente se valer do potencial da rede blockchain para transformar ativos tradicionais do mercado em ativos digitais, para, dessa forma, torná-los mais acessíveis ao maior número possível de clientes.

Já o presidente do Santander, Mário Leão, afirmou estar nos planos do banco espanhol lançar nos próximos meses alguma ferramenta que dê aos clientes a opção de negociar criptomoedas.

O sócio da Genial diz ainda que a estimativa é ter entre 10% e 20% do total da base de aproximadamente um milhão de clientes operando criptoativos pela plataforma da corretora durante os próximos meses.

Especialista em criptomoedas na empresa de análise de investimentos Nord Research, Luiz Pedro Andrade diz que as novas plataformas que têm chegado ao mercado podem ser uma boa alternativa para aqueles que já são clientes das instituições responsáveis pelas ferramentas e que têm interesse em dar o primeiro passo no mercado cripto.

Ele ressalta, contudo, que as perspectivas de curto prazo seguem incertas para as criptomoedas, em um cenário de alta dos juros e risco de recessão nos mercados desenvolvidos. Até por conta disso, a recomendação do analista é que a alocação dentro de uma carteira de investimentos não ultrapasse os 2% em criptomoedas.

Além disso, ele diz que o investimento não deve ser feito todo de uma vez, mas preferencialmente por meio de algumas alocações em separado, de modo a diluir o risco de colocar o dinheiro às vésperas de um ajuste mais agudo no mercado e perder a oportunidade de comprar a preços mais convidativos.

"Acho que a queda recente representa um bom momento para quem estiver interessado começar a investir, mas sempre com muita parcimônia e uma gestão de risco bem definida", afirma Andrade.

+ BITCOIN
A principal criptomoeda do mercado acumula desvalorização de cerca de 56% em 2022, até 26 de agosto— em um contexto de alta dos juros nos mercados desenvolvido

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Telefone sem fio

O setor de telemarketing vai lançar uma série de ações para tentar melhorar sua imagem. Com uma campanha criada pelo Sintelmark (sindicato do setor em SP), a ideia é estimular as empresas a adotarem a autorregulação. Para Laurent Delache, presidente do sindicato, a medida pode favorecer a comunicação com o consumidor final. A entidade sugere a adoção do código de ética do programa de autorregulamentação do setor, que certifica companhias com boas práticas.

SEM SINAL O setor está sob pressão. Em julho, 180 empresas foram suspensas pelo Ministério da Justiça por telemarketing abusivo. Elas estão proibidas de fazer ligações para oferecer produtos e serviços a clientes que não tenham consentido o contato. O sindicato diz que a suspensão fragiliza o atendimento ao consumidor e coloca empregos em risco. Cerca de 1,5 milhão de pessoas atuam no setor. Em SP, são 400 mil.

ESTRADA Quase quatro em dez carros vendidos em julho tinham mais de 13 anos de rodagem, segundo levantamento produzido pela Data OLX Autos. Os veículos seminovos e usados com até três anos responderam por 13% das negociações. Os usados com mais de 13 anos alcançaram 36% do total de vendas.

QUILOMETRAGEM Segundo o relatório, as vendas gerais de usados subiram 3,3% em julho na comparação com junho. Em relação ao mesmo período em 2021, houve queda de 18%. O levantamento se baseia em dados da Fenabrave (distribuidores), do IBGE e da Fenauto (revendedores).

SEGUNDO TURNO Em julho, 203 mil automóveis e comerciais leves foram produzidos no Brasil, alta de 38% na comparação com 2021. Segundo o relatório da OLX, o Brasil passa por um momento de incertezas devido ao período eleitoral, "ainda sem uma perspectiva de como será a futura política econômica".

SOM Pelas estimativas da Tim, 10% do público do Rock in Rio neste ano vai ter aparelhos telefônicos compatíveis com a tecnologia 5G. É um volume que a operadora diz considerar significativo para uma tecnologia que foi lançada há poucos dias na cidade.

NO PALCO Com o sinal verde da Anatel para as estações com 5G no Rio de Janeiro, a Tim afirma que montou uma estrutura para fazer do festival o primeiro grande evento com a tecnologia no Brasil. Segundo a empresa, cada área da Cidade do Rock será considerada uma microcidade, com previsão de público para distribuição dos equipamentos.

SELO A primeira fase do programa que pretende certificar as empresas brasileiras com boas políticas de atenção à saúde de funcionários já está sendo executada em 60 companhias. Juntas, elas têm 212,8 mil empregados. O programa Empresa Saudável (PES) foi oficialmente lançado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Brasil) no dia 23 durante o Conarh Saúde (congresso de RH voltado ao assunto).

PAUSA O selo chegou a ser apresentado às empresas em 2019, mas o desenvolvimento foi interrompido pela pandemia. Paulo Sardinha, presidente da ABRH-Brasil, diz que a ambição é chegar às empresas pequenas, onde há mais dificuldades de as gestoras de recursos humanos atuarem. "Queremos que o programa melhore não só a saúde corporativa, mas também o entorno, chegando às famílias."

ROTINAS A avaliação das interessadas em ter o selo é feita durante quase um ano. As fases do programa preveem a criação de uma política e um plano estratégico para saúde, o desenvolvimento e a adoção de indicadores e a avaliação de resultados. No desenvolvimento de indicadores, as empresas recebem desde orientações para escolher o melhor convênio médico até a definição de um plano para oferecer alimentação saudável dentro e fora da companhia.

FEBRE Mais um projeto de lei que estabelece piso salarial para um segmento profissional da saúde entrou na esteira de votação do Congresso. O texto abrange os fisioterapeutas, que podem passar a ter um piso de R$ 4.800. No caso dos enfermeiros, a lei tem mobilizado hospitais e santas casas, que alegam não ter de onde tirar o custeio do aumento salarial dos funcionários.

DIAGNÓSTICO A CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde) é contra o texto e projeta um aumento de R$ 2 bilhões em custos anualmente se o piso dos fisioterapeutas passar. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e deve ser votado na terça (30). Se aprovado, o novo piso vai para a Câmara.

com Fernanda Brigatti, Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

JUROS
Ago., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	8,64

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência agosto

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.set

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.set. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6.set. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Calotes nos EUA e no Brasil sinalizam armadilhas e oportunidades

Parte da demanda por crédito tem sido absorvida pela oferta de cartões

Marcos de Vasconcellos
Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor de Mercado

A enxurrada de incertezas após grandes crises obriga o investidor a dirigir com a cabeça para fora da janela, buscando reunir informações que permitam enxergar a estrada com mais clareza. Isso explica, em parte, o aumento da necessidade de entender o que se passa em outros países nesse momento de superação da pandemia de Covid-19.

Maior economia do mundo, os Estados Unidos ditam as cores do semáforo dos mercados mundiais. E acenderam, na última semana, uma luz amarela em relação ao risco de uma onda de calotes.

Um a cada seis lares americanos estão com contas de serviços públicos atrasadas. Uma série de ameaças de cortes de luz nos Estados Unidos atinge 20 milhões de famílias.

A Neada (Associação Nacional de Diretores de Assistência Energética) afirmou que esta é a pior crise que o grupo já documentou na história. De acordo com a associação, as dívidas acumuladas dobraram desde o período pré-pandêmico, chegando a US$ 16 bilhões (R$ 81,4 bilhões) em contas atrasadas.

Do lado de cá do Equador, a inadimplência dos brasileiros bateu seu recorde em julho. Hoje, 41,8% da população adulta está com dívidas atrasadas, de acordo com o último dado da Serasa Experian.

E a outra má notícia é que estamos nos endividando para pagar dívidas. A demanda dos consumidores por crédito nunca foi tão alta quanto em maio deste ano. Principalmente entre quem precisa de menos de R$ 500, aponta outro estudo, também da Serasa.

Grande parte dessa demanda por crédito tem sido absorvida pela oferta de cartões de crédito. A despeito da convicção do presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, de que o cartão de crédito vai acabar em breve, cada brasileiro tem três deles ou mais. E os têm usado com frequência para pagar as contas.

No primeiro semestre deste ano, o volume transacionado por cartões de crédito atingiu R$ 1 trilhão —um aumento de 42% em relação ao mesmo período de 2021, aponta a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços). As novas tecnologias (que capturam seus dados a todo momento) baratearam a análise de risco dos bancos, levando à proliferação de ofertas de cartão focadas nas classes C e D.

A alta da inadimplência tende a machucar empresas de setores como o varejo, o imobiliário e o da educação. Um levantamento feito pelo jornal Valor Econômico, por sinal, mostrou que as dez maiores empresas do varejo na Bolsa separaram R$ 7,79 bilhões para cobrir a possível inadimplência de clientes de janeiro a junho deste ano, num aumento de 42% em relação ao mesmo período do ano passado.

Do outro lado do balcão, os bancos que têm estrutura para aguentar mais tempo sem receber pelo dinheiro emprestado e para cobrar o pagamento, com multa e juros, tendem a ganhar com o problema, no médio prazo.

Neste ano, enquanto o Ibovespa, principal indicador do nosso mercado, subiu 7,8%, o IFNC, que reúne as ações de bancos e corretoras no Brasil, já subiu 18%.

Após a divulgação dos números do primeiro semestre, ações de bancos tradicionais, como Bradesco, Itaú e BTG, têm sido recomendadas por analistas de instituições como JPMorgan, Safra e Citi, com a expectativa de manterem a valorização nos próximos meses.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, **Cecilia Machado** | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

4 das 10 maiores pagadoras da B3 vendem commodities

Petróleo, bancos e elétricas têm boas chances de dividendos, dizem analistas

Lucas Bombana

SÃO PAULO Em um ano marcado pela alta generalizada no preço das commodities em meio à retomada da atividade global e da Guerra da Ucrânia, as produtoras de matérias-primas têm se destacado entre as que mais remuneram os investidores com a distribuição de dividendos.

Levantamento da plataforma de dados financeiros TradeMap aponta que, das 10 maiores pagadoras de dividendos em 2022, até julho, 4 são produtoras de commodities.

A liderança fica a cargo das ações da Petrobras, que, na esteira dos resultados do segundo trimestre, e de pedido do governo Bolsonaro às estatais para antecipar o pagamento de dividendos, anunciou no final do mês passado a distribuição de R$ 87,8 bilhões aos acionistas.

CSN Mineração e Enauta Participações, do setor de óleo e gás, também aparecem entre os destaques do período.

Para o estudo, foi considerado o indicador dividend yield, que mede o volume de dividendos distribuídos em relação ao preço da ação negociada em Bolsa.

Conhecido pela geração estável de caixa, pelos contratos indexados à inflação e por ser um tradicional pagador de proventos aos acionistas, o setor de energia, por meio de CPFL Energia e EDP —Energias do Brasil, também se destaca entre as empresas com ações na Bolsa com maior distribuição de dividendos no acumulado de 2022.

"Apenas uma das empresas hoje paga o atual patamar da Selic, que é a Petrobras, frente à forte geração de caixa da empresa nos últimos meses", afirma Jader Lazarini, analista CNPI do TradeMap.

Em alta desde o início do ano passado, a taxa Selic saiu das mínimas históricas de 2% ao ano para os atuais 13,75%, com a aposta do mercado de que o Copom (Comitê de Política Monetária) possa voltar a promover mais uma alta de 0,25 ponto percentual na próxima reunião em setembro, levando os juros para 14% ao ano.

O analista do TradeMap acrescenta que é importante salientar que o rendimento oferecido pela Selic é no intervalo de 12 meses, enquanto o indicador que mede o nível de rentabilidade dos dividendos considera o período do acumulado no ano de 2022, até julho.

De acordo com Rodrigo Santoro, chefe de renda variável da Bradesco Asset, os fundos de dividendos da gestora do banco concentram o foco em setores que são tradicionalmente conhecidos por oferecerem retorno aos investidores por meio do pagamento de dividendos.

Por conta disso, produtoras de commodities como Petrobras e Vale, grandes bancos (Itaú e Bradesco) e empresas do setor de energia (Eletrobras e Energisa) estão entre as principais posições nas carteiras.

A petroleira estatal, em especial, é hoje uma das maiores apostas nos fundos de dividendos da Bram, afirma Santoro, acrescentando que, apesar do risco político intrínseco à empresa, o valor considerado bastante descontado das ações na Bolsa, e os fortes resultados operacionais, mais do que compensam as incertezas sobre eventuais tentativas de intervenção política na companhia.

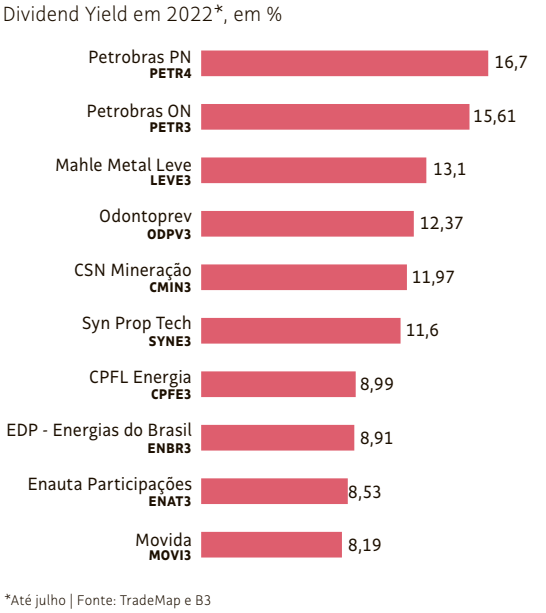
Santoro afirma também que promoveu nos últimos meses uma redução na posição carregada em Vale, considerando a desaceleração da economia chinesa e a queda na cotação do minério de ferro no mercado internacional.

Mas que, no caso do petróleo, a perspectiva enxergada para o segmento é mais positiva e sustentável, ante um reaquecimento da economia em escala global após a pandemia, e as restrições de aumento da oferta da commodity.

O especialista da Bram lembra ainda que as ações das empresas na Bolsa sofrem um desconto proporcional ao dividendo pago por ação no momento do pagamento.

Esse montante recebido pela distribuição da remuneração pelos fundos da gestora é reinvestido nas ações em carteira, com o foco em potencializar o retorno e extrair o máximo de valor no médio e longo prazo das perspectivas positivas para o desenvolvimento do negócio, diz Santoro.

Luiz Fernando Missagia, gestor de renda variável da Icatu Vanguarda, diz que uma das principais apostas na carteira dos fundos de dividendos da casa está hoje em grandes bancos, como Itaú e Bradesco.

Ele lembra que os bancos tiveram a distribuição de lucros limitada pelo governo durante a pandemia, de modo a gerar um colchão de liquidez para se prepararem para um cenário econômico mais adverso.

De acordo com os resultados mais recentes, referentes ao segundo trimestre de 2022, contudo, os bancos mostraram que conseguiram apresentar crescimentos robustos das carteiras de crédito e dos lucros, com um nível de inadimplência ainda relativamente controlado, avalia o gestor da Icatu Vanguarda.

No segundo trimestre, os quatro grandes bancos —Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e BB (Banco do Brasil)— reportaram um lucro líquido do conjunto de R$ 26,6 bilhões, valor que corresponde a um crescimento de 20,5% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Missagia afirma que a Petrobras também está hoje entre uma das maiores posições na carteira do fundo de dividendos da Icatu.

Na avaliação do especialista, em um cenário de restrição global da oferta do petróleo para atender à demanda, e com o preço da commodity conseguindo se sustentar ao redor do nível atual, a Petrobras deve conseguir manter uma forte geração de caixa nos próximos meses.

A Lei das Estatais e os aprimoramentos na governança durante os últimos anos, diz Missagia, contribuem para que a empresa consiga ter alguma blindagem contra a intervenção do governo em relação ao passado recente, mantendo uma política rentável de seus investimentos.

O setor de energia, por meio de CPFL, Engie e Equatorial, que se beneficiam da alta da inflação pelos contratos indexados aos índices de preços, também compõem os portfólios de dividendos da Icatu Vanguarda.

Além da exposição aos setores mais comuns de serem encontrados em fundos de dividendos, o gestor da Bram aponta também as varejistas Arezzo e Lojas Renner entre as ações nas carteiras dedicadas ao nicho.

"São empresas que acreditamos que, no longo prazo, vão ser grandes pagadoras de dividendos", afirma Santoro.

Gestor de renda variável da Inter Asset, Rafael Cota Maciel aponta ainda as ações da rede odontológica Odontoprev entre as apostas na carteira do fundo de dividendos da gestora, entre aquelas que fogem um pouco do senso comum de mercado.

A Odontoprev é líder em seu segmento de atuação, e opera em um nicho considerado mais defensivo e seguro do que a média da Bolsa, menos suscetível à volatilidade dos mercados e ao desempenho da atividade econômica, avalia Maciel.

A maior parte da carteira do fundo dedicado às boas pagadoras de dividendos da Inter Asset, contudo, também é reservada para setores mais tradicionais —exportadoras de commodities (Petrobras, Vale e Gerdau), setor financeiro (BB e BB Seguridade) e energia (Taesa e Transmissão Paulista).

"Estamos em um bom momento para investir em ações boas pagadoras de dividendos, até porque tem muita coisa barata na Bolsa", afirma o gestor da Inter Asset.

Ele lembra que, quanto mais descontados os preços das ações em relação ao valor estimado pelos investidores, maior tende a ser o dividend yield oferecido pela empresa, uma vez que o indicador é um resultado da relação entre o valor do dividendo pago e o valor da ação negociada em Bolsa.

O gestor da Inter Asset acrescenta ainda que, dado o perfil das empresas pagadoras de dividendos, com forte geração de caixa disponível para ser distribuída aos acionistas, elas têm conseguido atravessar melhor o ambiente macroeconômico do país de juros altos, inflação pressionada e crescimento econômico fraco —enquanto o índice Ibovespa avança 6,3% no ano, até 19 de agosto, o Idiv (Índice de Dividendos) da B3 marca valorização de 14% no mesmo intervalo.

*Até julho | Fonte: TradeMap e B3

Estamos em um bom momento para investir em ações boas pagadoras de dividendos, até porque tem muita coisa barata na Bolsa

Rafael Cota Maciel
Gestor de renda variável da Inter Asset

Pesquisadora premiada dá aula inaugural em curso de nova economia

RIO DE JANEIRO Começa nesta segunda-feira (29) o curso Nova Economia para Jornalistas, uma parceria iFood e **Folha** de S. Paulo.

Com abertura de Fabricio Bloisi, CEO do iFood e presidente do conselho da Movile, o curso terá aula inaugural com a professora e economista Carlota Perez.

Nascida na Venezuela e radicada na Europa, Perez estuda o papel das tecnologias no desenvolvimento econômico.

Seu trabalho lhe rendeu a medalha de prata da Fundação Kondratieff, dada a pesquisadores de economia.

Perez leciona na Universidade Tecnológica de Tallin (Estônia) e, em 2021, recebeu o doutorado honorário pela Universidade de Utrecht (Holanda).

Na palestra on-line para cerca de cem participantes, a professora falará sobre revoluções tecnológicas que geram mais oportunidades de desenvolvimento.

Para participar do curso sobre nova economia, foram selecionadas pessoas de todas as regiões do país, notadamente jornalistas, professores e estudantes de comunicação.

Serão 30 horas de treinamento em encontros semanais nos formatos on-line e presencial.

A cada dia, os alunos terão a oportunidade de ouvir especialistas como Marina Grossi, presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), Carlos Braga, ex-diretor do Banco Mundial, e Guga Stocco, futurista e membro do conselho do Banco Original, abordando temas como sustentabilidade, novos modelos de negócio e comportamento do consumidor, entre outros.

Também vão conhecer, por meio de depoimentos, a experiência de CEOs e executivos de empresas da chamada nova economia, como Marcelo Abritta, da Buser; Bruno Pierobon, da ZUP; Renato Villar, da Voltz; e Diego Barreto, do iFood.

Projeções para o PIB de 2023 têm divergência prematura

Ministério da Economia prevê crescimento de 2,5%; enquanto analistas estimam alta de 0,39%

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O vigor da economia no primeiro ano de mandato do próximo presidente eleito ao Palácio do Planalto é visto de forma divergente pelo mercado financeiro e pelo governo. Esse descolamento das projeções sobre o PIB (Produto Interno Bruto) de 2023 —superior a 2 pontos percentuais— ocorre de forma precoce quando se olha para todo o período do governo Jair Bolsonaro (PL).

Em 2019, ambos oscilaram na mesma toada em direção ao PIB efetivo. Já 2020 foi marcado pelas incertezas decorrentes da pandemia e teve uma margem mais elástica em julho, com mercado e governo prevendo um tombo maior do que o recuo que se concretizou. Em 2021, as perspectivas destoaram pouco ao longo do tempo, mas ficaram aquém do realizado.

Quanto ao PIB de 2022, o distanciamento das estimativas atingiu seu ápice no intervalo de novembro de 2021 a março deste ano (1,5% do governo, ante 0,5% do mercado). Desde então, as projeções dos economistas da iniciativa privada convergiram em direção ao esperado pelo Ministério da Economia. Agora, ambos se encontram no patamar de 2%.

O pessimismo dos analistas vem sendo criticado abertamente pelo ministro Paulo Guedes (Economia), que repetiu em diversas ocasiões que "o Brasil está condenado a crescer" e que os economistas passariam o ano revendo seus números para cima.

Chico Pessoa, economista da LCA Consultores, reconhece que o mercado errou ao ter subestimado a força do impacto da reabertura da economia, especialmente sobre o setor de serviços.

Mas ele também cita o pacote de medidas tributárias e a liberação de benefícios sociais turbinados com a aprovação de uma emenda constitucional às vésperas da corrida eleitoral como motivos para um desvio inesperado das projeções iniciais, e, consequentemente, da revisão de cenário.

Para o futuro, Pessoa olha com desconfiança. "A gente tem uma situação fiscal seríssima para o ano que vem. Tem uma bomba fiscal armada", disse. "A taxa de juros muito alta combinada a um endividamento das famílias é um grande entrave para o PIB de 2023", acrescentou.

O Ministério da Economia prevê crescimento de 2,5% no próximo ano, mas Guedes afirmou na última sexta-feira (26) que o país vai crescer "mais ainda" e a elevação do PIB pode ser de 3% ou de 3,5% em 2023. Os analistas do mercado, por sua vez, estimam alta de 0,39%, de acordo com o último boletim Focus, após uma série de revisões para baixo nos últimos meses.

Em meados de julho, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Pedro Calhman, defendeu a estimativa do governo para o PIB do próximo ano. "Desde maio, os indicadores de atividade estão vindo mais fortes que o esperado. Vemos uma tendência de crescimento forte da economia", disse. "Não vemos motivos para reduzir nossa projeção e estamos bastante convictos dela", completou.

Segundo a equipe econômica, o governo observa com mais ênfase o lado da oferta e incorpora em sua análise, entre outras informações, dados do volume de investimentos já contratado para 2023 e de reformas microeconômicas realizadas nos últimos anos.

Para Guedes, os economistas estão com os modelos de análise "errados". "Eles estão com os modelos antigos, que dependiam de investimento público. Nós já mudamos o Brasil", disse o ministro em evento no Rio Grande do Sul.

De acordo com o subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, o potencial de crescimento do país é maior do que os analistas estimam em seus modelos. "Há indícios de uma melhora do PIB potencial nos últimos anos e, por isso, a gente acaba tendo essa visão mais otimista que o mercado", afirmou.

Essa conclusão foi tirada de um estudo feito pela SPE (Secretaria de Política Econômica), ao qual a **Folha** teve acesso, que comparou as projeções do mercado financeiro na pesquisa Focus com o PIB efetivo de cada ano, no período de 2000 em diante.

Entre 2011 e 2016, os analistas se mostraram menos conservadores e acabaram surpreendidos com dados mais negativos do que o previsto. De 2020 para cá, a tendência se inverteu, com estimativas menos otimistas do que os dados efetivos divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"É o terceiro ano seguido em que os dados realizados indicam que, no fim, há dois desvios [desvio padrão é um conceito estatístico que expressa o grau de dispersão de um conjunto de dados] acima do que o mercado projetava. Isso, para mim, é uma clara indicação do PIB potencial maior", disse Vieira, sem quantificar o valor.

O economista da LCA Consultores diz que efetivamente o conservadorismo em relação às projeções tem a ver com frustrações que foram vistas nos últimos anos, mas acrescenta a dificuldade de mensurar os impactos reais da pandemia e da inesperada política fiscal.

Para Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, a visão mais positiva do governo também é uma forma de tentar transmitir confiança aos agentes.

"O governo diz que está tudo bem porque naturalmente precisa passar essa ideia de que está sendo efetivo, até para segurar um pouco esse balanceamento de riscos, mas não tem dado muito certo."

O subsecretário da equipe econômica nega que o governo seja otimista quanto aos números. "Apesar das nossas projeções superarem as de mercado, não fomos otimistas. Fomos conservadores, pois nos últimos três anos, erramos o resultado final, o valor realizado do PIB ficou acima do que projetávamos", disse Vieira.

Para 2023, o Santander prevê uma recessão de 0,6%.

Segundo Maurício Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do banco, o aperto monetário promovido pelo Banco Central é o principal fator para a contração do PIB no próximo ano, além do arrefecimento dos preços das commodities. Atualmente, a taxa básica de juros (Selic) está fixada em 13,75% ao ano.

"Para controlar a inflação, infelizmente a gente precisa passar por uma desaceleração da economia. A gente está estimando que a taxa de juros vai atingir, no segundo trimestre do ano que vem, o nível mais contracionista desde 2003", disse.

O BNP Paribas cita, além dos efeitos do choque de juros, as potenciais restrições fiscais e a desaceleração global em 2023 para ter zero como projeção para o PIB do próximo ano.

"Independentemente de quem ganhar as eleições, as contas públicas estarão numa situação muito mais complicada", disse Gustavo Arruda, chefe de pesquisa econômica para América Latina do banco francês.

O economista ressalta que parte da receita extraordinária que o governo tem usado para manter a economia aquecida em 2022 se deve a imposto inflacionário, mas lembra que a inflação vai desacelerar. Ele menciona ainda como obstáculo a retomada da discussão sobre reajuste salarial para o funcionalismo público.

"Quando tento colocar os fatores que importam, não consigo imaginar de onde pode vir esse crescimento para o ano que vem. Fico mais na conta conservadora", resumiu.

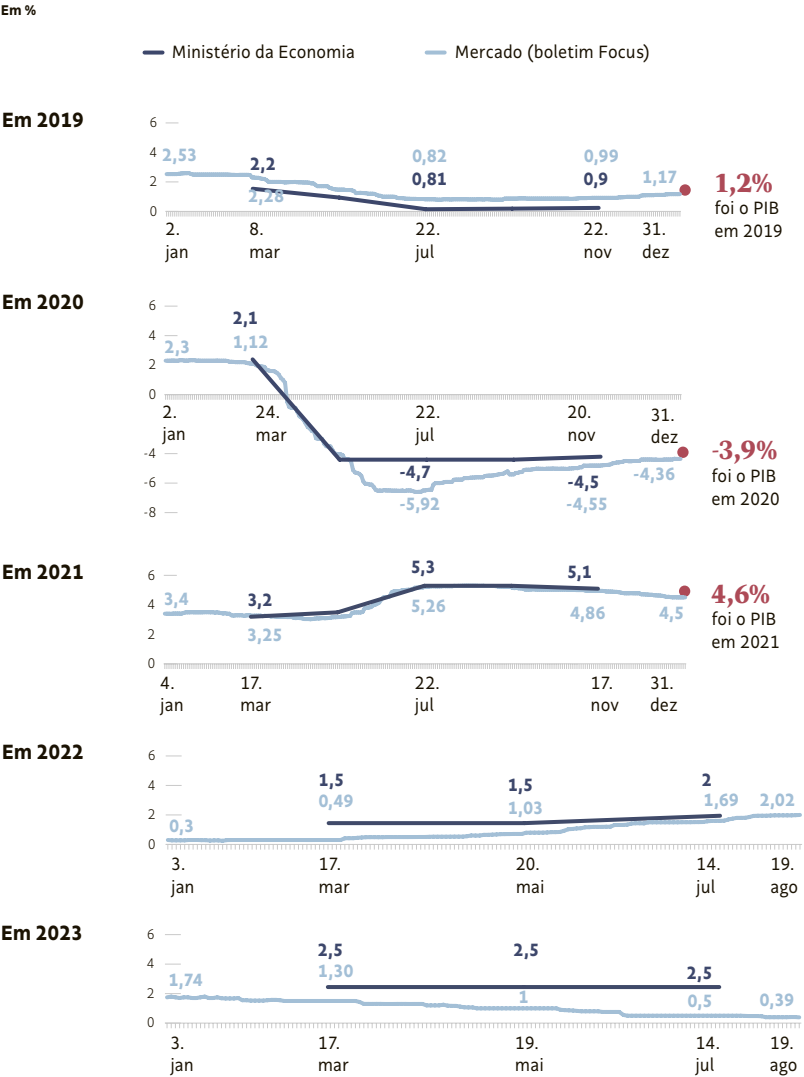
Projeções para variação do PIB*

Em %

Ministério da Economia — Mercado (boletim Focus)

Em 2019

Em 2020

Em 2021

Em 2022

Em 2023

*As projeções de 2019 a 2022 foram feitas nos respectivos anos; mas, em 2023, estão sendo feitas em 2022.
Fontes: Banco Central, Ministério da Economia e IBGE

Turismo sofre com escassez de mão de obra

Parte dos trabalhadores especializados migrou para outros setores na pandemia e não retornou, dizem empresários

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Atividades de turismo enfrentam um gargalo em meio à retomada dos negócios no país. Trata-se da escassez de mão de obra especializada. O quadro desafia o preenchimento de parte das vagas de trabalho disponíveis em empresas como agências de viagens e hotéis.

Segundo analistas e empresários, a situação pode ser associada aos efeitos da pandemia. Com a crise sanitária, em 2020, a demanda por atividades turísticas despencou, e trabalhadores amargaram demissões em massa. A partir da vacinação contra a Covid-19, o cenário foi invertido. A procura por viagens reagiu nos últimos meses e estimulou recontratações. A questão é que, ao longo da crise, parte dos profissionais já treinados teve de migrar para outras atividades em busca de renda.

Uma parcela do grupo ainda não voltou para o ramo de turismo. E talvez nem retorne tão cedo. Vem daí o descompasso, já que determinadas funções exigem algum nível de especialização. É o caso dos operadores de viagens. Esses trabalhadores são responsáveis por montar os pacotes turísticos, indica Roberto Nedelciu, presidente da Braztoa (Associação Brasileira das Operadoras de Turismo).

"São profissionais que precisam ter conhecimento sobre as viagens, sobre os passeios disponíveis, sobre as opções de hotel. No caso das viagens internacionais, também tem a questão da língua estrangeira. É uma função que tem sido difícil de recolocar", diz. "A gente não vendeu mais nos últimos meses por causa da dificuldade para contratação de mão de obra especializada."

De acordo com empresários, agências vêm apostando em treinamentos, mas essas tarefas muitas vezes são consideradas complexas.

"Vimos pessoas que deixaram a área na pandemia e ainda não retornaram", afirma Frederico Levy, vice-presidente de marketing e eventos da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens). "As agências voltaram a operar com quantidade reduzida de pessoas. Para treinar um profissional júnior, é demandado o apoio de um sênior."

Agências de viagens e operadores turísticos somavam 63,7 mil empregos formais no Brasil em janeiro de 2020. O dado integra o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Durante a crise, esse número chegou a recuar para a faixa de 40 mil, subindo na sequência com o avanço da vacinação.

Turismo na pandemia

Atividades recontratam após restrições causadas pela Covid-19

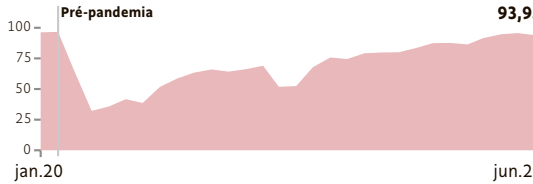
Empregos formais em agências de viagens e operadores turísticos

Em milhares

Empregos formais em hotéis e similares

Em milhares

Índice de atividades turísticas

Indicador envolve 22 serviços relacionados ao turismo (em pontos, base = 100)

Fontes: Caged e IBGE

Em junho deste ano, período mais recente com estatísticas disponíveis, o estoque alcançou 48,7 mil postos formais. O indicador corresponde ao total de vagas em vigor.

"O cenário ficou mais positivo em 2022 com o recuo da crise sanitária e o avanço da vacinação", avalia o economista Fabio Bentes, da CNC (confederação nacional do comércio). No caso das agências de viagens, as admissões cresceram 131% entre os trabalhadores com ensino superior no primeiro semestre deste ano, frente a igual período de 2021, indica levantamento produzido por Bentes, a partir do Caged. O avanço foi de 104% na média de todos os níveis de escolaridade.

Em termos nominais (sem o desconto da inflação), os salários de admissão dos trabalhadores com nível superior completo tiveram variação positiva de 6,1% na mesma base de comparação, enquanto a média geral foi de 0,82%.

Mesmo sem levar em conta as perdas inflacionárias, a alta nominal, aliada ao aumento da ocupação, pode indicar escassez de mão de obra mais qualificada, conforme Bentes.

Pela mesma lógica, em períodos de fartura de trabalhadores, uma das possíveis consequências seria o salário menor de admissão.

Além das agências, hotéis e empresas de eventos também sentem dificuldades para preencher parte das vagas neste momento, aponta Mariana Aldrigui, presidente do Conselho de Turismo da Fecomercio SP e pesquisadora da USP.

"Muitos profissionais não enxergaram segurança para permanecer na área", lembra. "Tivemos muitas migrações."

Na comparação com atividades turísticas, setores como o de tecnologia podem oferecer salários mais altos e condições de atuação mais flexíveis, sem a necessidade de trabalho presencial, diz Aldrigui. Isso desafia a entrada de jovens na área de turismo.

"Ficou difícil até trazer de volta ao escritório parte do pessoal que estava em home office", relata Monica Paixão, diretora geral do resort Le Canton, em Teresópolis.

A empresária afirma que o maior gargalo no momento é o preenchimento de vagas "mais operacionais". São funções que podem envolver, por exemplo, necessidade de deslocamentos, acompanhamento de eventos e trabalho aos finais de semana.

Em janeiro de 2020, antes da pandemia, hotéis e similares tinham um estoque de 316,3 mil empregos formais no Brasil, conforme o Caged. O número chegou a cair para perto de 230 mil ao longo do primeiro ano da crise.

Com a reabertura econômica, o estoque voltou a crescer. Em junho deste ano, alcançou 297,5 mil vagas. "Aqui no Rio tivemos uma excepcional alta temporada, a partir do Réveillon", afirma Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO (Sindicato dos Meios de Hospedagem do Rio). Funções como recepcionista estão entre as mais demandadas.

bradesco **Edital de leilão** "LEILÃO ON-LINE" MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo-SP.Localização do imóvel: Osasco – SP. Bairro Jardim São Victor. Rua Veneza, n° 794. Casa. Área Terr. 173,43m² e Área Constr. 127,82m². Matr. 93.970 do 1° RI Local. Ocupado. (AF).1º Leilão: 12/09/2022, às 15h. Lance mínimo: R$ 586.770,25 2º Leilão: 15/09/2022, às 15h. Lance mínimo: R$ 300.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento.O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3845-5599 Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 20 DIAS PROCESSO Nº1020481-94.2018.8.26.0564. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr. Mauricio Tini Garcia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a BRUNO HOBI DA SILVA**, RG 4883548802 e CPF/MF 415.301.728-02, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Fundação Santo André, no valor de R$12.014,11 no dia 14/08/2018, visando a cobrança do acordo 320310, parcelas de 01 a 13. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, podendo no prazo de 15 dias, oferecer embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 30 supra. Não sendo apresentada resposta a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS PROCESSO Nº1011414-04.2019.8.26.0554 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Flávio Pinella Helaehil, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a(o) PEDRO HENRIQUE MENEZES CABRAL**, Brasileiro, RG 481992662, CPF 423.499.928-88, com endereço à Rua Gastao Gruls, 18, Vila Scarpelli, CEP 09050-480, Santo André - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação Santo André, alegando em síntese: cobrança de mensalidades atrasadas do ano letivo de 2017, totalizando a quantia de R$ 12.592,73 (doze mil e quinhentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), para que em quinze dias, ofereça embargos monitórios ou pague a importância supra no mesmo período, acrescida de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando ciente, outrossim, de que neste último caso ficará isento de custas processuais. Na hipótese de não oferecimento de embargos ou, ainda, no caso de julgamento improcedente destes, será iniciada a execução, conforme previsto no Título II do Livro I da Parte Especial. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 15 de agosto de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220860

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220860 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de equipamento hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 8602022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Agosto de 2022. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº1015643-33.2018.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Celso Maziteli Neto, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) SILVIA RODRIGUES DE LIMA, CPF nº. 430.730.018-16, RG nº 496377322/SP, que a Fundação Santo André, alegando em síntese: em 27 de julho de 2018, lhe ajuizou **AÇÃO MONITÓRIA** objetivando a cobrança de mensalidades atrasadas do ano letivo de 2015, totalizando a quantia de R$ 5.000,30 (cinco mil reais e trinta centavos). Encontrando-se a demandada em lugar ignorado, foi deferida sua citação editalícia para que, em quinze dias, a fluir após o lapso temporal deste edital, ofereça embargos monitórios ou pague a importância supra no mesmo período, acrescida de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando ciente, outrossim, de que neste último caso ficará isento de custas processuais. Quedando-se inerte, a requerida será considerado revel, caso em que será nomeado Curador Especial. Na hipótese de não oferecimento de embargos ou, ainda, no caso de julgamento improcedente destes, será iniciada a execução, conforme previsto no Título II do Livro I da Parte Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de junho de 2022.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO dos executados: ESPÓLIO DE AMILTON VACARELLI, ESPÓLIO DE DAISI ELINA VACARELLI, representados por AILTON VACARELLI, CPF 286.983.476-49 (inventariante), demais interessados UNIÃO FEDERAL, CNPJ 26.994.558/0001-23, MUNICÍPIO DE SANTOS, CNPJ 58.200.015/0001-83, DEMILTON VACARELLI, CPF 285.802.066-34, e a quem mais possa interessar, nos autos do Processo nº **1007039-33.2019.8.26.0562. O Dr. José Wilson Gonçalves, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Santos, do Estado de São Paulo**, na forma da lei, nos termos do Art. 881, § 1º, CPC, FAZ SABER que levará a leilão o bem abaixo descrito, por intermédio do auxiliar indicado por este juízo, o Sr. Leonardo Vieira Amaral, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1010. O leilão será realizado na modalidade *on-line* pelo website hospedado na rede mundial de computadores em https://www.leilaonet.com.br. BEM/LOTE (resumo): O imóvel matriculado sob o nº 53.559 do 2º Cartório Registro de Imóveis de Santos. "O apartamento nº 41-A, localizado no 7º andar ou 8º pavimento do Edifício Alexandria, Bloco A do Conjunto Damasco, à Avenida Bartolomeu de Gusmão, 136, no Bairro da Ponta da Praia, com 116,20 m² de área útil, 32,05 m² de área comum e 148,29 m² de área total, sendo de propriedade exclusiva deste apartamento e ao mesmo vinculada, a garagem de número 01 (um), sita no 2º andar ou 3º pavimento, com a área total de 40,04 m². Contribuinte nº: 88.005.021.007. DATA: 1º LEILÃO: 06/09/2022 às 15:30h, Lance Mínimo: R$ 900.000,00; 2º LEILÃO: 27/09/2022 às 15:30h, Lance Mínimo: R$ 450.000,00 (horários de Brasília/DF). PARTICIPAÇÃO: O envio de lances será on-line e se dará através do site do leiloeiro, os interessados deverão se cadastrar em www.leilaonet.com.br e se habilitar em até 24 horas antes do início do leilão. **Edital completo no site www.leilaonet.com.br**, demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzido pelo Decreto nº 22.427/33. PAGAMENTO: O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de boleto bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance efetuado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. Propostas para pagamento parcelado serão apreciadas, nos termos do Art. 895, do CPC. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Rua Dona Maria Paula nº 122, 5º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. INFORMAÇÕES: fone (11) 96100-8910 / e-mail contato@leilaonet.com.br.

Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo. CNPJ - 49.087.232/0001-18 - Rua Galvão Bueno, 212 - 5º Andar - CJ. 51 B - Liberdade - São Paulo - SP - **Edital de Convocação.** O presidente da entidade supra, nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que assegura a realização de assembleias por meios eletrônicos, convoca todos os integrantes da categoria econômica atacadista de gêneros alimentícios, de ração animal e de carnes frescas e refrigeradas por ela representada no Estado de São Paulo para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **06 de setembro de 2022 às 11 horas,** de modo virtual, cujo *link* de acesso será disponibilizado no site da entidade (www.sagasp.com) com antecedência de 4 dias de sua realização, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Autorização e outorga de poderes para negociação coletiva com as entidades representativas da categoria profissional dos comerciários, incluindo celebração de termos de aditamento, em toda sua base de representação, nas respectivas datas-bases; 2) Autorização e outorga de poderes para negociação coletiva com as entidades representativas das categorias profissionais diferenciadas, inclusive celebração de termos de aditamento, em toda sua base de representação, nas respectivas datas-bases; 3) Autorização e outorga de poderes para negociação coletiva com a entidade representativa da categoria profissional dos empregados em entidades sindicais do comércio, inclusive celebração de termos de aditamento, em toda sua base de representação, na respectiva data-base; 4) Autorização para o Presidente, outorgar procuração aos patronos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Fecomércio SP, para negociar em nome do SAGASP, não só com a categoria profissional dos comerciários, mas também com as entidades representativas das categorias profissionais diferenciadas que vierem a notificá-la, bem como manifestar a não concordância com eventual instauração de Dissídio Coletivo, com base no que lhe faculta o parágrafo 2º do artigo 114 da Constituição Federal, além de recentes decisões do STF sobre a matéria. 5) Discussão e aprovação de contribuição de representação da categoria econômica. 6) Possibilidade de transformar a AGE em Assembleia permanente para desenvolvimento das negociações relativas a eventual discussão sobre temas alusivos a Convenções Coletivas. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia Geral será realizada duas horas após em segunda convocação, com o *quorum* legal. **São Paulo, 29 de agosto de 2022 - João Roberto Ferraro - Presidente.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

PE nº 051/22 – Proc. nº 2022/052758 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00132 – Objeto: Serviços de motorista fixo e eventual nas categorias "C" e "D" – 1ª RAJ – Grande São Paulo. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 08/09/2022 às 11:00 h.

PE nº 052/22 – Proc. nº 2022/017970 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00113 – Objeto: Sistema de Registro de Preços – Fornecimento de mobiliário de madeira. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 13/09/2022 às 11:00 h.

PE nº 058/22 – Proc. nº 2022/054705 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00123 – Objeto: Serviços de motorista fixo e eventual nas categorias "C" e "D" – 4ª RAJ – Campinas. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 01/09/2022 às 11:00 h.

PE nº 060/22 – Proc. nº 2021/103817 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00098 – Objeto: Sistema de Registro de Preços – Fornecimento de refrigerador doméstico (Lote 1) e forno de micro-ondas (Lote 2). **Abertura da Sessão Pública:** Dia 05/09/2022 às 11:00 h.

PE nº 070/22 – Proc. nº 2022/049984 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00122, - Objeto: Serviços de preparo e fornecimento de refeições para as Varas do Júri do CJMMG (Barra Funda) - Lote Único. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 13/09/2022 às 10:00 h.

PE nº 083/22 – Proc. nº 2022/062158 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012022OC00129 – Objeto: Sistema de Registro de Preços – Serviço de agenciamento sistematizado de viagens corporativas. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 12/09/2022 às 11:00 h.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **(www.tjsp.jus.br)** e, no caso de Pregão Eletrônico, também no site da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP **(www.bec.sp.gov.br)**.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços n.º 010/2022, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para construção de cobertura para Feira Livre da Barra Funda, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 13/09/2022, às 13:30 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, localizado na Av. Siqueira Campos, 1.430, ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (xx18 3361-9100) ramal 9109.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 26 de agosto de 2022.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DE CAMPINAS E REGIÃO – RECAP
Edital de Convocação – Assembleia Geral Eleitoral

Convoco Assembleia Geral Eleitoral para eleger todos os membros dos órgãos de direção e de representação do Sindicato, para o dia 14/09/2022, das 9 **às** 17 horas, na Rua José Augusto César, 233, Jardim Chapadão, em Campinas-SP. Prazo para registro de chapas: 48 horas, a partir desta publicação. Informações, fornecimento de fichas e registro de chapas: das 13 às 17 horas, nos dias úteis, no endereço supra, onde está afixado o edital completo de convocação.
EMILIO ROBERTO CHIERIGHINI MARTINS
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221399

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20221399 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos de laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 13992022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Agosto de 2022. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00626.2022 - 69899.2022
Objeto: Papel Higiênico e Toalha de Papel - Fornecimento Parcelado.

Cotação - Processo IPT Nº DL00630.2022 - 69674.2022
Objeto: Telha Trapezoidal Aço Galvalume.
Data Final para apresentação de proposta: 31.08.22 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4487 - msumi@ipt.br - Departamento de Compras.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220128

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220128 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de pré- moldados, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 14172022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Agosto de 2022. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220019

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220019 de interesse da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades de vigilância da Linha Oeste da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 13962022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Agosto de 2022. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 08/09/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 19/09/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10145479102, firmado em 12/08/1998, no qual figuram como Fiduciantes **ROBERTO COSTA DOS PASSOS**, bancário, CIRG nº 15.461.442-SP, CPF nº 049.047.768-28, e **TÊMIS RENATA PEREIRA DA COSTA**, contabilista, CIRG nº 21.559.085-5-SP, CPF nº 142.124.468-39, brasileiros, separados judicialmente, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 780.559,83 (Setecentos e oitenta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UMA CASA GEMINADA e seu respectivo terreno, situados à Rua João Melo da Câmara, nº 257, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó, medindo 5,00m de frente, por 30,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a largura de 4,90m, encerrando a área de 148,50 m², confrontando do lado direito, de quem da rua olha, com o prédio nº 265, do lado esquerdo com o prédio nº 251, com o qual é geminado, dos proprietários, ambos da mesma rua, e nos fundos com o prédio nº 226, que faz frente para a Rua Francisco Nunes Siqueira, sendo que anteriormente confrontava do lado direito com Jaime Cruz Santos e nos fundos com Adhemar de Matheus. Matrícula nº 70.512 do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 390.279,92 (Trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 08/09/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 19/09/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10131353600, firmado em 26/11/2014, no qual figuram como Fiduciantes **ROBERTO CARLOS CALIANI**, brasileiro, corretor de valores e sua mulher **ELISABETE IRENE WADA CALIANI**, brasileira, arranjos florais, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, em 07 de março de 1987, RG nº 12476812-X-SSP/SP e RG nº 9781387-4-SSP/SP, CPF nºs 037.865.408-02 e 011.007.708-36, respectivamente, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.131.658,37 (Hum milhão, cento e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO TIPO Nº 187, localizado no 18º andar ou 18º pavimento, do Condomínio "EDIFÍCIO PASCAL", situado à Rua Pascal, nº 1.777, no bairro Campo Belo, 30º Subdistrito – Ibirapuera, com a área privativa de 48,350 m², a área comum de 53,118 m², (incluindo o direito a guarda de 01 automóvel de passeio na garagem coletiva do condomínio e a área de 1,65 m² correspondente a 01 depósito nos subsolos), e a área total de 101,468 m², equivalente a uma fração ideal de 0,006409 no terreno e nas partes de propriedade e uso comum do condomínio. Matrícula nº 235.212 do 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 565.829,19 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e dezenove centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2022

Processo: 017/2022. OBJETO: Aquisição de Materiais – Telhas de Aço Galvanizado, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 29/08/2022 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 29/08/2022 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 14/09/2022 às 09h30, no site www.gov.br/compras.
Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220028 - IG No 1178792000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220028 de interesse da Superintendência de Obras Públicas – SOP, cujo OBJETO é: Aquisição e instalação de sistemas de climatização e de ventilação mecânica para atender o Centro Integrado de Segurança Pública – 1a Etapa, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 13752022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Agosto de 2022. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

Assembleia Geral Extraordinária - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA**, inscrito no **CNPJ/MF sob nº 57.518.276/0001-83**, com sede social na Rua: Siqueira Campos, 33 - Centro, CEP: 09020-240, no município de Santo André/SP - Fone 4433-4200, com base territorial nos municípios de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Pelo presente edital, através de seu Presidente, **CONVOCA** todos os trabalhadores das Indústrias do setor **MOBILIÁRIO**, da sua base territorial, **associados ou não**, todos com direito a voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no **dia 02 de setembro de 2022, às 17:00horas** em nossa subsede, situada à Rua: Capitão José Gallo, 380 - Centro - Ribeirão Pires, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1)** Aprovação da Ata da Assembleia anterior; **2)** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação da categoria acima, a ser apresentado para renovação das normas **Coletivas de Trabalho/2021** referente a data-base de **01/11/2022**; **3)** Concessão de Poderes à Diretoria do Sindicato para que dê início ao processo de negociação e possa firmar **Acordo/Convenção Coletiva** e posteriormente, se for o necessário, instaurar o competente **Dissídio Coletivo (econômico/greve)**; **4)** Discussão e aprovação de desconto à título de Contribuição Assistencial e/ou Confederativa - sendo o percentual de **1,2 % (um vírgula dois por cento)** - para custeio da organização sindical, descontado de todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas; **5)** Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação, 1 (uma) horas após, às **18:00hs** com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para as categorias. Ribeirão Pires, 29 de agosto de 2022. **Luiz Carlos Biazi** - Presidente.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 08/09/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 19/09/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10156756000, firmado em 26/03/2021, no qual figuram como Fiduciantes **SALIM FERREIRA TOSTA**, brasileiro, solteiro, funcionário público, RG 20.070.836-SSP/SP, CPF 125.788.378-05, convivente em união estável com **DIANE MARIA BARBOSA DA SILVA**, brasileira, solteira, auxiliar de enfermagem, RG nº 22.796.551-6 e CPF nº 128.389.218-94, residentes e domiciliados em São Vicente/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 427.291,67 (Quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **O APARTAMENTO Nº 1.105, localizado no 11º andar ou 12º pavimento do "EDIFÍCIO TAMOYO", situado na Av. Manoel da Nóbrega, nºs 701 e 727, esquina com a Av. Quintino Bocaiúva, nº 26, em São Vicente/SP, tendo a área construída autônoma de 88,80 m² e 16,30 m² de quota parte ideal nas áreas comuns do edifício, correspondendo-lhe uma parte ideal no terreno de 1,23%. Matrícula nº 109.248 do Cartório de Registro de Imóveis de São Vicente/SP. Obs: Imóvel Foreiro.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 296.244,03 (Duzentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 08/09/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 19/09/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10149227408, firmado em 04/06/2020, no qual figuram como Fiduciantes **GERALDO SANT'ANNA JUNIOR**, brasileiro, marceneiro líder, RG nº 30.008.978-8-SSP/SP, CPF nº 268.667.998-05 e sua mulher **CAMILA PETERSMANN MOURA**, brasileira, RG nº 29.853.274-8-SSP/SP, CPF nº 304.475.768-10, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Pirituba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 474.104,76 (Quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e quatro reais e setenta e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UMA CASA sob nº 15 (antigo nº 33), situada à Rua Visconde do Rio Claro, do lote "H", do Conjunto 18, integrante do "CONJUNTO RESIDENCIAL VISTAVERDE", com área construída de 71,00 m², no 31º Subdistrito – Pirituba/SP, e seu terreno localizado na quadra "Q" do JARDIM VISTAVERDE**, [illegible] **Matrícula nº 80.062 do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 245.467,60 (Duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 08/09/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 19/09/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10134111906, firmado em 11/09/2015, no qual figuram como Fiduciantes **DIOGO BISPO DOS SANTOS**, brasileiro, analista financeiro junior, RG 35.228.162-5-SSP/SP, CPF 336.169.388-80 e sua mulher **NAIARA CRISTIANE DA SILVA BISPO**, brasileira, ministra religiosa, RG 46.333.057-2-SSP/SP, CPF 401.002.848-33, casados no regime comunhão parcial de bens, aos 23 de abril de 2015, residentes e domiciliados em Santo André/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 509.364,26 (Quinhentos e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **A RESIDÊNCIA nº 01, localizada no 1º pavimento, na parte da frente, do CONDOMÍNIO "EDIFÍCIO RESIDENCIAL CENTRAL PARK IV", com entrada pelo nº 1.066 da Av. Engenheiro Olavo Alaysio de Lima, situado no "Parque das Nações", perímetro urbano desta cidade de Santo André/SP, possuindo uma área privativa de 49,7500 m² (estando incluído nesta, o uso exclusivo de um quintal descoberto localizado no mesmo pavimento); área comum de divisão não proporcional de 3,4100 m² (correspondente a 01 vaga parcialmente coberta, determinada, designada como "VAGA RESIDÊNCIA 01"); área comum de divisão proporcional de 18,5834 m²; perfazendo uma área total construída de 71,7434 m²; correspondendo-lhe uma fração ideal no todo do terreno e nas demais coisas de uso comum do condomínio igual a 0,171766 ou 17,1766%. O referido condomínio foi construído sobre o terreno de 138,50 m². Matrícula 85.905 do 2º Registro de Imóveis de Santo André/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de setembro de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 254.682,13 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e treze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL PUBLICAÇÃO DE RESULTADO C/C CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA CERIMONIA DE POSSE DIRETORIA ELEITA - Eu, **Joel Herculano da Silva,** diretor presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Limeira e Região, entidade Sindical de Primeiro Grau, com cadastro CNES processo sob nº 24000.006500/92-41, inscrito no CNPJ sob nº 51.487.809.0001/20, estabelecida a Rua Tenente Belizário nº 41 Centro Limeira SP, com **BASE TERRITORIAL nas cidades de:** Araras, Artur Nogueira, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Rio Claro, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes e Tujuguaba todas situadas no Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições estatutárias, em cumprimento ao disposto nos Artigos 138º e, 79º do Estatuto Social desta Entidade, faço saber que após a realização do pleito eleitoral nesta entidade, votaram 766 (setecentos e sessenta e seis) trabalhadores integrantes do quadro associativo do sindicato em pleno gozo dos seus direitos estatutários de voto, tendo depois de sido apurado o sufrágio das urnas obtido o seguinte resultado: 750 (setecentos e cinquenta) votos para a Chapa "1" denominada "RESISTENCIA NA LUTA", 09 (nove) votos em branco e, 07 (sete) votos nulos; Diante do resultado foi pelo Presidente da Comissão Eleitoral proclamada eleita após haver recebido 97% dos votos validos a chapa de número 01 denominada "RESISTENCIA NA LUTA", que para fins de cumprimento do Estatuto Social bem como para impugnações resta informado que a mesma foi composta pelos seguintes membros: **Diretoria Executiva - Efetivos:** Presidente - Joel Herculano da Silva; Secretario Geral - Reginaldo de Souza Arantes; Tesoureira Geral - Maria Aparecida de Castro Silva. **Diretoria Executiva - Suplentes:** Aparecida de Fátima Diniz de Melo - Gildasio Vieira dos Santos - Luciano Ricardo Camargo Campos. **Conselho Fiscal - Titular:** Antonio José Orsi - João Orlando Pelizari - Sebastião Alves de Jesus. **Conselho Fiscal - Suplentes:** Rosa Madeira Rodrigues - Floripedes Machado da Cruz - Genilda Machado da Cruz. **Representante Federação - Titular:** Reginaldo de Souza Arantes - Joel Herculano da Silva. **Delegado Representante Federação - Suplente:** Maria José de Moura - Aparecida de Fatima Diniz de Melo. Diante do resultado declaro que a chapa eleita tomará posse nos cargos em Assembleia de Cerimonia de Posse que ira se realizar na sede social desta entidade no dia 19.12.2022 as 17h00min. **Informo ainda que atendendo exigências estatutárias em especial o Artigo 72º, para fins de publicidade do ato, cópia do presente Edital será afixado na sede desta Entidade.** Limeira, 29 de Agosto de 2022; **Joel Herculano da Silva** - Diretor-Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAREÍ
RETIFICAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 32/2022

A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Pregão nº 32/2022, na forma ELETRÔNICA, julgamento através do Menor Preço por Lote, cujo objeto da presente licitação é escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos e materiais permanente para a ESF "Adalberto Rocha", com recursos da proposta 16691.468000/1220-01 do Ministério da Saúde, de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Recebimento de Propostas até 09/09/2022 as 10:00:00 horas. Início da Sessão de Disputa de Preços: 09/09/2022 as 10:15:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço www.bll.org.br site oficial www.guarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado no Paço Municipal, Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro, no horário de expediente de segunda a sexta feira. Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br. Guareí, 26 de agosto de 2022. José Amadeu de Barros – Prefeito Municipal

Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Ibiúna e Região
Assembleia Geral Extraordinária Itinerante e Permanente – Edital de Convocação

Ficam convocados os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e afins, dos Municípios de Ibiúna, Tapirai, Cotia, São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Vargem Grande Paulista, representados por este Sindicato, estatutariamente, Associados ou não, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária **Itinerante e Permanente, e por Local de Trabalho**, na forma do artigo 612 da CLT e nas disposições atinentes, **com início no dia 10 de setembro de 2022, às 8:00 horas**, em primeira convocação ou por falta de quorum, às 9:00 horas, em segunda convocação, na sede social sito à Rua Coronel Salvador Rolim de Freitas, nº 143, Centro – Ibiúna-SP, nesta Cidade, neste Estado, **e encerramento dos trabalhos às 17:00 horas do dia 26 de outubro de 2022**, para deliberarem sobre seguinte **Ordem do Dia: 1)** Leitura, discussão, e deliberação da Ata da Assembleia anterior; **2)** Deliberar sobre as reivindicações econômicas e sociais para celebração de Acordos e ou Convenção Coletiva de Trabalho ou Eventual Instauração de Dissídio Coletivo de Trabalho, para os setores da cultura diversificada e pecuária, empregados em chácaras, empregados em Pesqueiros e empregados em Apiários e afins, (**Data-Base 01/01/2023 – 31/12/2023**); **3)** Autorizar a Diretoria do Sindicato, outorgando-lhe poderes especiais, a firmar Acordos e ou Convenção Coletiva de Trabalho ou a Instaurar Eventual Dissídio Coletivo de Trabalho, para os respectivos setores para vigorar aos integrantes da Base Territorial desta entidade, nos municípios de Ibiúna, Tapirai, Cotia, São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Vargem Grande Paulista; **4)** Discutir e deliberar sobre formas de arrecadação para o custeio do sistema confederativo sindical e assistencial aos trabalhadores rurais, previsto no artigo 8º inciso 4º da Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988, e artigo 513 alínea "e" da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, instituídas pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, respectivamente, bem como a Deliberação sobre percentual para ser destinada a Central Sindical a qual o Sindicato se encontra filiado, das respectivas Contribuições. As Deliberações serão tomadas estatutariamente.
Ibiúna-SP, 25 de agosto de 2022. ***Francisco Edivan Pereira*** – *Presidente*

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221201

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20221201 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 12012022, até o dia 12/09/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Agosto de 2022. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220140

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220140 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de concreto asfáltico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 12872022, até o dia 12/09/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Agosto de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

LEILÃO DE IMÓVEIS Online
Data do Leilão: 31/08/2022
a partir das 15h00
Prestador de Serviço Autorizado Itaú — ZUKERMAN LEILÕES

À VISTA 10% DE DESCONTO | APARTAMENTOS • CASAS
OPORTUNIDADES NA BA • GO • MS • PR • RJ • RS • SC • SP

LOTE 01 - APARTAMENTO
JUNDIAÍ/SP - JARDIM TAMOIO
APTO. C/ 01 VAGA. Rua Carlos Hummel Guimarães, 705, Apto. 35, Bloco 02, Residencial Jardim Conquista. Área privativa: 71,50m². Área total: 94.36m². Matr. 147.118 do 2° CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 109.400,00

LOTE 02 - CASA **DESOCUPADO**
RIO VERDE/GO - JARDIM GOIÁS
Rua Dezessete, Casa n.º 188, Lote 02-B Parte, Quadra 46. Área de Terreno: 127,20m². Área Construída: 93,07m². Matr. 65.666 do CRI local.
Lance Mínimo: R$ 252.600,00

LOTE 03 - APARTAMENTO
PALHOÇA/SC - CENTRO
APTO. C/ 01 VAGA (nº 31) + HOBBY BOX (nº 20). Rua Antônio Manoel Martins, nº 57, apto. nº 903, Condomínio Green Park Residence. Área privativa: 72,24m². Área total: 118,18m². Matrs. 76.904, 76.953 e 76.982 do CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 175.560,00

LOTE 04 - APARTAMENTO
RIO DE JANEIRO/RJ - OSWALDO CRUZ
Apartamento com 01 vaga, situado ao Beco Henedina, nº 13, Bloco 1, apartamento 106. Oswaldo Cruz, Área privativa: 108,95 m² / fração ideal: 0,13 %. Matrícula: 244.013 do 8° CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 160.400,00

LOTE 05 - CASA
LAPÃO/BA - TEOTÔNIO RODRIGUES
Casa situada na Av. Nove de Maio, nº 441, Centro. Área de Terreno: 385,02m². Área Construída: 69,90m². Matr. 999 do Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas de Lapão - BA.
Lance Mínimo: R$ 62.800,00

LOTE 06 - APARTAMENTO
RIO DE JANEIRO/RJ - MARACANÃ
Apartamento 301 do edifício situado na Avenida Paula e Souza, n° 46 e sua correspondente fração ideal de 1/8 do terreno na Freguesia do Engenho Velho, que mede: 14,00m de frente, 10,40m do lado direito, 10,00m, mais 1,00m, mais 4,00m nos fundos e 12,75m do lado esquerdo, confrontando de um lado com o prédio 64 do outro com o n° 301 e nos fundos com o n° 307 da Avenida Maracanã. Imóvel objeto da matrícula nº 129.141 do 11° Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.
Lance Mínimo: R$ 195.200,00

LOTE 07 - CASA
ITATIBA/SP - PARQUE SÃO FRANCISCO
Um terreno na Rua Antonio Bertaglia, designado Lote 48-B, que é parte do lote 48, da Quadra P, do loteamento denominado Parque San Francisco, situado no perímetro urbano desta cidade e comarca de Itatiba-SP, medindo 11,85m de frente para a referida rua; 11,41m do lado direito; confrontando de quem do lote olha para a rua, com o lote 48-A; 9,85m do lado esquerdo, confrontando com o lote 47; e 11,82m nos fundos, confrontando com o lote 49, encerrando a área de 125,19m². Av.02/66.582 - para constar que foi edificada sobre o terreno uma residência na Rua Antonio Bertaglia, que recebeu o n° 215, com a área construída de 51,42m². Contribuinte sob n° 41221.13.13.00917.0.0369.00000. Imóvel da matrícula nº 66.582 do Oficial de Registro de Imóveis de Itatiba/SP.
Lance Mínimo: R$ 104.000,00

LOTE 08 - CASA
MOGI MIRIM/SP - SEHAC
Casa de morada situada na Rua Tenente José Valpassos Viana, sob n° 238, na cidade de Mogi Mirim/SP, com a área de 47,95m², e respectivo terreno designado como lote 16 da quadra F, com a área de 180,00m², medindo 9,00m de frente para a Rua Tenente José Valpassos Viana; 20,00m do lado direito, confrontando com o lote 17; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o lote 15; e, 9,00m nos fundos confrontando com o lote 23. Av.04/72.019 - para constar que a casa de morada, com a área de 47,95m², foi ampliada em 81,55m², totalizando 129,50m² de área construída. Imóvel objeto da matrícula nº 72.019 do Oficial de Registro de Imóveis de Mogi Mirim/SP.
Lance Mínimo: R$ 169.900,00

LOTE 09 - APARTAMENTO
SÃO PAULO/SP - JARDIM CELESTE
APTO C/ 01 VAGA - IMÓVEL OCUPADO. Rua Angelo Bertini, nº 303, Apto. 103 do Prédio 2, Edifício Opala, Cond. Torres dos Ourives. Área privativa: 57,97m². área total: 112,10m². Matr. 122.365 do 14º CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 114.900,00

LOTE 10 - CASA - DOURADOS/MS
PARQUE RESIDENCIAL PELICANO
Casa 02 - Condomínio Residencial Six, situado na Rua Hilda Pureza Soares n° 2.440, situado no pavimento térreo, com área construída de 68,65m2. Contendo 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha e área de serviço, 01 (um) hall, 03 (três) quartos e 01 (um) banheiro e varanda, dentro dos seguintes limites e confrontações: Ao Sul : com o lote 07; Ao norte : com uma residência em alvenaria denominado de casa 01; Ao Oeste: com a Rua Hilda Pureza Soares; Ao Leste; Com parte do lote 8-A. Cuja Cota parte do terreno é de 190,00m2, a unidade dispõe de uma vaga de garagem tendo 12,50m2, denominada vaga 02, sendo que dita unidade acha-se edificada sob o imóvel determinado por lote n°06, desmembrado de uma área de terras medido 17.600,00m2, (dezessete mil e seiscentos metros quadrados) mat. 21.460), do loteamento denominado Parque Residencial Pelicano, zona urbana da cidade de Dourados/MS, de formato regular, situado a frente para a área B, reservado para alargamento da Rua Hilda Pureza Soares, lado par, distante 30,50m2, da rua Luiz Fernandes Marques, com área de 380,00m2, (trezentos e oitenta metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações : Ao Norte: 19,00m com o lote n° 05 (desmembrado); Ao sul: 19,00m com o Lote n° 07 (desmembrado) ao Leste: 20,00m com parte do lote n° 08 (desmembrado); Ao Oeste: 20,00m com parte da área A- desmembrada (reservado para alargamento da rua Hilda Pureza Soares). Imóvel objeto da matrícula nº 96.856 do 1° Oficial de Registro de Imóveis de Dourados/MS.
Lance Mínimo: R$ 90.200,00

LOTE 11 - APARTAMENTO
CAXIAS DO SUL/RS
NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
1) Apartamento n° 491 - construído, localizado no pavimento, do empreendimento denominado Villaggio Ventura - torre n° 04, com acesso pela Rua Milton Roveda, n° 175, com área privativa de 54,5687m2, área de uso comum de 17,1192m2 área equivalente de construção 63,2873m2, área total de 71,6879m2, área ideal de terreno de 31,6383 m2 e fração ideal no terreno e nas coisas de uso comum e fim proveitoso do condomínio de 0,0032299; no terreno sobre o qual foi edificado o citado prédio é constituído pelo atual lote administrativo n° 15, da quadra n° 2678, com testada para a rua Milton Roveda, distando 96,57m da esquina formada pela citada via com a rua Bortollo Zanrosso, lado ímpar, dentro do quarteirão formado pelas citadas vias mais rua Atílio Andreazza e limite com os loteamentos Parque Oásis e Jardim Embaixador, possui área de 9.795,50m2, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, por 178,10m com o lote n ° 26, de propriedade de Olivir Hilário Viezzer; ao sul, por 178,10m com o lote n° 06, de propriedade de Paulo José Zugno; ao leste, por 55,00m com a rua Milton Roveda; ao oeste, por 55,00m, com o lote n° 07, de propriedade do Município de Caxias do Sul. Imóvel objeto da matrícula nº 166.544 do Oficial de Registro de Imóveis de Caxias do Sul/RS; e 2) Box n° 318- Coberto - construído, localizado no pavimento subsolo, do empreendimento denominado Villaggio Ventura, com acesso pela Rua Milton Roveda, n° 175, o primeiro box á esquerda, de quem entra no subsolo pelo primeiro acesso, à esquerda do box número 317, com área privativa de 14,6200m2, área de uso comum de 11.3051m2, área equivalente de construção 12,9460m2, área total de25,9251m2, área ideal de terreno de 6,4719m2 e fração ideal no terreno e nas coisas de uso comum e fim proveitoso do condomínio de 0,0006607; no terreno sobre o qual foi edificado o citado prédio é constituído pelo atual lote administrativo n° 15, da quadra n° 2678, com testada para a rua Milton Roveda, distando 96,57m da esquina formada pela citada via com a rua Bortollo Zanrosso, lado ímpar, dentro do quarteirão formado pelas citadas vias mais rua Atílio Andreazza e limite com os loteamentos Parque Oásis e Jardim Embaixador, possui área de 9.795,50m2, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, por 178,10m com o lote n ° 26, de propriedade de Olivir Hilário Viezzer; ao sul, por 178,10m com o lote n° 06, de propriedade de Paulo José Zugno; ao leste, por 55,00m com a rua Milton Roveda; ao oeste, por 55,00m, com o lote n° 07, de propriedade do Município de Caxias do Sul. Imóvel objeto da matrícula nº 166.004 do Oficial de Registro de Imóveis de Caxias do Sul/RS.
Lance Mínimo: R$ 162.000,00

LOTE 12 - CASA
FRANCO DA ROCHA/SP
PORTAL DAS ALAMEDAS
Um terreno, situado à Alameda das Louveiras, designado como Lote 29 da Quadra 10, do loteamento denominado Portal das Alamedas, em zona urbana da Cidade e Comarca de Franco da Rocha, com a área de 126,00m², medindo 6,00m de frente para a Alameda das Louveiras; do lado direito de quem da referida Rua olha para o imóvel mede 21,00m, e confronta com o lote 28; do lado esquerdo mede 21,00m, e confronta com o lote 30; e , nos fundos mede 6,00m, e confronta com o lote 39, encerrando o perímetro descrito. Av.06/80.711 - para constar que, no imóvel foi construída uma casa Residencial Pavimento: térreo/Superior, com frente para a Alameda das Louveiras, sob n° 35, com 83,42m². Imóvel objeto da matrícula nº 80.711 do Oficial de Registro de Imóveis de Franco da Rocha/SP.
Lance Mínimo: R$ 138.400,00

LOTE 13 - CASA
JUNDIAÍ/SP - VILA PROGRESSO
Rua Florianópolis, 20, (antiga Rua Dez), Lote 02, Quadra 1, Vila Progresso, Área Terreno 300,00m², Área Construída 231,00, Matrícula 98.927 do 2º CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 381.300,00

LOTE 14 - APARTAMENTO
CAMPINA GRANDE DO SUL/PR
JARDIM PAULISTA
Apartamento 14, com 1 Vaga na Garagem, Avenida Augusto Staben, 2.201, Área Privativa: 58,31m², Área Total 69,06m², Matrícula 15.895 do 1º CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 118.400,00

LOTE 15 - APARTAMENTO **DESOCUPADO**
SÃO PAULO/SP - VILA ANDRADE
Apartamento nº 71, com 4 Vagas na Garagem, Edifício Tivoli Park, situado à Avenida José Galante, 650/750, Área Privativa de 235,36m², Área Total 470,23m² Matrícula nº 108.746 do 18° CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 976.900,00

LOTE 17 - CASA
SÃO GONÇALO/RJ - COVANCA
Casa à Rua Coronel Azevedo, n° 808, Covanca, São Gonçalo/RJ, Área construída 70,00m2, Área terreno 300,00m², Matrícula 35.640 do 2º CRI Local.
Lance Mínimo: R$ 30.900,00

Comissão do leiloeiro: O arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. Edital completo no site do leiloeiro. Dora Plat - Jucesp 744 - Leiloeira Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
www.ZUKERMAN.com.br

Brasil vive epidemia de roubos de contas em redes sociais

Outro vetor de ataque preocupante é relacionado às teles

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Imagine só a situação. Você pega o seu celular e tenta acessar a sua conta no Instagram. Em vez da tela usual que você está acostumado, aparece um pedido de login e senha. Você digita os dados e a senha e recebe um aviso de que estão incorretos. Repete pensando ter digitado errado e nada muda, sua conta está inacessível para você, o dono dela. Percebe então que seu perfil está nas mãos de outra pessoa.

E essa pessoa começa a enviar mensagens dizendo que se você não pagar um valor solicitado, vai começar a publicar fotos e mensagens íntimas. Afinal, o invasor tem acesso a todo seu histórico de trocas de mensagens diretas. Esse é um momento de desespero, que infelizmente se tornou comum no Brasil. Há uma verdadeira epidemia de roubos de contas em redes sociais.

A forma como esses roubos acontecem é diversa. Há uma grande criatividade por parte dos bandidos que se profissionalizaram. Roubo de conta hoje não é uma atividade realizada por "hackers" isolados. É uma indústria organizada que ganha muito dinheiro todos os dias a partir do desespero das vítimas.

Há métodos cada vez mais sofisticados para roubar contas. Um bastante comum é um link enviado por mensagem direta nas redes sociais ou por meio do Whatsapp. Ao clicar no link, as portas se abrem para o bandido assumir a conta. Você pode se perguntar: mas quem clica nesses links? As pessoas não estão espertas?

É nesse momento que entra a engenharia social cada vez mais sofisticada da indústria do roubo. As mensagens enviadas são cada vez mais críveis. Muitas delas enviadas a partir de outras contas roubadas de amigos da vítima. O falsário lê as conversas recentes e manda o link dentro do contexto.

Nesta semana recebi o relato de uma conta roubada em que o link foi enviado em um grupo de amigos que estavam combinando de jantar juntos. Um deles teve a conta roubada e o falsário enviou o link no grupo dizendo que era "o link da reserva do restaurante". Todos os participantes clicaram e perderam suas contas.

Outro vetor de ataque preocupante é relacionado às teles. Há cada vez mais relatos de roubos do número de celular. Nesse caso, o bandido procura a companhia telefônica e, de posse de todos os dados da vítima (facilmente encontrados na internet), consegue fazer a portabilidade do chip da pessoa para si próprio. Feito isso, acessa praticamente todas suas contas. Afinal, o número do celular é o portal para praticamente tudo, inclusive resetar senhas e logins.

Esse ataque é preocupante porque não há nada que a vítima possa fazer para se proteger. A falha de segurança é explorada do lado das teles. A pessoa acorda e tem todas suas contas roubadas e seu chip de celular desativado. Essa situação desesperadora infelizmente se tornou comum no país.

O que fazer? É preciso um esforço conjunto de governo, sociedade civil, setor privado e comunidade técnica. A cibersegurança no Brasil entrou em colapso desde que todos os dados dos brasileiros e brasileiras vazaram na internet. Nessa questão você está na maioria das vezes sozinho, com uma indústria criminosa organizada e bem-financiada à sua espreita.

READER

Já era *roubar contas só por meio do furto do celular*

Já é *roubar contas em redes sociais enviando links*

Já vem *cada vez mais contas roubadas por meio de transferência do chip da vítima*

Reforma melhora trajetória de gastos com a Previdência

Novo cálculo sobre eficácia da medida indica impacto 78,8% maior; entidade critica rigidez de regras de pensão

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Aprovada no fim de 2019, a reforma da Previdência se aproxima dos três anos de vigência com uma perspectiva de impacto nas contas públicas maior que o inicialmente projetado pelo governo.

Uma estimativa inédita obtida pela **Folha** mostra que a economia de recursos proporcionada entre 2020 e 2022 deve chegar a R$ 156,1 bilhões. O valor é 78,8% superior ao esperado para o mesmo período quando o texto foi aprovado pelo Congresso —R$ 87,3 bilhões, em cifras já atualizadas.

O cálculo é do consultor legislativo Leonardo Rolim, especialista no tema e que atuou diretamente na elaboração e implementação da proposta como secretário de Previdência e presidente do INSS no governo Jair Bolsonaro (PL).

Segundo ele, as evidências colhidas até agora indicam que as contas da Previdência não devem ser uma preocupação urgente nos próximos governos, a depender de eventuais mudanças demográficas no país.

A desaceleração mais intensa do crescimento das despesas previdenciárias tem chamado a atenção de economistas, que citam o achado como um fator positivo para as contas.

Para entidades que prestam assistência a segurados, porém, a economia maior carrega consigo outra face: um cenário de regras excessivamente duras, como o cálculo da pensão por morte, que deixou de pagar o valor integral justamente quando o país viu o número de óbitos aumentar por causa da pandemia.

Desde os primeiros meses de implementação da reforma, economistas relatavam perceber um impacto maior da medida, mas ainda sem muitos dados para documentá-lo.

Uma primeira pista surgiu em relatórios do Tesouro Nacional, que destacou uma melhora nas projeções para o déficit do INSS. O rombo, que antes da reforma chegaria a 11,64% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2060, alcançaria 8,67% no mesmo horizonte, segundo previsão do ano passado. Em 2022, foi revisto para 7%.

O Ministério do Trabalho e Previdência, porém, nunca divulgou novas estimativas oficiais dos resultados obtidos com a aprovação da reforma.

Rolim deixou o governo em novembro de 2021. Para fazer as estimativas, ele partiu da despesa projetada com a Previdência na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020. O projeto foi apresentado em abril de 2019 —portanto, é o último documento oficial que detalhou a tendência pré-reforma desses gastos.

Em seguida, ele comparou os valores com as despesas efetivadas em 2020 e 2021 e com a projeção de despesas previdenciárias do Orçamento de 2022. O cálculo considera alguns fatores de ajuste para evitar uma superavaliação dos efeitos da reforma.

No regime próprio dos servidores civis, foi preciso isolar o efeito do congelamento salarial, uma vez que categorias estão sem reajuste desde 2019 (algumas desde 2017). Isso foi feito usando a projeção inicial de gastos com aposentadorias e pensões dos servidores sem correção pela inflação.

No RGPS (Regime Geral de Previdência Social), foi preciso somar à despesa efetivada as sentenças judiciais previdenciárias adiadas pela proposta de emenda à Constituição dos Precatórios. Como os benefícios são corrigidos pelo INPC, o índice foi aplicado para atualizar as despesas. Após os ajustes, Rolim identificou uma economia de R$ 109,5 bilhões nas despesas do RGPS entre 2020 e 2022, sendo R$ 13,6 bilhões no primeiro ano, R$ 35,3 bilhões no segundo e R$ 60,6 bilhões no terceiro.

A soma é maior que os R$ 61,7 bilhões que seriam poupados, segundo os cálculos anteriores do governo.

No regime dos servidores, o ex-secretário estima que o ganho fiscal é de R$ 46,7 bilhões nos três anos, sendo R$ 10,5 bilhões em 2020, R$ 15,1 bilhões em 2021 e R$ 21,1 bilhões neste ano. O total é superior aos R$ 25,7 bilhões que seriam economizados de acordo com as avaliações iniciais.

"Seguramente os dois próximos governos não vão precisar se preocupar em fazer reforma previdenciária. Tem que atacar outras áreas em relação a esses gastos, mas não em termos de legislação, uma nova reforma. Eu me arrisco a dizer que não só os dois próximos, mas provavelmente os três próximos", diz Rolim.

Segundo ele, mesmo que o próximo governo decida retomar uma política de valorização do salário mínimo (que representa o valor pago a dois terços dos beneficiários), a tendência favorável será mantida, principalmente se os ganhos reais forem moderados e vierem acompanhados de aumento de produtividade.

"Se tiver mudanças demográficas além do previsível, pode antecipar, mas eu acho que só para meados da próxima década vamos precisar de uma nova reforma", diz, listando aposentadoria rural e eventual ajuste nas idades mínimas de aposentadoria como pontos a serem revisitados.

> "Seguramente os dois próximos governos não vão precisar se preocupar em fazer reforma previdenciária. Eu me arrisco a dizer que não só os dois próximos, mas provavelmente os três próximos
>
> **Leonardo Rolim**
> consultor legislativo

Por outro lado, Rolim ressalta que a Previdência sempre será um tema importante, por ser a maior despesa do Orçamento (R$ 789,7 bilhões na projeção mais recente para este ano). Qualquer mudança acaba tendo impactos bilionários no teto de gastos, regra que limita o avanço de despesas à variação da inflação.

A presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Adriana Bramante, faz outra interpretação dos resultados. "Do ponto de vista protetivo das pensões por morte, foi um caos. Meses depois tivemos uma pandemia, e os benefícios foram extremamente reduzidos", critica.

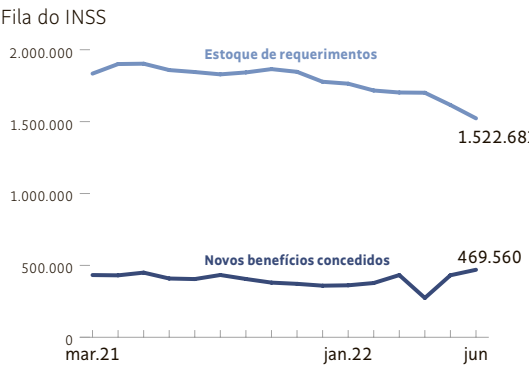
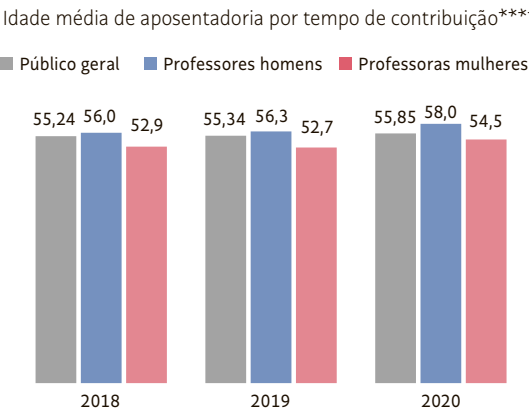
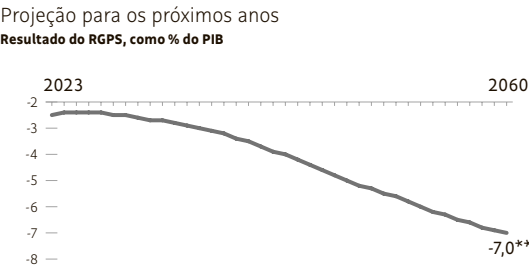
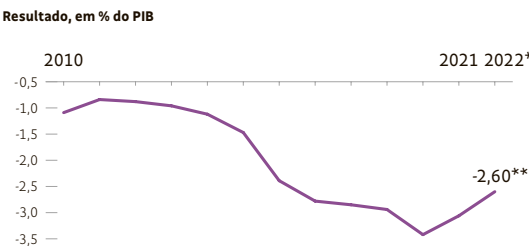
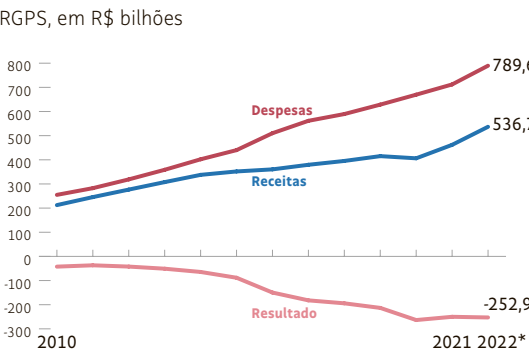
Trajetória de gastos com a Previdência Social, antes explosiva, mostra arrefecimento após reforma

RGPS, em R$ bilhões

Resultado, em % do PIB

Projeção para os próximos anos
Resultado do RGPS, como % do PIB

Idade média de aposentadoria por tempo de contribuição****

Fila do INSS

*Projeção para 2022 apresentada em 22 de julho, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre | **Considerando projeção de PIB nominal de R$ 9,725 trilhões, feita no 3º bimestre | ***Antes da reforma da Previdência, o déficit projetado para 2060 era de 11,64% do PIB | ****Considerando a idade na data de início do benefício | Fontes: Tesouro Nacional, Ministério do Trabalho e Previdência

Antes da reforma, o pensionista recebia 100% do valor do salário de contribuição do segurado falecido, independentemente do número de integrantes da família. Após as mudanças, o cálculo parte de um patamar de 50%, com um adicional de 10% para cada dependente. Uma viúva sem filhos recebe, portanto, 60% do salário de contribuição.

Bramante argumenta que a mudança na regra de cálculo das pensões pegou muitas famílias desprevenidas. Idosos que não tinham poupança prévia e sobreviviam a partir do benefício do cônjuge, por exemplo, perderam boa parte da renda após o falecimento do companheiro. Para ela, o ideal é flexibilizar o cálculo das pensões, criando uma regra de transição para que a mudança seja mais suave para a população idosa, que não teve tempo de se planejar.

Ela observa ainda que a reforma adiou a aposentadoria para muitas pessoas num contexto de piora no mercado de trabalho, deixando sem emprego formal quem precisava contribuir por mais tempo.

Embora o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) registre 1,3 milhão de novas vagas com carteira assinada no primeiro semestre do ano, menos de 200 mil foram registradas na faixa etária de 40 a 65 anos.

Do ponto de vista fiscal, a percepção de maior impacto é reforçada por analistas do mercado financeiro.

"Merece destaque a desaceleração no crescimento das despesas previdenciárias e assistenciais do INSS, a maior despesa primária. Houve uma clara inflexão no crescimento do número de beneficiários desde a implantação de reformas nos últimos anos", relatou o economista-chefe da Tullet Prebon, Fernando Montero.

Críticos costumam citar a fila do INSS como um fator que ajuda na contenção de despesas do governo, ainda que momentaneamente. Segurados ficam com valores represados enquanto aguardam a análise. No entanto, técnicos do governo ressaltam que o estoque de pedidos voltou a cair após a retomada do bônus aos servidores do órgão.

A fila teve seu pico em julho de 2019, com 2,34 milhões de requerimentos em análise, caiu gradualmente com a implementação de um bônus por tarefa extra dos servidores do INSS, mas voltou a subir no início de 2021 com a suspensão dessa gratificação e se estabilizou num patamar entre 1,7 milhão e 1,8 milhão de pedidos.

No fim de abril, o bônus foi recriado, e a fila voltou a cair já no mês seguinte. Em junho, a espera já havia caído a 1,5 milhão de requerimentos.

Brasil tem mais de 600 mil seguranças privados atuando sem controle da PF

Com os vigilantes registrados, efetivo chega a 1,1 milhão, mais que PMs e Forças Armadas juntas

EXÉRCITO PRIVADO

Rogério Pagnan

SÃO PAULO Em São Paulo, um garoto de 17 anos foi amordaçado, despido e chicoteado após ser surpreendido tentando furtar chocolate. Em Salvador, tio e sobrinho foram mortos após serem flagrados furtando carne. Em Porto Alegre, um homem de 40 anos foi espancado até a morte após discutir com funcionários.

Todas essas pessoas foram vítimas de um exército clandestino formado por seguranças irregulares que atuam sem um controle efetivo da Polícia Federal. Esse contingente é estimado em cerca de 600 mil homens e mulheres, segundo os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Somando essa segurança clandestina com os vigilantes registrados regularmente —496 mil profissionais—, esse exército privado chega a 1,1 milhão de pessoas. O número é superior à soma de todos os integrantes das forças de segurança do país, atualmente estimada em 772 mil pessoas.

Especialistas ouvidos pela **Folha** são unânimes em dizer que o crescimento desse mercado irregular ocorre porque, entre outros motivos, a legislação que regulamenta o setor, publicada há quase 40 anos (Lei 7.102/1983), está desatualizada e favorece quem atua de maneira irregular.

A norma atual não prevê, por exemplo, mecanismos para que a Polícia Federal possa punir empresas irregulares. Uma pessoa jurídica flagrada atuando de maneira clandestina pode, no máximo, ser fechada pelos policiais, mas não é multada e os responsáveis não respondem a crime.

"A PF não tem nenhum instrumento para multar. O que a PF faz, basicamente, é recolher os uniformes e equipamentos, tudo que estiver vinculado à prestação de serviço. É isso que a PF faz. A pessoa vai ficar com o nome registrado na base da PF, e, se ela quiser regularizar a empresa, vai ter algum problema", afirma Cleber Lopes, pesquisador do Fórum e especialista em segurança privada.

Professor do departamento de ciências sociais da Universidade Estadual de Londrina e coordenador do LEGS (Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança), Lopes foi responsável pela análise dos dados do Fórum e conseguiu chegar aos 600 mil seguranças irregulares cruzando informações da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e da Polícia Federal.

Como as declarações à Pnad são feitas de forma espontânea, durante visitas em domicílios, ele calcula que o tamanho desse setor clandestino pode ser ainda maior. Isso porque foi baixa a quantidade de policiais que admitiram fazer bicos de segurança (cerca de 0,5%).

A taxa é considerada irreal pelos especialistas porque muitos policiais, em especial PMs, participam de atividades de segurança privada nos horários de folga. Os dados não são considerados confiáveis.

De acordo com André Zanetic, doutor em ciência política e especialista em estatística do Programa Fazendo Justiça, as empresas irregulares costumam recrutar policiais da ativa e, também, pessoas sem qualificação.

"Vigilantes demitidos de empresas regulares, pessoas que foram reprovadas em exames da Academia de Polícia, agentes que foram expulsos de órgãos de segurança pública, e mesmo pessoas desempregadas, sem qualificação para atuar no setor", afirmou.

Zanetic diz, ainda, que a situação coloca em risco as pessoas que frequentam os estabelecimentos nos quais atuam esses seguranças clandestinos. "Porque é comum ações com uso extremado da força, inclusive com ocorrências de homicídios causadas por despreparo de agentes no uso de armas de fogo, entre outras ocorrências que poderiam ser evitadas".

Uma das principais diferenças entre a segurança regular e a irregular é a triagem dos profissionais: os vigilantes oficiais recebem treinamento, passam por exames clínicos e não podem ter antecedentes criminais ou serem alvo de inquéritos, sob o risco de serem demitidos.

"Dos clandestinos, não temos a menor noção de onde eles vêm. Nesse universo clandestino, como a Polícia Federal não regula, não controla, a gente não faz ideia de como eles se relacionam com uma zona cinzenta, que é o envolvimento com o crime organizado", diz Lopes.

Parte dos seguranças irregulares atua de forma totalmente informal. Há também casos de empresas formais que oferecem prestação de serviço de segurança, mas que, oficialmente, estão inscritas na junta comercial com outro propósito —serviço de limpeza, por exemplo—, o que também é irregular.

As empresas de segurança e os funcionários precisam estar inscritos na Polícia Federal, incluindo as equipes próprias de estabelecimentos comerciais, a chamada vigilância orgânica.

Acima, fachada da empresa de segurança S, que teve mais de cem armas extraviadas nos últimos anos; abaixo, homens fazem segurança em comércio na região central de São Paulo e em cabine de bairro Rivaldo Gomes/Folhapress e Karime Xavier/Folhapress

Segurança privada em números

*Inclui bombeiros, policiais civis, militares, penais e agentes da adm. pública "para a aplicação da lei e afins".
Fontes: PNAD Contínua; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública

> "Nesse universo clandestino, como a Polícia Federal não regula, não controla, a gente não faz ideia de como eles se relacionam com uma zona cinzenta, que é o envolvimento com o crime organizado
>
> **Cleber Lopes**
> Especialista em segurança privada

No caso da morte de João Alberto Silveira Freitas, 40, espancado em uma loja do Carrefour de Porto Alegre (RS), em 2020, a empresa de segurança estava registrada regularmente, mas os seguranças que participaram das agressões não estavam, segundo a Fenavist (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores). Um deles seria policial e, o outro, estava com documentação vencida.

"Eles [clandestinos] estão trabalhando em quase todos os lugares. Menos, talvez, no serviço público. Menos não quer dizer que não tenha. No comércio, é uma praga. Aí, estamos falando de tudo. Das grandes redes de supermercado ao comercinho de rua. Você passa lá e está o coletinho de apoio", disse José Boaventura Santos, presidente da CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço).

Nas redes de supermercado, explica ele, é comum a contratação de parte de vigilantes regulares para alguns postos, mas, a maior parte da segurança ser feita por profissionais irregulares.

"A proporção é, mais ou menos, 20% de vigilância legal, e 80% vigilância clandestina, ou irregular, nessas redes de supermercado", afirmou o sindicalista.

Para a Fenavist, os números do Fórum, sobre a quantidade de trabalhadores clandestinos em atividade no serviço de segurança, são até conservadores porque, conforme estudos feitos, esse grupo de clandestino já supera 1 milhão de pessoas e está crescendo, ao contrário do que ocorre com o setor formal.

De acordo com o vice-presidente jurídico da federação, Jacymar Daffini Dalcamini, o mercado de segurança privada movimenta cerca de R$ 36 bilhões ao ano. Ele estima que o mercado irregular tenha cifras semelhantes. Ainda segundo ele, a concorrência desleal coloca em risco o funcionamento de empresas que seguem a lei.

"A PM não tem braço para atuar em tudo. Então, a segurança privada funciona como 'longa manus', um braço estendido da segurança pública. Do outro lado, a segurança clandestina é um caminho para milícias, se aproxima do crime", afirma Dalcamini.

Ainda de acordo com ele, uma das grandes preocupações do setor é essa ligação de empresas de segurança com o crime organizado. Algo visto em parte do Rio de Janeiro, e, também, na Bahia, no caso dos seguranças que acionaram criminosos para dar cabo de suspeitos de furto, segundo ele.

"Isso muito perigoso. Eu tenho transitado no Rio, há uma preocupação da sociedade carioca por conta disso. E pensar que isso pode estar se espalhando para o Brasil todo, imagina onde a gente vai parar. Daqui a pouco vamos ter um estado paralelo preparado para o enfrentamento do estado regular", disse.

A **Folha** solicitou à Polícia Federal indicação de algum delegado que pudesse falar sobre fiscalização de empresas regulares e irregulares, mas o pedido não foi atendido. Um pedido encaminhado à equipe de Brasília não foi respondido. Em São Paulo, o pedido foi negado alegando implicações da lei eleitoral.

Em resposta ao questionamento da reportagem, a rede Carrefour informou ter transformado seu "modelo de prevenção, internalizando o time que atua dentro das lojas, investindo mais em treinamentos que ocorrem anualmente e no uso de câmeras corporais nos uniformes".

Ainda segundo a rede, foi adotada uma "política de tolerância zero a violência e a discriminação com protocolos inovadores de gestão de conflitos".

"O novo modelo de segurança implementado é pioneiro no Brasil e reforça diretrizes de inclusão e respeito", afirma a rede.

Artistas se manifestam contra o impedimento de trabalharem nas ruas do centro histórico de Paraty Aline Brant/Divulgação

Ambulantes são impedidos de trabalhar no centro de Paraty

Comerciantes reclamam de falta de aviso prévio e se preocupam com renda

Isabella Menon

SÃO PAULO As ruas do centro histórico de Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro, estão mais silenciosas que o habitual. Nem sinal de ambulantes, artesãos ou músicos que costumam ficar por ali.

A situação, que acontece há três semanas, é fruto de ação movida pelo Ministério Público Federal com participação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O processo tramita desde 2008 e surgiu a partir de denúncias de moradores e comerciantes.

Na ação, o MPF alega que a visibilidade dos prédios históricos é afetada pelas barracas instaladas no entorno dos imóveis. Expedida em 2022, a decisão do juiz federal Rodrigo Gaspar de Mello, da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, determina a retirada do comércio ambulante. No caso de descumprimento, estipula multa de R$ 20 mil para o prefeito de Paraty, Luciano de Oliveira Vidal (MDB). Comerciantes, artistas e artesãos alegam que tiveram poucos dias para desocupar o local e se preocupam com a falta de renda. Eles calculam que cerca de 400 famílias devem ser afetadas direta e indiretamente.

"A gente ganha o que vende, mas o aluguel está aí e a conta de luz, também", lamenta Mônica Salles, que tem um carrinho de doces há oito anos —os doceiros, em 2018, foram considerados patrimônio cultural imaterial pelo estado do Rio de Janeiro.

Salles calcula que já deixou de faturar cerca de R$ 5.000. "As pessoas estão desesperadas e nervosas. Não dá para ser retirado de uma hora para outra. Ficamos à deriva e estamos esperando", diz ela.

Protestos têm acontecido desde a proibição. Wagner Duraes tem um trailer há quase quatro anos no qual vende cachaça. Com a nova regra, arranjou um terreno para tentar vender os seus produtos. "Não vendo nada. A cidade está morta, sem graça. O que dá vida a Paraty, além do centro, são os artistas."

Alan Richer, artista plástico caiçara, expõe suas obras no centro há 15 anos. Ele conta que sempre sofreu com perseguições e que, nos últimos anos, o centro histórico se tornou um grande shopping, com muitas franquias e cada vez mais elitizado. "Começaram a ver os artistas de rua com certo preconceito", diz.

O venezuelano e artista Alexis Mosqueira vive em Paraty desde 2020. Nesta semana, ele tentou cantar no centro, mas foi impedido por guardas civis, que confiscaram seus pertences, devolvidos algumas horas depois. A cena foi divulgada em grupos de WhatsApp. "Os artistas estão passando fome", afirma.

Procurada, a Prefeitura de Paraty não respondeu sobre o ocorrido com Alexis e disse que o processo já passou por diferentes gestões.

Em 2012, a cidade teria sido intimada a se manifestar em defesa do comércio ambulante. Dois anos depois, o município foi intimado e uma sentença determinou a remoção deles —a prefeitura tentou reverter a decisão, mas ela foi mantida. Em 2017, a gestão recebeu uma intimação para retirar todos os ambulantes de forma coercitiva. Depois disso, o MPF recebeu mais uma denúncia de que os ambulantes haviam retornado de forma desordenada, em 2022. Assim, a prefeitura foi, enfim, intimada a cumprir integralmente a sentença.

> "As pessoas estão desesperadas e nervosas. Não dá para ser retirado de uma hora para outra. Ficamos à deriva e estamos esperando. A gente ganha o que vende, mas o aluguel está aí e a conta de luz, também
>
> **Mônica Salles**
> doceira em Paraty

A prefeitura reforça que a proibição se restringe ao centro histórico e seu entorno, mas comerciantes e artistas alegam que outras partes da cidade já são ocupadas por comércios e o fluxo de pessoas é muito inferior. A gestão diz querer criar um grupo de trabalho para atuar com o Iphan com a participação de representantes de ambulantes. A mobilização tem como objetivo firmar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) junto à Justiça Federal com normatização e padrões compatíveis com o patrimônio e que possam ser aceitos pelo Judiciário.

Em live no Facebook na quarta (24), o prefeito disse que em nenhum momento o município se colocou contra os ambulantes. Luciano Vidal afirmou ainda que autorizou a liberação de cestas básicas e disse que, assim como ocorreu no Festival da Cachaça, entre 11 e 21 de agosto, a gestão vai disponibilizar em todos os eventos uma tenda para que os ambulantes possam vender e expor seus produtos.

O Iphan diz que a participação no objeto da ação trata apenas da necessidade de ordenamento dos ambulantes considerando a preservação da visibilidade dos bens tombados. O órgão ressalta que o comércio pode ocorrer no centro "a partir de critérios de ocupação acordados entre prefeitura, o Iphan e os próprios comerciantes".

Último de seu povo, 'índio do buraco' é encontrado morto em RO

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Um indígena que vivia em isolamento voluntário na Terra Indígena Tanaru, em Rondônia, foi encontrado morto em sua palhoça na terça-feira (23). Conhecido como "Índio do buraco" ou "Índio Tanaru", ele era o único sobrevivente de sua comunidade, de etnia desconhecida.

Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), ele foi encontrado dentro de sua rede de dormir durante ronda de monitoramento e vigilância de equipes que lidam com índios isolados ou de contato recente. Não havia vestígios de pessoas nem sinais de luta.

Também não foram achados sinais na mata próxima e os pertences, utensílios e objetos utilizados costumeiramente pelo indígena permaneciam em seus devidos lugares, o que leva a Funai a acreditar que a morte se deu por causas naturais.

O local foi examinado pela Polícia Federal, com a presença de especialistas do INC (Instituto Nacional de Criminalística) de Brasília e apoio de peritos criminais de Vilhena (RO), diz a Funai.

"Nos trabalhos, foram utilizados equipamentos como drone e escâner 3D, além de serem coletados diversos vestígios e o corpo do indígena, que serão analisados pelo INC em Brasília", afirma a fundação, em nota.

O "índio do buraco" era considerado um dos casos de índios isolados mais vulneráveis do país, ao lado dos awás, no Maranhão, e de piripkuras e kawahivas do rio Pardo, ambos em Mato Grosso. Ele era acompanhado há 26 anos pela Funai.

Ele vivia em grupo até meados de 1995, em um povo que a Funai estimava em apenas seis pessoas, e que foi dizimado após ataque de madeireiros. Foi descoberto pela Funai em junho de 1996, a partir da localização do acampamento e outros vestígios dele.

Sobrevivia de modo rudimentar, com roças de milho, batata, cará, banana e mamão e também caçava animais para se alimentar. Em 2018, a Funai divulgou fotos inéditas, feitas à distância, que mostravam o indígena tentando cortar uma árvore.

A tapera onde ele foi encontrado morto era a 53ª residência do índio desde que a Funai iniciou o seu monitoramento. Todas seguiam o mesmo padrão arquitetônico, com uma única porta de entrada e saída e sempre com um buraco no interior da casa.

Índio que vivia isolado na Terra indígena Tanaru Acervo/Funai

Manchas de óleo reaparecem em praias de Pernambuco

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Órgãos ambientais investigam o surgimento de novas manchas de óleo em praias de Pernambuco, três anos depois do maior desastre ambiental do litoral brasileiro. Segundo o Instituto Bioma Brasil, já houve registro do surgimento de manchas em cinco municípios do estado.

Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), Marinha e a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco foram acionados e já recolheram amostras do óleo, segundo o instituto.

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), disse em uma rede social que os vestígios de óleo aparecem em menor quantidade do que em 2019, quando manchas foram vistas em praias de 11 estados, causando um prejuízo estimado pela Polícia Federal em R$ 525 milhões.

A **Folha** ainda não conseguiu contato com os órgãos responsáveis pela investigação, mas o Instituto Bioma afirmou ter sido informado que os vestígios foram encaminhados para análise no Laboratório de Compostos Orgânicos em Ecossistemas Costeiros e Marinhos da UFPE.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Presenteada com duas famílias, exercitou o amor

HAIDEÉ INÁCIO DE PAULA (1953-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Das muitas habilidades de Haideé, as que demandavam amor, como cuidar das pessoas, eram as que ela executava com mais desenvoltura.

Natural de Itapevi (Grande São Paulo), ela era a quinta de 15 filhos de um pintor com uma dona de casa. A responsabilidade a chamou cedo e, aos 13 anos, trocou as descobertas da adolescência pelo trabalho e foi doméstica até se aposentar.

Seu primeiro emprego foi trabalhando para Carolina Zilio. Aos poucos, um laço afetivo eterno se fez.

Em paralelo ao trabalho doméstico, Haideé foi incentivada por Carolina a dedicar-se ao que gostava. Estudou piano, aprendeu corte e costura e fez curso de culinária, que foi onde ela se encontrou.

"A comida dela era gostosa porque cozinhava com amor", diz a filha Ana Carolina de Paula Souza, 43. Além das comidas simples do dia a dia, preparava pratos que ganharam fama na família, como o croquete de carne, o macarrão com queijo gorgonzola e o sagu —este, restrito às festas de fim de ano.

Por mais de 40 anos, Haideé segurou as mãos de Carolina. A jornada de amor, carinho e lealdade entre as duas só terminou em 2013, quando a amiga morreu.

"Haideé era sincera, verdadeira e de caráter impecável. Foi nossa companheira para todas as horas. Acompanhava minha mãe em todos os lugares, das compras no shopping aos passeios na praia. Elas viviam juntas", diz a analista de sistemas Ana Maria Zilio, 57.

Para Ana Carolina, Haideé foi um exemplo de mãe. "Ela era guerreira, honesta e viveu para ajudar. Cuidou dos irmãos, sustentou a casa e levou comida para os doentes", conta a filha, cujo nome foi escolhido para ser uma homenagem à Ana Maria e à Carolina.

Haideé casou-se aos 22 anos com Daniel Francisco de Paula, hoje com 71. Os dois se conheceram na igreja Congregação Cristã no Brasil. Ela morreu dia 10 de agosto, aos 69 anos, por complicações de uma trombose. Deixa o marido, uma filha, dois netos e a família do coração.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Criança negra tem dores mais negligenciadas

Jovem não branco tem menos chance de receber tratamento adequado que paciente branco; orientação é fazer queixa

Rachel Rabkin Peachman

THE NEW YORK TIMES Judith McClellan é assistente social, vive em Salisbury, Carolina do Norte (EUA), e sabe como é ver sua filha sofrendo dor. Kyarra, 15, tem anemia falciforme, doença hereditária que afeta mais comumente pessoas negras e provoca dor tão lancinante que requer o uso de opioides em emergências.

McClellan contou que Kyarra já descreveu a dor —causada por obstruções nos vasos sanguíneos— como "uma faca de açougueiro me apunhalando mil vezes no mesmo lugar".

Ela disse que, em momentos de sofrimento maior, o protocolo é ir ao hospital mais próximo para receber analgésicos potentes que mitiguem o desconforto de Kyarra até a crise passar. Mas, pelo fato de os McClellan, que são negros, viverem a uma hora e meia de distância do hematologista que atende Kyarra, frequentemente acabam indo para setores de emergência hospitalar onde os médicos não os conhecem e muitas vezes questionam a dor sentida por Kyarra.

"Se ela fala que está com dor no nível oito —porque não está gritando—, eles questionam: 'Tem certeza que é um oito? Ou será que você está fingindo que é oito para receber mais remédio contra dor?'", contou a mãe. "Às vezes penso que eles acham que ela está querendo se drogar."

Andrew Campbell, diretor do Programa de Anemia Falciforme no Children's National Hospital, em Washington, disse que médicos que não entendem uma condição como a anemia falciforme frequentemente caracterizam incorretamente crianças negras, e especialmente adolescentes, como "pessoas que procuram drogas" ou que "abusam de opiáceos". Ele disse também que existe "um elemento potencial de racismo" que pode levar a essa caracterização.

Em 2021, em um hospital UNC em Chapel Hill, Carolina do Norte, um médico denunciou McClellan aos serviços de proteção infantil porque achou preocupante que Kyarra tivesse recebido 30 receitas de opiáceos de nove médicos diferentes em 12 meses.

A assistente social contou que, quando explicou ao médico que as receitas eram necessárias e estavam de acordo com as diretrizes de prescrição, ele respondeu: "Se você não estiver escondendo nada, dará tudo certo".

Perguntado sobre o incidente, Alan Wolf, porta-voz da UNC Health, disse que "a legislação da Carolina do Norte exige que os hospitais denunciem suspeitas de negligência ou abuso infantil". No fim, a agência decidiu não levar a denúncia adiante, disse McClellan, "porque não se enquadrava nos critérios de negligência ou abuso".

Emily Hartford, professora assistente de medicina pediátrica de emergência na Universidade de Washington, disse que o caso de Kyarra faz parte de um tema que tem se repetido na literatura médica.

Em junho, por exemplo, Hartford e seus colegas publicaram no periódico Academic Emergency Medicine um estudo que analisou as fichas médicas de 833 adolescentes de 12 a 16 anos que procuraram a emergência do hospital Seattle Children's entre 2016 e 2020 com enxaqueca. Descobriram que crianças negras, asiáticas, hispânicas ou que preferiram falar uma língua diferente do inglês tiveram menos probabilidade que crianças brancas de receber analgésicos intravenosos fortes, apesar de relatarem níveis de dor semelhantes. Muitos estudos já constataram variações semelhantes no tratamento da dor entre adultos não brancos.

> Se ela fala que está com dor no nível oito, eles [médicos e enfermeiros] questionam: 'Tem certeza que é um oito? Ou será que você está fingindo para receber mais remédio contra dor?'. Às vezes penso que eles acham que ela está querendo se drogar
>
> **Judith McClellan**
> assistente social e mãe de uma adolescente negra que tem anemia falciforme, caracterizada por fortes dores

A dor é algo subjetivo, difícil de medir e frequentemente invisível. Em crianças, ainda mais que em adultos, é frequentemente incompreendida, insuficientemente tratada e menosprezada, fato já revelado em pesquisas.

Mas o tratamento pode ser ainda pior no caso das crianças não brancas. Ron Wyatt, do Institute for Healthcare Improvement, em Madison, Alabama, destacou que ideias falsas sobre diferenças biológicas entre negros e brancos —ideias que datam dos tempos da escravidão— tiveram efeitos duradouros sobre tratamentos médicos.

Por exemplo, num estudo publicado em 2016 na Proceedings of the National Academy of Sciences, pesquisadores da Universidade da Virginia investigaram 222 estudantes e médicos residentes brancos e descobriram que mais de um terço acreditava que negros têm pele mais espessa que brancos. E 7% acreditavam que as terminações nervosas dos negros são menos sensíveis que as dos brancos —e faziam recomendações menos adequadas contra dor.

Lisa Cooper, professora de medicina na Johns Hopkins University, descobriu que, quanto maior é o viés implícito (ou inconsciente) de médicos brancos, pior é sua comunicação com pacientes negros. Um de seus estudos constatou que médicos brancos dominam mais as conversas com pacientes negros que com pacientes brancos, aumentando as chances de as preocupações dos negros não serem ouvidas e seus problemas ficarem sem tratamento.

Especialistas destacam que não deve ser responsabilidade dos pacientes melhorar o atendimento que recebem. Mas existem estratégias que podem ajudar os pais no hospital. Vanessa Finch, da Flórida, cujo filho Kahleeb Beckett morreu aos 24 anos durante uma crise de anemia falciforme no hospital, disse que encontrou maneiras de se aproximar dos médicos quando ele era pequeno. E descobriu que quando os profissionais sentiam uma ligação mais pessoal com seu filho, que era negro, demonstravam mais empatia em relação à dor dele.

Se for preciso, registre uma queixa. Se sentir que seu filho não foi atendido corretamente, peça para falar com uma assistente social do hospital ou registre uma reclamação para cobrar responsabilidade do hospital.

A persona do líder

Estamos à altura do debate público e racional de ideias? Parece que preferimos a revista Caras do poder

Maria Homem

Psicanalista e ensaísta, com pós-graduação pela Universidade de Paris 8 e FFLCH/USP. Autora de "Lupa da Alma" e "Coisa de Menina?"

Vivemos atualmente vários tipos de guerra. Um deles é um tipo peculiar que poderíamos chamar de guerra simbólica. Os símbolos que identificam uma tribo entram em conflito com os de outra, e um coletivo cultural advoga que seu conjunto de interpretações da realidade e, portanto, de diretrizes para a vida, é superior ao do outro grupo.

O conjunto simbólico-imaginário que nos permeia —as narrativas, as imagens, as normas— não é sem consequências sobre o real que ele busca decifrar (por isso que a liberdade de expressão plena não se sustenta, aliás, e pode engendrar crimes).

Por exemplo, a forma de conceber a natureza, divina ou desfrutável, implica uma posição de temor ou dominação. Se suponho que o planeta é "recurso natural", busco extrair dele tudo o que eu puder. Vou concebendo-o como objeto de uso e abuso, e exploro-o até o talo.

O mesmo tipo de diferença está em jogo quanto aos "recursos" chamados humanos. Qual o limite da exploração? Mais opressão ou mais poder de decisão aos que trabalham?

Outro tipo de debate: como conseguir dinheiro? Ou seja, como e onde coletar imposto, como e onde abrir mão disso; ou seja, taxação e subsídio. E como distribuir o tesouro.

Como encaminhar esses problemas? Não estamos falando de coisas menores e sim de como lidar com a destruição, a desigualdade e o desenho do Estado. Como? Pensando. Trabalhando. É fundamental estar numa tessitura de interlocução racional para se fazer esses cálculos e saber, afinal, o que é melhor fazer. Em qual direção seguir.

No entanto, como vimos estes dias, estamos ainda em uma etapa do debate que não se faz prioritariamente com ideias e projetos. Ele se faz em torno do que intuo sobre a pessoa do líder e da guerra de imaginários daí decorrente. Depois da entrevista de um deles na quinta, dispararam menções e buscas por seu nome. Vamos dizer que ele se chama Pedro. O top 5 das buscas foi esse aqui:

Atual esposa de Pedro. Paulo falando mal de Pedro. Quantos anos tem Pedro. Pedro teve câncer. Pedro casou de novo.

A vida amorosa e desejante do líder vem em primeiríssimo lugar, e com duas entradas. Separar e recasar, sabemos, é uma conquista histórica recente, que valoriza a ética do desejo individual em detrimento da lealdade ao pacto primário de alianças comunitárias. Um proponente separou e recasou três vezes, sempre com mulheres mais jovens. Pedro, viúvo, casou de novo este ano em cerimônia midiática. O que deve lhe conceder um frescor glamourizado. O velho interesse pelo corpo do líder: idade e câncer. Isso é relevante, pois nosso herói é um vencedor: venceu a pobreza, a prisão e a doença.

A outra pergunta é mais explicitamente política, mas ainda no âmbito da política privada da intriga. Quero ouvir falarem mal dele. Aquilo que todos fazemos cotidianamente, dos bares aos salões, dos quartos ao zap. Antigos inimigos podem fazer alianças? O próprio líder deu a resposta: sim, devemos nos unir aos divergentes para vencer o antagonista.

No século 20, notícias que quebravam a rotina —breaking news— buscavam destrinchar quais atrizes ou estagiárias eram amantes de quais homens poderosos, à la Kennedy, Clinton e tantos outros. Chama a atenção como, hoje, com o planeta podendo explodir em guerra ou desequilíbrio, ainda estejamos nos perguntando sobre como vive um homem ou como bebe e dança uma líder mulher. Sempre a vida privada a nos seduzir.

Voltando ao início: estamos à altura do debate público e racional de ideias? Vivemos em uma real República? Parece que preferimos a revista Caras do poder, mergulhados no imaginário da persona do líder. E gastando fortunas em guerras culturais não tão inteligentes. Temos problemas seríssimos para lidar e ainda estamos na fase personalista do play.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques
| QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

ESPORTE AO VIVO | 12h US Open Tênis, SPORTV 3/ESPN2/STAR+ | 20h Internacional x Juventude Brasileiro, SPORTV/PREMIERE | 21h30 Corinthians x Bragantino Brasileiro, PREMIERE

Álbum da Copa recicla mitos e cria novos

Fãs veem relação entre peso dos pacotinhos e presença de figurinhas raras, vendidas por até R$ 9 mil na internet

Luciano Trindade

SÃO PAULO Existem cartas mais raras do que outras no álbum da Copa do Mundo? Uma banca de jornal pode receber mais ou menos figurinhas de um determinado jogador? Vou precisar de R$ 9 mil para completar o álbum?

A cada nova edição, a coleção que reúne os atletas dos países classificados para a maior competição de seleções do mundo renova lendas antigas e promove novas.

Talvez a maior curiosidade diga respeito à raridade de determinadas figurinhas, geralmente dos jogadores mais famosos, como Neymar, Messi e Cristiano Ronaldo. Segundo a Editora Panini, a impressão não passa de mito. A dificuldade para encontrar certos itens, diz a empresa, é uma questão de probabilidades.

"Não tem como ter figurinhas raras no sentido de a gente produzir menos uma figurinha do que outra. Isso não é possível devido ao nosso processo de produção", diz Carolina Motta, gerente de marketing da Panini Brasil, em entrevista à **Folha** na fábrica da empresa, no Centro Empresarial de Tamboré, em Barueri.

A reportagem acompanhou parte do processo no local, em que a editora já recebe as figurinhas impressas e realiza o processo de separação, embalagem e distribuição para o Brasil e outros 15 países da América Latina.

Figurinhas passam por máquina para separação e embalagem; no destaque, o cromo extra do meia belga De Bruyne
Zanone Fraissat/Folhapress

A confecção das embalagens teve início no dia 27 de junho. Segundo a empresa, 9 milhões de pacotes são produzidos por dia, de segunda a sexta. Até o momento, já foram feitos cerca de 400 milhões, com ao menos cinco figurinhas em cada um —a editora não divulga quantos são comercializados dentro do Brasil, onde custam R$ 4. O álbum impresso em papel-cartão sai por R$ 12.

Na linha de produção, uma máquina é responsável por separar as figurinhas de forma aleatória. "Se uma pessoa quer tirar o Neymar, ele é um em 650 figurinhas. Então, [a dificuldade] é devido à proporção", acrescenta Carolina.

Segundo ela, se a editora optasse por criar cartas mais raras, portanto com uma menor oferta no mercado, teria de passar por um processo junto ao Ministério da Economia, via Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, por envolver a sorte como um componente.

Especialistas em direito do consumidor explicam, ainda, que há uma regulamentação no país para exigir a produção de figurinhas de forma que todos os consumidores possam completar seus álbuns.

"A Lei nº 9.340/1996 estabelece que a quantidade de figurinhas deverá corresponder ao número de álbuns distribuídos e que todas as figurinhas devem ser distribuídas em cada cidade ou região", diz a advogada Lais Oliveira, com atuação em direito do consumidor.

Para o álbum da Copa do Mundo do Qatar, no entanto, a Panini encontrou uma forma de criar figurinhas que, de fato, são raras, mas elas não se enquadram nessa legislação. Ao todo, são 80 cromos extras, sendo 20 jogadores representados e cada um com quatro versões: a comum, a bronze, a prata e a ouro, que indicam a raridade de cada figurinha.

Essas figurinhas são extras, não há espaço para colá-las no álbum. Por isso, ninguém precisa delas para completar a colagem. E são extras também no pacotinho. Chegam como a sexta do pacote, que geralmente contém cinco.

A Panini trata essas cartas como itens de colecionador, condição que, segundo a empresa e especialistas em direito do consumidor, permite a comercialização sem necessidade de fazer um registro no Ministério da Economia.

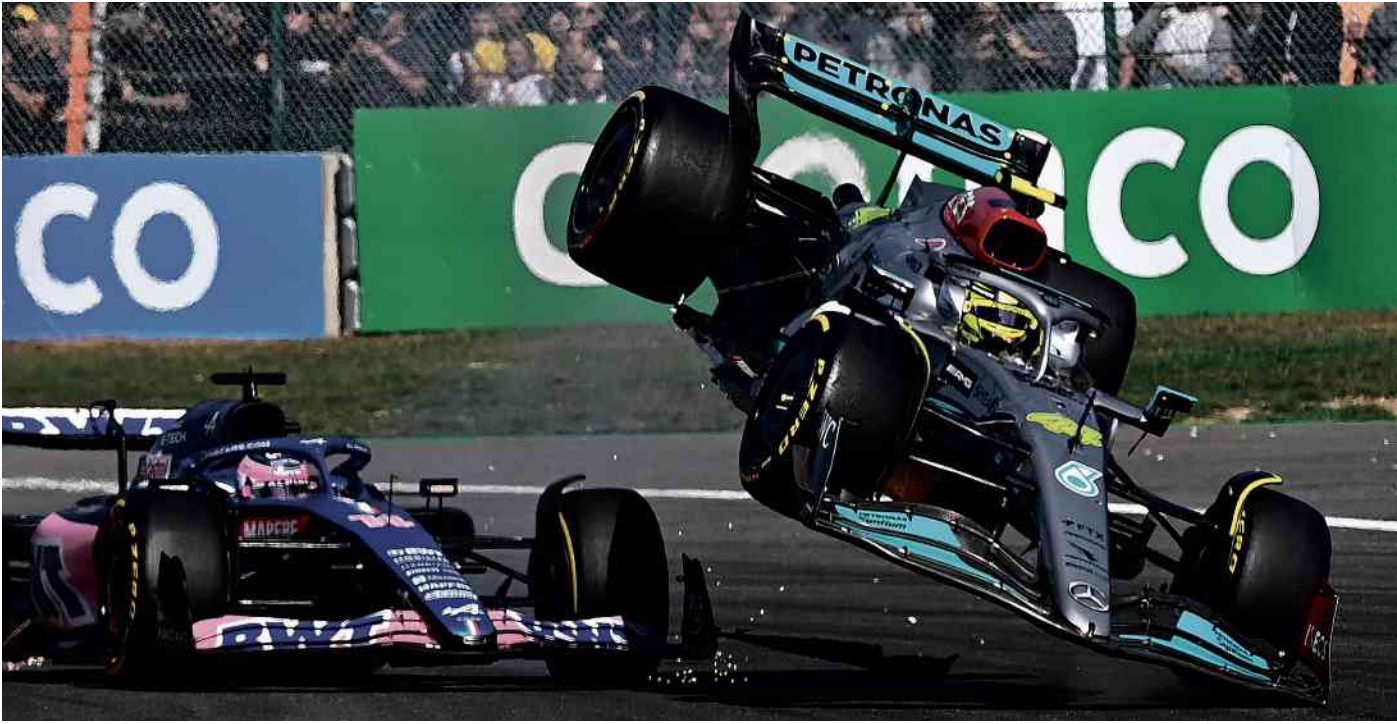
A inclusão dessas figurinhas, porém, criou uma corrida pelos pacotes e inflacionou o preço de figurinhas de alguns atletas. Na internet, é possível encontrar pessoas pedindo R$ 9 mil pela versão dourada de Neymar, uma das mais cobiçadas.

A Panini afirma que "não comercializa figurinhas extras individualmente e as vendas paralelas não são de responsabilidade da marca".

Rodolfo de Macedo, 28, coleciona figurinhas desde a Copa de 2002. "Agora já sou penta no álbum, igual ao Brasil", brinca. O interesse foi incentivado por seu pai. Agora, fazer a coleção virou uma paixão pela qual se dispõe a gastar até R$ 200 por mês até completar o álbum.

O redator publicitário conta que já tirou a versão bronze de Son Heung-Min, jogador do Tottenham que defende a Coreia do Sul. "Estou guardando como uma relíquia", afirma.

Na internet, entre as várias teorias sobre as figurinhas raras, circulam vídeos em que pessoas aparecem pesando os pacotinhos como forma de encontrar aqueles que possuem as figurinhas extras. Segundo os relatos, os pacotes normais pesam quatro gramas. Com figurinha especial, o peso seria de cinco gramas.

Carolina Motta se diverte com a criatividade das teorias criadas pelos colecionadores. "Se você tem uma figurinha a mais, ela vai pesar a mais no pacote. Mas as pessoas que filmaram compraram e pesaram em casa", diz, ao lembrar que os comerciantes não permitirão que os pacotes sejam pesados antes de serem vendidos.

John Thys/AFP

HAMILTON LEVANTA VOO APÓS CHOQUE COM FERNANDO ALONSO

O britânico Lewis Hamilton, da Mercedes, envolveu-se em acidente com o espanhol Fernando Alonso, da Alpine, logo no começo do GP da Bélgica. O heptacampeão assumiu total responsabilidade pelo choque, que fez seu carro deixar o solo e o tirou da corrida, mas soube que o velho rival o chamou de "idiota" pelo rádio e preferiu não procurá-lo ao término da corrida. "Definitivamente, foi culpa minha. Não deixei espaço. Não foi por querer, aconteceu", disse Hamilton. "Eu assumo a responsabilidade, é o que adultos fazem. Eu ia conversar até ouvir o que ele disse." Alonso não perdeu a posição com o choque e terminou a prova em quinto. O vencedor foi o holandês Max Verstappen, da Red Bull, líder do campeonato.

Às vezes devagar, mas sempre

O Palmeiras sofreu para impedir que mais um vice-líder se aproximasse dele

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Desta vez foi por um fio, ou pelo desvio na trave do maestro Paulo Henrique Ganso, que o líder isolado do Campeonato Brasileiro evitou perder para o Fluminense, novamente melhor em campo e incapaz de transformar a superioridade em vitória.

Em noite apagada de Gustavo Scarpa, talvez magoado pelas vaias de seus ex-torcedores no Maracanã, o Palmeiras se viu fortemente incomodado e envolvido pelo toque de bola tricolor, embora tenha marcado novo golaço de bicicleta, desta vez já motorizada de Rony, desperdiçado duas boas chances em erros de passes do rival e sofrido, sofrido bastante, para sair do Rio de Janeiro com o 1 a 1 para manter a vantagem de oito pontos sobre o vice-líder.

Saber sofrer virou chavão até melhor que os terceiros terços, linhas altas e baixas, modismos para descrever situações tão antigas como o futebol, porque, sabem a rara leitora e o raro leitor, a língua é viva e se renova, às vezes para pior.

Só que o Palmeiras sofre de maneira diferente.

Basta ter olhos para ver, esta uma velha expressão, a linguagem corporal dos jogadores alviverdes.

Não se vê um gesto parasita, um olhar esbugalhado, uma discussão entre eles, a frieza predomina mesmo nos piores momentos de pressão.

Ao Palmeiras não se concede o direito de jogar mal, do mesmo modo que se nega ao Flamengo, como aconteceu no segundo tempo para os paulistas —e para os cariocas contra o São Paulo, no Morumbi.

Aqui já se comparou, guardadas todas as proporções, a trajetória palmeirense dos últimos anos à saga vitoriosa do Bayern Munique. Há quem prefira compará-la à resiliência do Real Madrid, paralelos recusados por Abel Ferreira, principalmente quando é chamado, para sua irritação, de retranqueiro.

Inegáveis os cuidados defensivos do time menos vazado do campeonato com apenas 16 gols sofridos em 24 jogos.

A irritação se justifica plenamente porque o time é, também, o de melhor ataque, 38 gols, um a mais que o Fluminense —e que o Flamengo, antes de enfrentar o Botafogo.

Nem sequer se concedem ao Palmeiras os cuidados naturais para quem, nesta terça-feira (30), jogará, na Arena da Baixada, o jogo de ida das semifinais da Libertadores, contra o Athletico Paranaense. E olhe que o ninguém foi poupado no sábado (27), ou seja, ao Campeonato Brasileiro deu-se o devido respeito exigido pela crítica.

Em resumo: que graça tem apedrejar vitrines quebradas?

Utilidade pública

Fosse dono de uma emissora de TV, compraria os direitos do filme "O Debate" e o exibiria durante uma semana inteira nos mais variados horários para atingir os jovens que votarão pela primeira vez em 2 de outubro, os velhos que eventualmente o farão pela última e todos os demais eleitores que decidirão os rumos do país.

Dirigido por Caio Blat, com roteiro de Guel Arraes e Jorge Furtado, com atuações antológicas de Débora Bloch e Paulo Betti, a política, as relações conjugais e, sobretudo, as angústias da imprensa, desfilam com admirável realismo.

O único escorregão está na ausência de aviso, no começo ou no fim do filme: qualquer semelhança NÃO é mera coincidência.

Em tempo

Você já tinha visto alguém passar recibo como os bolsonaristas depois da entrevista de Lula ao JN?

Em tempo 2

Quem não está vendo os jogos do Manchester City não faz ideia do que está perdendo.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | **TER. Walter Casagrande Jr., Renata Mendonça** | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Walter Casagrande Jr., Marina Izidro

Serena Williams treina para finalizar uma das mais vitoriosas carreiras da história do tênis Matthew Stockman/Getty Images/AFP

Ano de caos e glórias do Slam termina com foco em Serena

Último 'major' de 2022, US Open deve ser despedida da craque das quadras

Marcos Guedes

SÃO PAULO A atípica temporada de 2022 do tênis chega nesta segunda (29) a seu último Grand Slam. O acidentado ano do esporte chega aos solavancos aos Estados Unidos, que não receberá o não vacinado Novak Djokovic, mas apresenta uma grande atração: a despedida de uma lenda.

Serena Williams, 40, anunciou no início do mês que estava se aposentando. A norte-americana não especificou uma data para o adeus, mas é provável que a competição seja a última de sua carreira e, quase certamente, sua participação final em um "major".

Vencedora de 23 Slams, a tenista falou em "evoluir além do tênis". Em um texto em primeira pessoa redigido para a revista Vogue, citou o plano de dar um irmão ou uma irmã à sua filha de quatro anos, Olympia. E admitiu que deixar a raquete de lado é difícil.

"Tenho sido relutante em reconhecer que tenho que deixar o tênis. É um assunto tabu. Quando vem à tona, começo a chorar", escreveu.

"Eu nunca gostei da palavra aposentadoria. Não parece uma palavra moderna para mim. Tenho pensando nisto como uma transição, mas quero ser sensível em como uso essa palavra, porque significa algo para uma comunidade bem específica e importante. Talvez a melhor palavra para descrever o que estou fazendo é evolução", afirmou.

Seja qual for a escolha lexical, há agora poucas oportunidades para ver em ação aquela que para muitos é a maior da história do tênis. Todos os olhos estarão na craque em cada uma de suas partidas.

A estreia de Serena no US Open está marcada para as 20h (de Brasília) desta segunda. No Arthur Ashe Stadium, que abriga a quadra central do complexo de Flushing Meadows, em Nova York, ela enfrentará a montenegrina Danka Kovinic, 80ª colocada do ranking mundial. No Brasil, o torneio será exibido por SporTV 3, ESPN 2 e Star+.

Williams está hoje na 605ª posição na lista da WTA (associação das tenistas profissionais). Afastada do circuito para o nascimento de Olympia, em 2017, ela não conseguiu recuperar a velha forma. Entre 2021 e 2022, ficou um ano parada.

Retornou em Wimbledon, com dura derrota para a francesa Harmony Tan. Convidada para jogar em Toronto e em Cincinnati, conseguiu apenas uma vitória. De acordo com a prestigiada casa de apostas Caesars Sportsbook, seu título pagará US$ 25 por cada US$ 1 jogado em seu favor.

Williams não é a favorita. Mas, se há alguém capaz de triunfar em condições adversas, essa pessoa é Serena.

A glória no US Open a faria igualar a australiana Margaret Court, que levou 24 "majors". Ocorre que 11 deles foram conquistados antes de 1968, quando teve início a era aberta, motivo pelo qual a norte-americana declarou: "Eu já quebrei esse recorde".

A chave feminina tem reservado surpresas, com bastante equilíbrio. A brasileira Beatriz Haddad Maia, 26, vem de bons resultados, subiu para a 15ª colocação no ranking e tem esperança de uma campanha duradoura.

> Tenho sido relutante em reconhecer que tenho que deixar o tênis para trás. É um assunto tabu. Quando vem à tona, eu começo a chorar. Eu nunca gostei da palavra aposentadoria. Não parece uma palavra moderna para mim
>
> **Serena Williams**
> vencedora de 23 Grand Slams

Até aqui, os três torneios do Grand Slam tiveram três vencedoras diferentes. A australiana Ashleigh Barty triunfou no Australian Open e, pouco depois, surpreendeu ao se aposentar aos 25 anos, um dos vários episódios que fazem deste um ano atípico. A polonesa Iga Swiatek levou a melhor em Roland Garros, e a russa Elena Ribakina ergueu o troféu em Wimbledon.

Entre os homens, a temporada do Grand Slam começou com a confusa chegada do sérvio Novak Djokovic à Austrália. Ele acabou deportado por não estar vacinado contra a Covid-19, mesmo motivo pelo qual não pôde ir aos Estados Unidos jogar o US Open.

O espanhol Rafael Nadal aproveitou a ausência, venceu e repetiu o triunfo em Roland Garros, tornando-se o maior campeão de "majors", com 22 taças. Em Wimbledon, que não permitiu russos por causa da invasão da Ucrânia pela Rússia —Ribakina competiu pelo Cazaquistão— e, por isso, não valeu pontos no ranking, deu Djokovic, que chegou a 21 Slams.

Agora, o acidentado 2022 do tênis faz sua parada em Flushing Meadows. Há muito a ver, mas, enquanto Serena Williams estiver em quadra, os olhos estarão nela.

SÃO PAULO PARA EM BOAS DEFESAS DE FERNANDO MIGUEL E É DERROTADO EM CASA PELO FORTALEZA
O São Paulo teve múltiplas oportunidades, mas não as aproveitou. perdeu por 1 a 0 para o Fortaleza, no Morumbi, com gol de Juninho Capixaba, e caiu para a 13ª posição no Brasileiro; o Santos ficou no 0 a 0 com o Cuiabá Eduardo Carmim/Photo Premium/Ag. O Globo

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

Novidade tática no ataque para o mundo descobrir

O Fluminense merecia vencer o Palmeiras no sábado (27), e isso foi reconhecido pelo técnico Abel Ferreira. Questionado sobre o seu rival ter um estilo diferente de tudo o que se pratica no mundo, ou se isso é um exagero, Abel afirmou que é distinto, sim, e muito atrelado às características de seu treinador, Fernando Diniz.

Pouco antes, Abel Ferreira afirmou: "Tem um jeito muito peculiar de jogar".

Abel Ferreira não parece encantar-se com o equilíbrio do Fluminense. Elogia e se surpreende com as características de ataque, mas o pós-jogo mostrou também o palmeirense ressaltando que o Flu sofre muitos gols.

Na 15ª rodada, o time de Fernando Diniz possuía a segunda defesa menos vazada do Brasileiro. Nos nove jogos seguintes, sofreu 14 gols. O Palmeiras, quatro.

Surpreendente mesmo é a dificuldade que se encontra para marcar o Fluminense.

Não há na bibliografia tática do futebol referência a times que amontoem jogadores do lado da bola, para invadir a defesa com passes curtos, em maioria de atacantes contra os zagueiros. Diniz nunca se atreveu a dizer que inventou uma novidade tática. Mas criou. Diz inspirar-se apenas nas características dos atletas que tem.

O jornalista inglês Jonathan Wilson, autor de "A Pirâmide Invertida", um documento sobre tática na história do jogo, diz que o Brasil foi inovador em estratégias de ataque, até os anos 1990. Especialmente na Copa do Mundo de 1970.

Basta ver o gol de Carlos Alberto, com Jairzinho atraindo seu marcador pessoal, Giacinto Facchetti, para o lado esquerdo. Isso abriu o lado oposto inteiro para Carlos Alberto fazer o quarto gol do Brasil contra a Itália, a criação coletiva mais brilhante da história das Copas.

Abel tratou também da dificuldade de marcar as inversões para o lado oposto. A característica é mais comum e igualmente surpreendente.

O Fluminense atrai defensores do adversário para um lado, dificulta a marcação e cria um corredor livre no lateral contrário. Foi assim o gol de Cano, em jogada de Samuel Xavier, nos 4 a 0 sobre o Corinthians, em julho. Ou o lançamento de Samuel para Cris Silva, no gol de Arias, no 2 a 2 com o Corinthians, pela Copa do Brasil.

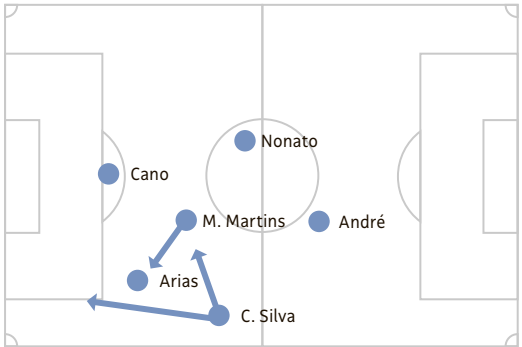
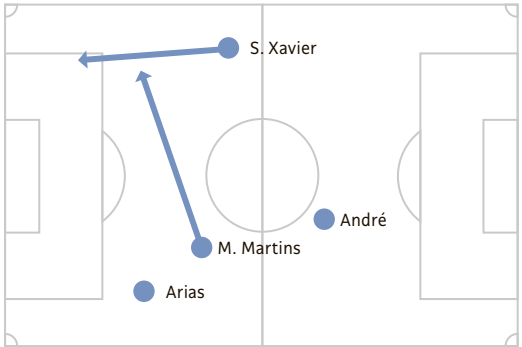
Também uma inversão de Arias, para Samuel Xavier, que poderia ter resultado em gol contra o Palmeiras.

"Se jogarem sempre nesse nível, vão brigar pela Copa e pelo Brasileiro", elogiou Abel Ferreira.

Não será simples tirar o título do Parque Antarctica. O inconveniente é a tabela. Os palmeirenses jogarão fora de casa contra Bragantino, Atlético-MG, Athletico-PR e Internacional. Também visitaram Corinthians e Fluminense e só receberam o Flamengo, no returno.

A tabela é exatamente inversa à do rubro-negro, e isso deixa a ideia de troféu ainda aberta. Se for tão competente contra os mais fortes como foi no primeiro turno, o Palmeiras poderá ser o primeiro campeão brasileiro, por pontos corridos, invicto como visitante.

Com a unificação dos títulos, são seis os vencedores sem derrota: Palmeiras (1960), Santos (1962, 1963 e 1964), Cruzeiro (1966) e Internacional (1979).

Fluminense aglomera jogadores do lado da bola

Inversão do lado da jogada também surpreende

O TÍTULO SONHADO

Esqueça a derrota para o Fortaleza. O São Paulo precisa sair da parte de baixo do Brasileiro, mas conquistar um título. Nove anos sem taça, o Paulista 2021, agora a chance é a Sul-Americana. Taticamente, Rogério Ceni faz seu time melhorar, mas resultados não ajudam.

A ÚLTIMA CHANCE

O Corinthians pode ganhar a Copa do Brasil, mas terá de enfrentar o inovador Fluminense. Antes, joga nesta segunda (29) contra o Bragantino. Chances de título são remotas, mas vitória na Neo Química Arena deixará o time a oito pontos do líder, como o Flu.

1

Lalo de Almeida - 26.ago.2019/Folhapress

AMBIENTE
ELEIÇÕES 2022

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO A disputa ao cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo tem neste ano dois ex-ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, candidata pela Rede Sustentabilidade, e Ricardo Salles, pelo PL. À frente da pasta nos governos Lula (2003-2008) e Bolsonaro (2019-2021), respectivamente, eles têm planos divergentes para a Amazônia: enquanto Marina diz que é possível reduzir o desmatamento na região apenas com recursos próprios, Salles defende que isso só será factível com um financiamento dado por países estrangeiros.

2

Marina Silva

Os anéis e dedos da agenda ambiental são os primeiros a ser exigidos

Ex-ministra do governo Lula defende volta ao Congresso para uma 'reconstrução pós-guerra' das políticas contra desmatamento

"Esse tema nunca saiu da cabeça dos eleitores." É assim que Marina Silva avalia a importância da agenda ambiental para os brasileiros, destacando os votos que recebeu ao se candidatar à Presidência da República nas últimas três eleições.

Desta vez, no entanto, a ex-ministra do Meio Ambiente (2003-2008) e fundadora da Rede Sustentabilidade deve puxar os votos do seu partido como candidata a deputada federal por São Paulo.

A acriana trabalhou junto ao líder seringueiro Chico Mendes (1944-1988) na resistência ao desmatamento e na fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no estado. Após ter sido eleita vereadora, deputada estadual e ter passado por dois mandatos como senadora pelo PT do Acre, Marina diz que já havia dado como encerrada sua carreira no Parlamento.

Nesta entrevista, ela explica por que decidiu voltar a se candidatar, avalia divergências com os governos de Lula e de Bolsonaro, e aposta no fortalecimento de uma bancada favorável às políticas de proteção ambiental.

"Nós sabemos que, em qualquer situação de tensionamento político envolvendo o Executivo, são os anéis e os dedos da agenda socioambiental que primeiro são exigidos."

*

Eduardo Knapp/Folhapress

Marina Silva, 64

Nasceu no Seringal Bagaço, em Rio Branco (AC). Formada em História pela Universidade Federal do Acre, foi senadora (1995-2011), ministra do Meio Ambiente do Brasil (2003-2008) e candidata à Presidência nas últimas três eleições. Hoje é candidata a deputada federal pela Rede em São Paulo

Por que a senhora quer voltar ao Parlamento? Em 2023, nós vamos ter que fazer uma espécie de reconstrução pós-guerra. Esse desmonte se dá uma por uma ação intensiva da base do governo. É muito grave. Porque cria expectativa não só de impunidade, mas de prêmio para os crimes contra o meio ambiente e salvo conduto para seus praticantes.

Quando o PL que acaba com o licenciamento ambiental estabelece que vários empreendimentos poderão ser licenciados só com a autodeclaração, isso é um prêmio para empreendimentos criminosos.

Quando você faz o PL da grilagem, sob o argumento falso de que está fazendo regularização fundiária, isso estimula o roubo de patrimônio público. Ainda temos aí o marco temporal indígena, onde você tem uma assimetria completa: quem ocupou de forma criminosa até 2014 ou até mais recentemente pode regularizar, enquanto para os povos indígenas que estão aqui há milhares de anos, [o reconhecimento] tem que ser de acordo com a Constituição de 88.

Esses projetos de lei que tramitam hoje já estavam em pauta antes do governo Bolsonaro e, nesse período, a senhora saía como candidata à Presidência. Por que agora tenta o Parlamento, quando há um desmonte no Executivo? Muitas pessoas começaram a levantar a hipótese de que, com orçamento secreto, abuso do poder político e do poder econômico, inclusive usando orçamento público, isso pode fazer com que se tenha uma bancada mais reacionária, mais contrária aos interesses da sociedade.

Diante disso, conversei com várias pessoas para que se encorajassem a ser candidatas. E esse apelo também voltou para mim. Se estava incentivando as pessoas —como fez Gandhi, que só mandou o menino parar de comer açúcar quando resolveu ele mesmo parar— me coloquei também o compromisso com a agenda.

E nós sabemos que, em qualquer situação de tensionamento político envolvendo o Executivo, são os anéis e os dedos da agenda socioambiental que primeiro são exigidos.

Sua saída do ministério se deu sob pressão de setores do agronegócio, representados no governo, contrariados pelas políticas ambientais. E esses interesses estão hoje representados no Congresso. Se eleita, como a senhora pretende lidar com a bancada ruralista na Câmara? Os setores que faziam pressão estão ainda mais turbinados no atraso. O agronegócio não é homogêneo. Há uma minoria que avança, no sentido de fazer o dever de casa, porém, estão subestimando um espaço fundamental que é o espaço da política, deixando que a face do agronegócio brasileiro seja representada no Congresso Nacional da pior forma.

E isso tem prejuízos. Já é difícil entrar na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e as questões ambientais dificultam mais ainda. Investimentos estão sendo direcionados para outros países, em função de os investidores não sentirem segurança sobre seus investimentos serem usados em ações que destroem a Amazônia.

Agora, como enfrentar? O maior enfrentamento terá que ser feito pela sociedade brasileira, aumentando uma bancada que dê suporte à formulação de políticas que interessam ao Brasil. E buscar uma atuação conjunta. Com exceção dos negacionistas e retrógrados contumazes, você consegue encontrar pessoas com compromisso e sensibilidade ambiental em grande parte dos partidos.

> "O agronegócio não é homogêneo. Há uma minoria que avança, no sentido de fazer o dever de casa, porém, estão subestimando um espaço fundamental que é o espaço da política, deixando que a face do agronegócio seja representada da pior forma

Na sua gestão no MMA (Ministério do Meio Ambiente), houve uma queda significativa do desmatamento, de quase 28 mil km² para 14 mil km², que depois da sua saída ainda chegaria a um mínimo histórico, de 4.600 km², em 2012. E essa taxa foi subindo de volta, hoje está num patamar de 13 mil km², parecido com 2009. Por que não foi possível mantê-la? Porque as políticas foram enfraquecidas, especialmente após 2012. Primeiro teve um efeito sanfona, com o governo Temer elas foram mais enfraquecidas ainda e, no governo Bolsonaro, foram destruídas.

No governo Bolsonaro você tem exatamente o efeito contrário: a gente pegou uma curva ascendente e jogou pra baixo. Eles pegaram embaixo e jogaram pra cima.

O governo atual argumenta que não haveria forma de evitar o desmatamento sem incentivo econômico para a preservação. Faltou essa ótica à agenda ambiental nos governos anteriores? Faltou ao Bolsonaro. Qualquer ótica. Sem recursos, nós reduzimos o desmatamento em 83% por quase uma década. Sem recursos —externos, né?— colocamos 725 pessoas na cadeia, implodimos 86 pistas clandestinas. Hoje são mais de 1.200 pistas clandestinas e o governo perde o controle aéreo, terrestre e por água das fronteiras da Amazônia. Então falta ao Bolsonaro qualquer ótica.

E o trabalho que fizemos ainda conseguiu um fundo, com recursos a fundo perdido, pelos resultados que alcançamos. Não pedimos dinheiro para alcançar resultado. Nós tivemos o Fundo Amazônia, que esse governo interditou.

Diferentemente da sua gestão, a agenda defendida pelo MMA no governo atual não conflita com as propostas de outras pastas. Qual é o papel do MMA em um governo que se proponha a conciliar o desenvolvimento e a proteção ambiental? Aprofundar o que iniciamos em 2003. Uma agenda ambiental transversal, integrada. O MMA não é para ser setorial, correndo atrás do prejuízo do que faz Energia, Transportes ou Agricultura. É para que essas políticas estejam presentes em todos os setores do governo.

Infraestrutura, por exemplo. Não dá para imaginar que se vá repetir empreendimentos como [a usina hidrelétrica de] Belo Monte. Dizem que sábios aprendem com os erros dos outros; agora, estúpidos são os que não aprendem nem com os próprios erros.

Nestas eleições, todos os planos de governo dos principais candidatos à Presidência trazem propostas ambientais. Os anos Bolsonaro contribuíram para gerar compromissos dos presidenciáveis com essa pauta? Não vou dar esse crédito ao Bolsonaro, porque essa é uma agenda do mundo, que vive sob uma emergência climática. Espero que isso seja uma compreensão, porque a sociedade brasileira deu várias sinalizações em relação a isso.

Em 2010, quando eu e Guilherme Leal saímos candidatos [à Presidência] com essa agenda, não vamos nos esquecer que tivemos 19,6 milhões de votos. Em 2014, no que pese tudo que aconteceu, tive 22 milhões de votos. Isso era uma sinalização de que esse tema, que inclusive era utilizado para tentar amedrontar os eleitores, nunca saiu da cabeça dos eleitores.

Estamos vivendo uma reconstrução pós-guerra. No campo democrático popular, quem não colocar [o meio ambiente] como algo estratégico em seu plano de governo vai condenar o Brasil a ficar trancado do lado de fora. O mundo está caminhando em outra direção.

Os prazos estão muito curtos. O painel do clima da ONU aponta que devemos reduzir 55% das emissões de gases de efeito estufa do mundo até o fim da década. Como reverter a crise ambiental? O que deu certo precisa ser resgatado de forma atualizada. Tem que pensar em infraestrutura para o desenvolvimento sustentável. O Plano Safra terá que ser a base de investimento para uma transição à agricultura de baixo carbono.

Não precisamos mais desmatar. A Embrapa é que diz isso. A gente no passado fez a interdição dos municípios que mais desmatavam, vedando o crédito, criminalizando a cadeira produtiva ilegal.

Agora, tem uma agenda fundamental: a destinação dos mais de 70 milhões de hectares de áreas não destinadas na Amazônia, onde incide o maior desmatamento.

O Brasil tem que voltar a assumir o protagonismo internacional da agenda ambiental global pelo dever de casa que irá fazer na transição energética, na proteção da biodiversidade, no desmatamento zero, redução das emissões de CO_2 e assim por diante.

Inclusive, uma das propostas que vou trabalhar é a criação de uma Autoridade Nacional de Segurança Climática, para o acompanhamento da agenda de mudança climática e a articulação com os setores do governo.

Lalo de Almeida - 20.ago.2020/Folhapress

Entenda a série

Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanha ainda as respostas à crise do clima nas eleições de 2022 e na COP27 (conferência da ONU sobre o clima que será realizada em novembro deste ano em Sharm el-Sheikh, no Egito). O projeto tem o apoio da Open Society Foundations. Para conferir outros conteúdos, acesse folha.com/planetaemtranse

Lalo de Almeida - 27.nov.2019/Folhapress

1 Área desmatada na Terra Indígena Trincheira Bacajá, no Pará **2** Desmatamento na cidade de Apuí (AM) **3** Queimada em Xapuri (AC)

Ricardo Salles

Não fiz mais por razões legais, por isso quero ajudar na Câmara

Marcado por 'boiadas' na condução do ministério do Meio Ambiente no governo Bolsonaro, Salles diz querer rever legislação

Ricardo Salles, em sua campanha por uma vaga na Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo, mantém a proposta que ficou conhecida após divulgação da reunião interministerial de 22 de abril de 2020. Nela, então ministro do Meio Ambiente, defendeu que o governo fosse "passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas".

Uma das boiadas —apelido que virou marca da gestão— levou a uma investigação da Polícia Federal por facilitação de tráfico de madeira ilegal. Em junho de 2021, um mês após a PF ter obtido autorização do Supremo Tribunal Federal para quebra de seu sigilo fiscal e bancário, Salles pediu demissão da pasta.

Após sua saída, as taxas de desmatamento da Amazônia —que já haviam saltado no primeiro ano de gestão— continuaram subindo sob o comando do seu sucessor, Joaquim Leite. Para Salles, a explicação é econômica.

"Se a gente não tiver uma política de desenvolvimento econômico para a Amazônia e continuar tendo uma política de mero congelamento do bioma, essas pessoas vão sobreviver como elas podem", afirma.

"Gostaria de ter feito mais. Mas não foi possível por diversas razões, inclusive legais, por amarras legislativas, razão pela qual na Câmara acho que posso ajudar", avalia.

Eduardo Knapp/Folhapress

Ricardo Salles, 47

Nasceu em São Paulo. É advogado formado pela Universidade Mackenzie. Foi ministro do Meio Ambiente (2019-2021) e secretário estadual de Meio Ambiente em SP (2016-2017). Antes, foi secretário particular do então governador Geraldo Alckmin, atual candidato a vice de Lula. Salles concorre a deputado federal pelo PL

*

Por que o senhor quer entrar para a Câmara dos Deputados? Temos leis demais no Brasil, de certa forma até contraditórias, às vezes até feitas com boa intenção, mas que tornam a implementação das medidas efetivas de proteção ao meio ambiente quase inviáveis. Falta à Câmara alguém que tenha tido que implementar as leis na prática para dizer: "olha, isso que vocês estão colocando não vai funcionar".

O senhor pretende levar ao Congresso a proposta de desregulamentação das normas que ficou conhecida como boiada na sua gestão no MMA? De certa forma. Você pode antever problemas, dizer: "não ponha isso, ou redija de maneira diferente".

Um exemplo importante é a lei geral do licenciamento ambiental, que tramitou com dificuldade na Câmara e está dormindo em berço esplêndido no Senado. Ela não diminui a proteção ambiental, ao contrário, permite que se pegue os sempre escassos recursos do setor público e direcione para o que mais importa.

Esse projeto de lei é criticado por transformar o licenciamento em exceção em vez de regra. O licenciamento de barragens, por exemplo, seria reduzido a uma autodeclaração. O projeto de lei não agravaria o risco de desastres? À ANM [Agência Nacional de Mineração] foi atribuída a função de definir os parâmetros de segurança. A ANM, com os episódios de Mariana e Brumadinho, foi forçada a editar uma norma sobre monitoramento. Antes, a ANM acho que tinha sete fiscais para todo o território nacional, então era um monitoramento fictício.

Com isso, o senhor reconhece que é importante ter uma exigência do governo também através de fiscalização? Claro, deve ter. Isso está previsto na norma da ANM.

Como o senhor avalia sua gestão do MMA? Ser ministro do Meio Ambiente de um governo de direita depois de 22 anos de esquerda governando o país é muito difícil. Porque você tem regras feitas com a visão da esquerda, funcionários treinados para atuar e ter uma perspectiva de realidade de acordo com o que a esquerda tem, em muitos casos. Essa estrutura que veio do governo foi desenhada para uma outra visão de mundo.

Gostaria de ter feito mais. Mas não foi possível por diversas razões, inclusive legais, por amarras legislativas, razão pela qual na Câmara acho que posso ajudar.

Que tipo de amarra quer rever? O Snuc [Sistema Nacional de Unidades de Conservação], por exemplo. O Brasil criou centenas de unidades de conservação e não tem nenhuma que tenha tido o cuidado de adaptar para a realidade da região. No Parque Nacional dos Campos Gerais, no Paraná, há uma parte de propriedades rurais bem conservadas que poderiam conviver dentro de uma unidade de conservação de uso sustentável e, por acaso, estão inseridas dentro de uma unidade de conservação de proteção integral. É o pior investimento do dinheiro público desapropriar essas pessoas.

Qual seria sua proposta? Que a gente abrisse uma janela legislativa para que, dentro de cada unidade de conservação, fosse permitido adequar o perímetro, o tipo de unidade de conservação e, de uma vez só, fazer uma negociação para resolver a questão fundiária, quando for o caso.

A sociedade às vezes imagina que a reclamação é de um grande proprietário que quer plantar soja, mas em muitos lugares são pequenos proprietários, gente pobre, como comunidades de pescadores lá no Ceará impedidos de pescar porque o ICMBio criou uma unidade de conservação onde o cara vivia, onde há pescadores há cem anos.

É possível resolver essas questões com as comunidades tradicionais sem abrir uma brecha para redução das áreas de proteção em favor de usos predatórios, como o avanço de monoculturas ou de mineração? Primeiro, precisaria ter um procedimento bem estabelecido. Abre consulta pública.

Quem vai compor o grupo de estudos? Tem que ter equidade entre representação da proteção ao meio ambiente, ao setor produtivo, às comunidades locais que estão lá. E colocar o componente econômico como algo fundamental. Se for impor restrição ao direito de propriedade, essa restrição tem que ser paga e tem que ser paga já.

Antigamente as escrituras eram feitas de um outro jeito. Tem que georreferenciar? O cara não tem onde cair morto, como é que vai georreferenciar? Você vai criando impedimentos formais para resolver um problema que é óbvio: "olha, seu fulano, o senhor tem quatro alqueires, estamos pagando X no seu alqueire, tá aqui o cheque, tchau, vai embora".

A falta de titulação também gera violência e conflitos por território. Na sua campanha para deputado federal de 2018, o senhor sugere em um panfleto resolver com bala de fuzil. O senhor repetiria aquela comunicação hoje? Não, não propus resolver com bala de fuzil. Eu sugiro votar no meu número.

O panfleto mostra uma seta ligando o termo "bandidagem no campo" a um cartucho de bala de fuzil. Qual outra possível interpretação para aquela seta? A imagem tem a função de gravar no subconsciente o meu número. Somos um grupo da direita que gosta de armas, então você fazer uma alusão a um número de um calibre é algo que marca as pessoas. Não tinha incitação à violência.

O patamar de desmatamento na Amazônia saltou de uma média de 7.000 km² dos anos anteriores a 2019 para 10 mil km² no seu primeiro ano de gestão. No último ano, chegou a 13 mil km², já sob a gestão de Joaquim Leite. Por que o desmatamento continuou subindo? Veja, se não melhorar a qualidade de vida das pessoas da região, ter renda, atividade econômica, o que eles têm para fazer naquela região é cortar madeira, fazer garimpo ilegal e pecuária.

Desde 2012, quando começou a reverter aquela tendência de queda e o desmatamento voltou a subir, as pessoas estão buscando uma maneira de ganhar a vida. Se a gente não tiver uma política de desenvolvimento econômico para a Amazônia e continuar tendo uma política de mero congelamento do bioma, essas pessoas vão sobreviver como elas podem.

> "Ser ministro do Meio Ambiente de um governo de direita depois de 22 anos de esquerda governando o país é muito difícil. Porque você tem regras feitas com a visão da esquerda, funcionários treinados para atuar de acordo com o que a esquerda tem

Nós nunca incentivamos a fazer nada de errado, nunca dissemos: "olha, toca pau aí".

Mas a gente está no final da gestão Bolsonaro e a gente não viu políticas de controle do desmatamento ilegal. O que a gente viu foi a redução quase total da fiscalização. Não concordo. Nunca houve ordem do governo para que não fizesse fiscalização. Muito pouco se falou que, historicamente, as operações do Ibama e do ICMBio eram acompanhadas, do ponto de vista da segurança, pelas forças estaduais. E nós não tivemos apoio das forças estaduais policiais em praticamente nenhum estado.

Vocês tiveram apoio das Forças Armadas, usando um orçamento muito superior ao do Ibama, e o fato é que a aplicação de multas caiu, praticamente não há mais. Por quê? Vamos lá: quem lavra a multa?

O fiscal, sob seu comando. Não, eles fazem o que eles querem. O fiscal pode não ter multado justamente para causar um embaraço ao governo Bolsonaro com a queda das autuações. O cara pode não ter multado porque não está indo trabalhar, se valendo da pandemia. O meu comando era: cumpra a lei. Nunca dissemos: não multe. Dissemos: se multar, faça direito, tenha fundamento.

A sua decisão de sair do ministério foi lida como uma forma de escapar da mira do STF, que havia acabado de autorizar uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal em investigação que liga o senhor a um esquema de facilitação de contrabando de madeira ilegal. Como explica a sua saída naquele momento? Eu saí porque eu estava cansado, realmente, dessa perseguição injusta e implacável, de diversos setores: partes da mídia, partes do poder público judicial, parte da comunidade internacional em cima da questão ambiental brasileira. Tem uma hora que você cansa.

NORMALITAS

Susana Bragatto
folha.com/normalitas

A perigosa moda do balconing

Fim da pandemia, volta o verão espanhol e, com ele, uma moda horrorosa, perigosa e panaca: o balconing.

Demorei anos para descobrir que era assim que se descrevia o que faziam "guiris" (estrangeiros), basicamente matchos jovens, em balneários turísticos de massa como Salou e Lloret de Mar (na costa mediterrânea) e ilhas baleares como Mallorca e Ibiza.

Basicamente, o "esporte" consiste em saltar entre varandas de quartos de hotel ou apartamentos turísticos, ou de uma varanda a uma piscina.

A motivação? Estar bêbado ou "muy loko", querer se pavonear prozamigo, ser francamente imbecil.

A primeira vítima fatal de balconing na Espanha em 2022 foi um turista britânico de 34 anos, que morreu no final de maio ao saltar bêbado de uma varanda de um sétimo andar na ilha de Mallorca, na pequena cidade de Magaluf, conhecida como "Rainha da Noite" graças ao turismo brutal que recebe há anos.

Dias antes, um irlandês foi hospitalizado em estado grave depois de cair de um segundo andar nas redondezas. Adivinha: bêbado também.

São inúmeros os casos. Em agosto, há alguns dias, três holandeses ao redor dos 25 anos foram expulsos de um hotel em Palma de Mallorca e multados. Motivo: balconing para "roubar" um narguile de um apartamento vizinho.

A moda começou há pelo menos uns 17 a 20 anos. A expansão do turismo internacional pós-Olimpíadas de 1992 na Espanha transformou o país em destino favorito dos balconers, que a cada ano nos brindam com notícias desagradáveis ou trágicas de acidentes, mortes, sequelas irreversíveis.

O setor turístico tem adotado diversas medidas na tentativa de controlar a situação, de subir a altura das grades nas varandas de apartamentos turísticos ou limitar o consumo de álcool a criar lista de personas non gratas arruaceiras.

Em 2020, o governo balear aprovou a Lei contra o Turismo de Excessos. A prática do balconing pode ser punida com expulsão do estabelecimento e multa de até 60 mil euros.

[...]

> Com a volta do chamado 'turismo de bebedeira' pós-pandemia, aumentam acidentes e mortes com a prática

Desde que o mundo é mundo, o álcool está aí, com outras drogas, levando o ser humano a fazer as maiores baboseiras e temeridades.

Como o 'mamading' (é isso mesmo, queridos), termo que horrorosamente ficou na moda em 2014, quando uma jovem de 18 anos praticou sexo oral em 23 pessoas num pub na supracitada Ilha da Fantasia Gringa Xovem de Magaluf a troco de uns drinques.

Muita indignação e escândalo depois, vieram medidas locais como a proibição do "pub crawling" (vulgo beber até cair de bar em bar) e a restrição horária do consumo de álcool nas ruas.

Na Espanha, o chamado "turismo de borrachera" (bebedeira) é um dos piores do continente europeu, graças aos preços e sol amigáveis.

Até destinos improváveis como Santiago de Compostela, paradeiro final da peregrinação do Caminho de Santiago, vêm se transformando em cenários de balconing com a massificação turística.

Com o fim da pandemia, ainda não existem dados oficiais sobre as vítimas do balconing no país, mas é certo que dezenas de pessoas resultam gravemente feridas ou mortas a cada verão. As vítimas do balconing se confundem com as estatísticas sobre acidentes causados por "zambullidas" — mergulhos em piscinas, rios, lagos e em mar aberto.

Segundo Lluisa Montesinos, chefe da Unidade de Lesões Medulares do hospital Vall d'Hebron, em Barcelona, a cada ano a instituição atende de duas a cinco vítimas das zambullidas.

Em geral, homens de 15 a 35 anos que sofrem "lesões medulares muito graves, as quais mudam radicalmente a vida de uma pessoa e sua família. Somente 5% dos acidentados podem se recuperar", diz.

Segundo dados do Colégio Profissional de Fisioterapeutas de Madrid (CPFCM), cerca de 6% das 800 a 1.000 lesões medulares na Espanha a cada ano acontecem por conta de zambullidas imprudentes, em geral perpetradas por menores de 30 anos entre os fogosos meses de julho e agosto, época hardcore do verão turístico no país. Somente uma de cada 5 vítimas são mulheres.

No caso do balconing, embora sem dados sólidos para comparar, uma conta satírica no Twitter de uma tal Federação Internacional do Balconing divulgou recentemente uma espécie de ranking que resgata todos os casos desde 2004.

O primeiro lugar, com 'honras': Reino Unido, com 189 andares de queda, 53 casos e 18 mortos. São, segundo a publicação, "reis absolutos e indiscutíveis".

Os espanhóis vêm no top 5 com um tímido quarto lugar —mas "mantêm boa posição à base de saltos de pouca altura, ao mesmo tempo tendo uma das porcentagens mais baixas de mortes", ironiza o post.

COMPLEXO RESIDENCIAL IRREGULAR É DEMOLIDO NA ÍNDIA, COMO ALERTA DAS AUTORIDADES PARA CONSTRUTORAS QUE IGNORAM A LEGISLAÇÃO
Implosão derruba neste domingo (28/8) as "Torres Gêmeas", na periferia de Nova Delhi. Com 100 metros de altura, os prédios foram construídos desrespeitando a legislação local Sajjad Hussain/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Telescópio Webb observa CO2 em exoplaneta por primeira vez

Pela primeira vez, astrônomos obtiveram evidência incontroversa da presença de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera de um planeta fora do Sistema Solar. O sucesso é apenas uma pequena amostra da revolução que o Telescópio Espacial James Webb promete para os próximos anos.

O exoplaneta em questão, Wasp-39 b, é um gigante gasoso, com cerca de um quarto da massa de Júpiter e diâmetro 30% maior. A razão para o tamanho maior com a massa menor tem a ver com sua órbita: ele reside muito próximo a sua estrela-mãe, completando cada volta em pouco mais de quatro dias terrestres. Com isso, ele é muito quente (cerca de 900° C), o que o faz se apresentar bem mais inchado do que o nosso Júpiter.

Durante sua primeira bateria de observações científicas, o Webb foi escalado para apontar seu espelho primário na direção da estrela Wasp-39 quando o gigante gasoso estivesse passando à frente dela, fenômeno conhecido como trânsito planetário (pense nele como um minieclipse). Com o alinhamento, o telescópio pode captar a luz da estrela que passa de raspão pelas bordas da atmosfera do planeta antes de chegar até aqui. Ela carrega consigo a assinatura das moléculas que encontrou pelo caminho. Os astrônomos chamam a análise da luz em busca desses rastros químicos de espectroscopia de transmissão.

Os telescópios Hubble e Spitzer já haviam observado o Wasp-93 b antes, com o que haviam detectado a presença de vapor d'água, sódio e potássio em sua atmosfera. O dióxido de carbono, contudo, é um achado inédito, fruto do espectro detalhado produzido pelo NIRSpec (Espectrógrafo de Infravermelho Próximo), um dos quatro instrumentos do Webb.

Nada há de surpreendente na detecção, que é descrita em estudo já aceito para publicação na revista científica britânica Nature. Mas o que encanta os cientistas é o nível de precisão e a qualidade observados no espectro colhido pelo Webb. A expectativa agora é ver o que observações semelhantes revelarão não com gigantes gasosos, mas com planetas de tipo rochoso.

O resultado anima Natalie Batalha, astrônoma da Universidade da Califórnia em Santa Cruz e líder da equipe responsável pela descoberta. "Detectar um sinal claro assim de dióxido de carbono em Wasp-93 b é um bom sinal para a detecção de atmosferas em planetas menores, de porte terrestre", disse.

Outro aspecto interessante é que o trabalho é parte de um programa de liberação precoce de resultados do Webb que envolveu a observação de vários outros exoplanetas de interesse, com todos os instrumentos, para fornecer rapidamente à comunidade astronômica dados e ferramentas que serão a base dos esforços de observação mais focados que virão depois. Ou seja, tem muito mais novidades sobre mundos fora do Sistema Solar vindo aí, e é bem possível que a descoberta do primeiro exoplaneta confirmadamente habitável (capaz de abrigar água em estado líquido na superfície) esteja logo ali na esquina.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **29.ago.1922**

Conde d'Eu morre aos 80 anos em navio durante viagem para o Brasil

O conde d'Eu, viúvo da princesa Isabel, morreu nesta segunda-feira (28) aos 80 anos, a bordo do navio Massilia, em viagem rumo ao Brasil.

As cerimônias fúnebres serão realizadas logo depois da chegada de integrantes da ex-família imperial ao Brasil, que já estavam vindo ao país no navio Curvello.

A solenidade de corpo presente está programada para ocorrer na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, e o presidente da República, Epitácio Pessoa, e altas autoridades devem comparecer ao local.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

[illegible] DAS TARIFAS DA SÃO PAULO RAILWAY

A eleição do vice-presidente da Republica

AVIAÇÃO

Pela Sociedade

ilustrada

Guerra e paz

Amazon busca se firmar na batalha do streaming com 'Os Anéis de Poder', série derivada de 'O Senhor dos Anéis'

Cena da nova série 'O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder', megaprodução inspirada na fantasia de J.R.R. Tolkien Divulgação

Rodrigo Salem

CIDADE DO MÉXICO Em 1969, quando o escritor J.R.R. Tolkien finalmente decidiu ceder às pressões e vendeu os direitos de adaptação da sua trilogia literária "O Senhor dos Anéis" para pagar uma dívida, ele recebeu cerca de US$ 200 mil.

Cinquenta e três anos depois, o Prime Video, serviço de streaming da Amazon, lança, no dia 2 de setembro, "O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder", a série mais cara de todos os tempos com um orçamento sugerido em torno de US$ 1 bilhão —o equivalente a cerca de R$ 5 bilhões.

A obra, conduzida pela dupla de novatos Patrick McKay e J.D. Payne, é ambientada milhares de anos antes dos eventos narrados nos livros "O Senhor dos Anéis" e "O Hobbit", que já viraram filmes de sucesso pelas mãos do diretor Peter Jackson a partir de 2001. A série é inspirada em canções, notas de apêndice e até frases isoladas para dar vida ao que Tolkien batizou de Segunda Era da Terra-Média, um tempo de relativa paz que é assombrado pelo ressurgimento de Sauron e pela criação dos anéis que virariam peça-chave no futuro.

Mesmo sem personagens como Frodo ou Aragorn, a série ainda traz nomes conhecidos dos fãs dos filmes e da trilogia literária, como Galadriel, Elrond, Isildur e outros que só saberemos no fim dos oito episódios que compõem a primeira temporada.

"Nós nos vemos como arqueólogos", diz o showrunner e roteirista McKay, em entrevista. "Nosso processo foi mergulhar profundamente nos livros para encontrar o tom real [do passado]. Tolkien plantou várias sementes em suas obras para fazer este mundo florescer. Sempre parávamos para pensar o que ele faria."

McKay e Payne são amigos há 25 anos, quando se encontraram no grupo de teatro da escola, no estado americano de Virgínia. Depois de três anos morando em Los Angeles, a dupla começou a trabalhar com roteiros da produtora Bad Robot, do cineasta J.J. Abrams, de "Lost", mas nenhum dos seus projetos vingou —nem mesmo uma nova sequência da franquia "Jornada nas Estrelas".

> **Nosso processo foi mergulhar profundamente nos livros para encontrar o tom real [do passado]. Tolkien plantou várias sementes em suas obras para fazer este mundo florescer**
>
> **Patrick McKay**
> roteirista

Em 2017, quando o Amazon Studios entrou em acordo com o espólio de Tolkien e comprou direitos para fazer a série derivada de "O Senhor dos Anéis" por US$ 250 milhões, numa das maiores transações do gênero já feitas em Hollywood, o estúdio começou a se reunir com candidatos a showrunners.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

GRITO DE GUERRA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) conclamou empresários com quem se encontrou na semana passada, em São Paulo, saírem "da toca" para pedirem votos para ele na campanha eleitoral e evitarem a vitória de Lula (PT).

GRITO 2 O mandatário teve mais de uma reunião com representantes do PIB na capital paulista —e, em diversas oportunidades, afirmou que eles deveriam se posicionar sobre os candidatos, o que até agora não estaria acontecendo.

NA CRUZ "Lá atrás, quando lavaram as mãos, Jesus foi crucificado", afirmou, fazendo um paralelo religioso.

TEM OUTROS Nas conversas, o presidente admitiu que "tem uma porrada de gente melhor" do que ele para comandar o país. "Mas no momento somos eu e o barbudo [Lula]. Escolham, é simples", afirmou o presidente.

VAI FEDER Em linguagem informal, o mandatário disse que "todo mundo aqui um dia vai morrer, vai feder. A urubuzada vai comer se não enterrar". E, nesta hora, todos serão julgados pelas ações e omissões que tiveram ao longo da vida.

O INFERNO Ele afirmou também, segundo um dos auxiliares que o acompanharam ao evento, que não pretende permanecer no poder por meio de um golpe. "Jamais", pontuou. Sua vida já seria complicada tendo chegado ao poder por vias democráticas. "Imagina pela força", pontuou, afirmando o que viveria "um inferno".

VIRA VOTO É por isso que seria necessário, disse, fazer "a coisa certa", sem golpes ou atalhos. E todos, portanto, precisariam se preocupar com o resultado eleitoral. Não bastaria ser um bom empresário, um bom político ou um bom funcionário, mas sim também "ir para o convencimento". Tentar virar votos para ele e fazer "mais do que a sua parte".

NA PAZ "Não quero que dê porrada em ninguém, que dê tiro, nada disso, mas falem a verdade", seguiu. Uma andorinha, disse Bolsonaro, não faz verão. Mas todo verão começa com uma andorinha, completou.

ADEGA Por isso, os empresários precisariam sair da "zona de conforto", situação em que pegam seus carros blindados, tomam um bom vinho e viajam para Miami. "Vocês podem perder tudo isso", disse a um dos grupos com quem se encontrou.

VINAGRE Para o presidente, é "bacana" ir para a cidade da Flórida, nos EUA. Mas morar lá "é uma merda", e que ninguém quer sair do próprio país, o que poderia ocorrer caso o Brasil entrasse em uma crise parecida com a da Venezuela.

DIVERSIDADE A UNE (União Nacional dos Estudantes) vai lançar nesta segunda (29) uma canção com videoclipe para marcar os dez anos da política de cotas no Brasil. Intitulada "As Cotas", a música foi feita pelo cantor Chico César com letra de Carlos Rennó. A faixa é interpretada por artistas como Vitão, Flor Gil, a banda Gilsons e Mart'nália. O vídeo será publicado no YouTube.

TERCEIRO SINAL

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

O ator Miguel Falabella **1** recebeu convidados na estreia do espetáculo "Marrom, O Musical", que é dirigido por ele e foi concebido para homenagear os 50 anos de carreira de Alcione. A advogada Patrícia Villela Marino, presidente do Instituto Humanitas360, e o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente **2**, compareceram ao evento, que ocorreu na noite de quinta (25), no Teatro Sérgio Cardoso, em São Paulo. A atriz Lilia Cabral e a filha, Giulia Bertolli **3**, que também é atriz, passaram por lá

HERMANOS O longa-metragem "O Livro dos Prazeres", que tem direção de Marcela Lordy e faz uma livre adaptação da obra de Clarice Lispector, terá duas sessões na Argentina. O convite para a exibição foi feito pela Embaixada do Brasil por ocasião do Bicentenário da Independência.

LOGO ALI A primeira exibição no país vizinho será realizada no tradicional Cine Gaumont, na capital argentina, em 4 de setembro. Já no dia 7 do próximo mês o filme será apresentado na oitava edição do Festival Internacional de Cine de las Alturas, na província de Jujuy. A estreia de "O Livro dos Prazeres" nos cinemas nacionais ocorrerá em 22 de setembro.

SOMA A produtora Gullane, que está completando 25 anos, passará a ter quatro sócios. Aos fundadores Caio Gullane e Fabiano Gullane se unirão Debora Ivanov, que irá implantar e presidir o conselho de administração da empresa, e André Novis, que ficará encarregado da supervisão executiva da área de desenvolvimento e gestão corporativa.

FORMA A ceramista paulistana Flavia Pircher vai expor sua trilogia "Kátharsis" na galeria La Pigna, no Vaticano, entre os dias 9 e 19 de setembro. No mês seguinte, a mostra seguirá para Paris, onde poderá ser visita no Carrossel do Louvre.

É PIQUE! O Colégio Santa Cruz, um dos mais tradicionais da rede privada de SP, vai lançar, no próximo dia 15, o podcast Santa 70, em comemoração aos 70 anos da instituição.

RELÍQUIA O programa terá oito episódios e apresentará entrevistas como a feita pela apresentadora Hebe Camargo com o padre Paul-Eugène Charbonneau, idealizador do projeto educacional da instituição.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Robert Aramayo como Elrond, político que procura a paz e a diplomacia em 'Os Anéis de Poder'

Guerra e paz

Continuação da pág. C1

Cada um trazia uma ideia diferente, como aventuras envolvendo o jovem Aragorn, vivido no cinema por Viggo Mortensen, ou um Gandalf, interpretado por Ian McKellen nos filmes, recém-chegado à Terra-Média.

Os dois amigos convenceram os executivos da Amazon com um caminho ousado, mas que, agora, parece óbvio. Eles usaram o prólogo do longa "O Senhor dos Anéis - A Sociedade do Anel", que mostra a criação dos anéis de poder e a primeira grande derrota do vilão Sauron pela união entre elfos e humanos, e disseram "vamos contar a história destes cinco minutos em cinco temporadas".

A Amazon adorou o discurso e liberou um orçamento inédito para a primeira temporada, que pode ter custado, segundo estimativas, US$ 60 milhões por episódio —para se ter uma ideia, cada capítulo de "A Casa do Dragão", da HBO, teria custado em torno de US$ 20 milhões.

Pode ser um valor irrisório para uma empresa com valor de mercado de US$ 1,3 trilhão, mas ela ainda precisa responder a seus acionistas quando decide gastar tantos dólares numa franquia de streaming.

A diferença está num fã especial de "O Senhor dos Anéis" —Jeff Bezos, fundador e ex-CEO da Amazon. "Estamos aqui neste momento por causa da paixão dele por Tolkien", afirma McKay, que viu a pressão aumentar ao ter de agradar não apenas a milhões de amantes das obras literárias e cinematográficas, mas ao próprio chefe.

"A pressão foi real, mas ela não é nem um pouco comparável à pressão que pomos sobre nós mesmos. Levamos essa responsabilidade a sério."

Ao serem confirmados no emprego, McKay e Payne levaram toda a produção para a Nova Zelândia, país que serviu de cenário para a Terra-Média nos cinemas.

Houve uma tentativa da Amazon de se aproximar do próprio Peter Jackson para alguma função, mas a empresa bateu de frente com a proibição legal de a série ter qualquer ligação criativa com os longas, que são de propriedade da Warner.

"Não posso falar sobre qualquer conversa que a Amazon e Peter tiveram ou não em qualquer momento. Posso dizer que espero encontrar com ele algum dia e que somos grandes fãs dos filmes", desconversa o showrunner que, apesar disso, contratou a Weta Digital e a Weta Workshop, duas empresas fundadas por Jackson, para cuidar dos efeitos visuais e dos objetos cinematográficos, cenários, maquiagem e próteses da série.

"Temos muitos amigos em comum", brinca McKay, que também convidou Howard Shore, autor da trilha sonora dos longas-metragens, para compor o tema principal de "Os Anéis de Poder".

O processo de seleção do elenco foi outro ponto em comum com os filmes de Jackson. A dupla de criadores começou a procurar atores pouco conhecidos do público, mas com passagens em peças shakespearianas, dando uma ideia da importância da dramaturgia na série.

Continua na pág. C3

QUEM É QUEM

Halbrand (Charlie Vickers)
Misterioso homem das Terras do Sul que Galadriel encontra ao ser resgatada no meio do oceano

Celebrimbor (Charles Edwards)
O elfo artesão tem a pretensão de construir uma grande forja para desenvolver os reinos na Terra-Média

Gil-Galad (Benjamin Walker)
O Alto-Rei dos elfos e o mais respeitado da sua raça, que comanda a cidade élfica de Lindon

Durin 4º (Owain Arthur)
Príncipe do imponente reino anão de Khazad-Dûm que recebe uma oferta para iniciar negociações com Elrond pela amizade entre as duas raças

Disa (Sophia Nomvete)
Mulher de Durin e princesa de Khazad-Dûm

Nori (Markella Kavenagh) e Poppy (Megan Richards)
Hobbits Pé-Peludo curiosas e com sede de aventuras que encontram um estranho homem que caiu do céu

O Estranho (Daniel Weyman)
Um homem misterioso que cai do céu e forma uma estranha ligação com duas hobbits

Morfydd Clark é a comandante élfica Galadriel na série do Amazon Prime Video Fotos Ben Rothstein/Divulgação

Continuação da pág. C2

"Encaramos tudo como uma peça de teatro mais organizada", diz o roteirista. "Queríamos que fosse uma experiência divertida, porque uma série assim é difícil e exige muito trabalho, compromisso e responsabilidade. É melhor trabalhar com quem você quer ver todos os dias."

Para chegar a este ponto, no entanto, a produção se cobriu de segredos desde que os primeiros atores começaram a ser selecionados, em 2019.

"Não sabia que estava fazendo testes para nada relacionado à Terra-Média. A descrição do papel dizia apenas que era uma personagem que havia experimentado luto e tristeza e estava tentando se redimir", conta a atriz Morfydd Clark, que faz a versão mais jovem e feroz da protagonista élfica Galadriel, que busca vingança contra o elusivo Sauron, responsável pela morte do seu irmão, Finrod.

Já o porto-riquenho Ismael Cruz Córdova, que faz o elfo silvestre Arondir, um dos personagens originais criados para a série, sabia onde estava se metendo, mas ouviu negativas da produção antes de conseguir o papel.

"Estava filmando no deserto na África do Sul. Fiz uma gravação sem internet, enviei o celular com o arquivo para a vila mais próxima, que ficava a duas horas do set. Não aceitei o 'não'", lembra Córdova, que faz o primeiro elfo não branco da mitologia de Tolkien.

"Quando era pequeno, queria ser um elfo, mas me falavam que eu não podia. Foi uma das razões para que eu virasse ator, porque existe ativismo no ato de existir e de ser visto. Pelos comentários que leio, temos um longo caminho pela frente, mas estou extremamente feliz de chutar esse formigueiro", diz.

Quando tudo parecia mais calmo para o projeto, veio a pandemia, que, em 2020, fechou fronteiras de vários países e pausou a produção por meses. Parte do elenco foi liberada para voltar às suas casas, outra parte decidiu ficar na Nova Zelândia. Dos males, o menor —com o controle rígido das autoridades locais, as filmagens foram retomadas cinco meses depois, enquanto o mundo todo ainda estava trancado.

"Em certo momento, éramos a única série sendo filmada. Isso nos transformou, viramos uma família. Quando o mundo se fechou, estávamos juntos na mesma prisão", diz o ator porto-riquenho.

Mesmo assim, mudanças foram exigidas, como em qualquer série de alto orçamento. O ator Tom Budge, de "Utopia", decidiu sair da atração, em março do ano passado, porque a "Amazon escolheu um caminho diferente para o personagem". Will Poulter, de "Dopesick", que seria o jovem Elrond, teve problemas de agenda e deixou o papel para Robert Aramayo.

"Foi um desafio inimaginável em termos de produção, e sempre há obstáculos com algo dessa magnitude, mas a criação foi uma felicidade", afirma Patrick McKay.

"Filmamos por 300 dias no total, com 22 personagens fixos, seis mundos diferentes e 45 papéis diferentes com diálogos só no piloto. Por tudo isso de pé foi como resolver uma equação matemática que exigiu todos os truques de efeitos visuais que existem, tanto novos quanto antigos."

Não é exagero. "Os Anéis de Poder" é uma viagem que vai do reino élfico de Lindon, onde fica o Alto-Rei Gil-Galad, vivido por Benjamin Walker, passa pelas terras dos hobbits Pés-Peludos —ancestrais de Bilbo e Frodo—, revela os limites das perigosas Terras do Sul, causa deslumbramento no reino anão de Khazad-Dûm e repousa na ilha de Númenor, cenário principal da série.

Cada região foi dividida em sets específicos e com autorizações especiais exigidas para se entrar em cada um deles. "Dava tanto trabalho que a gente nem tentava", brinca Charlie Vickers, dono do papel de Halbrand, misterioso humano que encontra Galadriel no meio do oceano ao lado de outros refugiados.

Os dois são resgatados por marinheiros numenorianos, uma ilha povoada com os antepassados de Aragorn, homens nobres com uma vida mais longa. A transposição da "Atlântida de Tolkien" mostra todo o cuidado da produção com os detalhes.

"O set era gigante, real e interativo. Você podia chegar lá de barco e andar pela cidade", lembra Vickers. "Havia até elementos sensoriais, como incensos pela cidade. Para mostrar a ligação com os elfos, existiam grafites em élfico nas paredes, pequenos altares. Todo dia, eu percebia algo novo", diz Clark, a intérprete de Galadriel.

O tema da primeira temporada de "Os Anéis de Poder" se conecta claramente ao mundo moderno —o ressurgimento do mal quando as pessoas de bem diminuem a constante vigilância. Nos livros, o vilão Sauron não surge na Segunda Era como um demônio em armadura, como representado nos filmes passados no futuro da Terra-Média, mas como um sedutor e manipulador que engana elfos e homens, alguém chamado Annatar —identidade mantida em segredo.

"Nada é maligno no início", diz Morfydd Clark. "Uma das coisas mais interessantes desta série é a área cinzenta entre o bem e o mal, algo que Tolkien explora. É bom ver como os personagens lidam com o ressurgimento do mal, principalmente Galadriel", afirma Vickers.

J.D. Payne e Patrick McKay terão cinco temporadas, já confirmadas pela Amazon, para desenvolver esses personagens a seu tempo. Eles costumam citar "O Poderoso Chefão" e "Better Call Saul" como influências. A dupla logo embarca para o Reino Unido, lar da segunda temporada da série, mas levando a mesma filosofia exigente dos mais de quatro anos de trabalho.

"Tudo precisa ser fiel a Tolkien e à Terra-Média", conta o simpático McKay. "Cada peça de figurino, diálogo e momento. É um processo que não acaba. Mesmo hoje, sinto que poderíamos ter feito mais. Acima de tudo, somos fãs."

O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder
EUA, 2022. Criação: Patrick McKay e J.D. Payne. Com: Morfydd Clark, Robert Aramayo e Ismael Cruz Córdova. 16 anos. Estreia na sexta (2), no Amazon Prime Video

O repórter viajou a convite da Amazon

Marcelo Rubens Paiva lança livro em que procura o macho tóxico

'Do Começo ao Fim' discute a culpa masculina, enquanto 'Feliz Ano Velho' chega aos 40 'politicamente correto'

Henrique Artuni

SÃO PAULO "Leitor é voyeur." Essa máxima é dita a certa altura pelo narrador de "Do Começo ao Fim", o novo romance de Marcelo Rubens Paiva, escritor que sabe desfrutar da curiosidade das pessoas pelos relacionamentos, DRs e transas alheios —mas tampouco tem pudor para falar de si, do pai morto pela ditadura, do Alzheimer da mãe ou de suas angústias íntimas.

Afinal, foi com "Feliz Ano Velho", de 40 anos atrás, que Paiva, hoje com 63 anos, expôs o acidente que o deixou tetraplégico ao mesmo tempo em que batia uma chapa da juventude dos anos 1970 com drogas, rock e bom humor. Seu nome ficou marcado pelo "romance geracional".

Vale avisar, porém, que a primeira edição, de 1982, época em que o autor ainda era um estudante da Universidade de São Paulo, é diferente da republicada agora —trocentas edições depois, somando 1,2 milhão de exemplares vendidos. Sempre que o livro vai para o prelo, seu autor dá um jeito de ajustar um trecho aqui ou ali.

"Não estou preocupado com a imagem que eu vou deixar, mas com o leitor de hoje mesmo", afirma o autor, que já alterou trechos de textos antigos para dar um tom mais politicamente correto e não ser tido como machista ou racista.

O arrependimento também move o protagonista de "Do Começo ao Fim". Aqui, Paiva vai atrás do macho tóxico que ele percebeu existir desde sempre, mas que só começou a ser reconhecido após o debate do MeToo. Mas, em vez de buscar um arquétipo, ele preferiu se esbaldar na autoficção para rever relações sus as à luz desses aprendizados.

Na trama, temos um narrador de meia-idade que reencontra Lívia, a grande paixão da juventude, décadas depois do término. Eles se amassavam loucamente quando jovens, mas tiveram alguns conflitos —em especial, na cama, já que os dois eram virgens quando se conheceram.

"Eles acabam tendo de começar começando. Ninguém ensinava nada, especialmente naquela geração [de 1980]."

Depois de ter pisado na bola, o narrador, identificado como "mocinho", seguiu a vida. Escreveu livros, fez sucesso, estudou em Stanford, foi amigo do filósofo René Girard, casou, separou, virou colunista.

No entanto, a culpa vem a cavalo —"será que ele não estava sendo tóxico com a Lívia?", pergunta o autor, ao mesmo tempo em que entende a imaturidade do seus personagens e, de certa forma, a sua.

Retrato do escritor Marcelo Rubens Paiva Daryan Dornelles/Folhapress

"Esse movimento da autoficção é fascinante. Você lê o livro e não sabe se aquilo aconteceu mesmo", diz o autor sobre esse gênero que ronda a literatura há uns bons anos.

Há quem diga até que o termo surgiu nos anos 1970, mas que explodiu recentemente por aqui com exemplos polêmicos como "Divórcio", de Ricardo Lísias, ou os romances de Marcelo Mirisola —que Paiva afirma adorar. "Mas até lendo Machado de Assis eu penso 'esse velhinho, que foi casado por 35 anos com a mesma mulher, pensou em todas essas sacanagens?'", brinca.

O livro, aliás, não poupa cenas de sexo pulsantes —especialmente quando os personagens se reencontram, já maduros. "A vida sexual começa aos 40 anos", protesta o autor. "Quem queria ter filho teve, já fez sua carreira, já divorciou. Agora tá livre para relaxar."

Mas se o leitor é voyeur, a autoficção não é só uma forma de usar a vida íntima dos escritores como fetiche, agora que eles são vigiados nas redes sociais? "Pode ser que tenha, sim, um desejo da autoficção junto à vontade de autoexposição", reflete.

Paiva defende o ficcional como uma forma de falar de angústias da vida por outros caminhos, e cita "No Retrovisor", peça na qual ele canalizou seus anseios como uma pessoa com deficiência motora.

Durante a pandemia, ele elaborou um livro com seu filho Joaquim, de oito anos, narrado todo por meio de flechas coloridas, representando os relacionamentos da vida. A horas tantas, uma delas encontra outra da mesma cor, numa relação homoafetiva, e a obra culmina num arco-íris.

"Nenhuma editora vai querer", ponderou Paiva, com medo das reclamações de pais nas escolas. "A censura e a autocensura são as piores coisas que podem acontecer em qualquer momento da história."

Do Começo ao Fim
Autor: Marcelo Rubens Paiva. Ed. Alfaguara. R$ 59,90 (192 págs.); R$ 34,90 (ebook)

Camila Sosa Villada traz para Flip sua exploração da vida travesti

Walter Porto

SÃO PAULO "O Brasil é um país que conheço por meio de sua música, de seu cinema", comenta a escritora Camila Sosa Villada enquanto acende um cigarro enrolado em frente ao computador. Então arregala os olhos e arremata. "E suas novelas, suas novelas!"

"Eu lembro que meus avós, quando eu tinha seis, sete anos, viam 'Pantanal'", continua a argentina, consciente até de que há um remake passando hoje na televisão. "Eu vi a original, então imagina, como não poderia falar de um realismo mágico latino-americano que me chegava até pelas telenovelas?"

Antes do ressurgimento de Juma, a literatura mágica de Villada já causava comoção no Brasil com o romance "O Parque das Irmãs Magníficas", obra de inspirações autobiográficas que mistura o relato duro da prostituição de travestis com sofisticados traços de fantasia.

Agora, a autora vai aterrissar em pessoa no país como uma das convidadas da Festa Literária Internacional de Paraty, que acontece no litoral do Rio de Janeiro de 23 a 27 de novembro. É a terceira autora confirmada no evento após a pesquisadora americana Saidiya Hartman e a poeta brasileira Cida Pedrosa.

Mas não será a primeira vez de Villada no Brasil. Ela conta que já conheceu Recife, Londrina e São Paulo, mas sempre como atriz em montagens teatrais. Agora se abrem ao público as cortinas da sua literatura, já que ela vem lançar a coleção de contos "Sou uma Tola por te Querer".

Curioso como tudo está imbricado na carreira multiartística de Villada. Se ela esteve por aqui para encenar o monólogo "Carnes Tolendas" —que a tornou conhecida na Argentina a ponto de deixar para trás o trabalho como prostituta— e uma segunda peça sobre a vida da cantora americana Billie Holiday, ambas as histórias dão as caras na nova coletânea.

Não demora para que os leitores percebam que o conto que abre o volume, "Obrigado, Difunta Correa", é um comovente relato sobre a estreia de Villada no teatro.

E a história que dá nome ao livro narra a convivência fraterna de duas travestis mexicanas com Holiday, ela mesma, em Nova York —para quem não percebeu, o título da coletânea traduz a canção "I'm a Fool to Want You", que ganhou bela regravação na voz da cantora.

"A obra de Camila Sosa Villada exterioriza dores, delírios, desejos e violências do universo das travestis, transformando-os em símbolos exuberantes de vida e de sobrevivência", diz Milena Britto, que compõe o trio curador da Flip com Pedro Meira Monteiro e Fernanda Bastos.

Além de "Sou uma Tola por te Querer", a editora Planeta já comprou também os direitos para publicar "A Namorada de Sandro", livro de poemas entremeado por alguma prosa poética.

Os textos de Villada costumam girar em torno da rotina sexual de travestis —como o divertido conto "A Noite Não Vai Permitir que Amanheça", título poético para uma história de orgia descontrolada—, mas também acabam se dispersando com destreza em outros territórios.

A escritora argentina Camila Sosa Villada Divulgação

"A Merenda", por exemplo, desenreda uma delicada reflexão racial quando uma garota pergunta para a avó por que o mamilo dela é marrom, quando o de todas as suas amigas é rosado.

"Eu me sentia discriminada", afirma a escritora, "era como se achassem que não era capaz de construir mundos, só de fazer crônicas sobre a minha realidade".

"Soa um pouco trapaceiro quando dizem que estou escrevendo de novo e de novo sobre o mesmo tema. Talvez seja porque esse tema é muito mais notável que a heterossexualidade que regeu a literatura por tanto tempo, e ninguém parecia notar. Ninguém diz 'ai, outra vez Hemingway falando de barbudos!'", diz obre o autor americano de "O Velho e o Mar".

O realismo mágico que transformou "O Parque das Irmãs Magníficas" em pérola aparece menos no novo "Sou uma Tola por te Querer".

Por outro lado, o sexo se faz muito presente. Quando ouve uma pergunta sobre os riscos de reforçar o estereótipo que hipersexualiza as mulheres transexuais, Villada diz não se preocupar.

"Nós vivíamos dentro do sexo, era o que nos dava de comer. Negar que tínhamos relação quase de dependência com isso seria hipócrita. Era uma potência do nosso corpo. Não estou fazendo ativismo, afinal, e sim falando de algo em primeira mão", conclui a escritora.

O Parque das Irmãs Magníficas
Autora: Camila Sosa Villada. Ed. Planeta. R$ 53,90 (208 págs.), R$ 21,99 (ebook)

No caminho eu te explico

Caronas têm disso: no abrir do porta-luvas, você tem até a vida escancarada

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

Indo sozinha, são 38 km. O equivalente a oito músicas, meio podcast e uma ligação em viva-voz para marcar dentista. Indo com alguém, tudo vai mais rápido. Desde que o copiloto não fique perguntando se você já passou a quinta. Se não está vendo o buraco. Ou se não seria uma boa acelerar com o pacotinho de amendoim ainda pendurado no retrovisor.

Durante anos, trabalhei diariamente a essa lonjura de casa, o que me levou a precisar de automóveis e, confesso, companhia. Passageiros fixos ou ocasionais, seguindo minha escala de horários ingratos e imprevisíveis. No entanto, graças ao home office, me percebi saudosa de um jeito diferente. Carente de caronas.

Nenhum vínculo entre seres humanos será íntimo o bastante sem uma experiência a dois ou a três (sem preconceitos: cada um sabe da sua lotação) num cubículo sobre rodas. Engarrafou? O ar pifou? Sinal abriu, mas o motorista da frente está tirando uma selfie? Eis o chassi da classe média. O resto é magnata mauriçola chegando para reunião de helicóptero.

Assento de carona deveria ser espaço reservado para gentilezas, mas costuma ser ocupado pela falta delas. Gente que atende o celular e passa o trajeto inteiro conversando com outra pessoa. Ou que não contribui com o valor do pedágio. Ora, por mais que tenhamos o suficiente na carteira, apreciaríamos o oferecimento. Até mesmo para retribuir o gesto, de forma altruísta e grandiosa. "Puxa, você é legal. Pode comer biscoito, sim. Pode encher de farelos o carro que eu lavei ontem."

Mais do que conduzir alguém a um ponto, dar carona é se abrir para o mundo —inclusive quando ninguém consegue saltar por conta da trava de criança. É pegar o caminho de sempre na mão invertida, tendo com quem compartilhar o pequeno deslumbramento de um ponto de vista diferente. E sobretudo perceber a intimidade com que seu rádio já reconhece o bluetooth da criatura que embarca precisando abrir o coração e ouvir umas sofrências.

Aliás, quantas conversas só acontecem durante longas ou frequentes caronas. Quantos segredos revelados. "Tem chiclete?". A partir daí, são beijos consentidos. Convites para subir. Quando você nota, a pessoa já abriu seu porta-luvas e virou a chave da sua vida. Precisou nem fazer sinal com o polegar, no meio da rua.

Sim, talvez tenha chegado a hora de vender meu carro. Deixar essa quilometragem para trás. Ou talvez minha bolsa. Meu casaco. E tudo mais que decerto esquecerei largado, pegando agora carona com os outros.

Marcelo Martinez

|DOM. Ricardo Araújo Pereira |SEG. Bia Braune |**TER. Manuela Cantuária** |QUA. Gregorio Duvivier |QUI. Flávia Boggio |SEX. Renato Terra |SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

William Waack entrevista na CNN candidatos à Presidência

WW Especial – Presidenciáveis
CNN Brasil, 20h e 22h, livre
O jornalista William Waack comanda esta nova atração, em que irá entrevistar ao vivo os principais candidatos à Presidência da República. A convidada da estreia é Simone Tebet (MDB). Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está previsto para terça (30), e Jair Bolsonaro (PL), para quarta (31), mas nenhum dos dois confirmou presença até a conclusão desta edição. Ciro Gomes (PDT) irá na quinta (1º/9). O programa é reprisado às 22 horas.

Lançamento de 'Todas as Letras'
YouTube da Academia Brasileira de Letras, 17h
Na sede da ABL, no Rio, Gilberto Gil conversa ao vivo com Carlos Rennó, organizador do livro com todas as canções compostas pelo baiano, que ganha agora nova edição pela Companhia das Letras.

Pacto Brutal: O Assassinato de Daniella Perez
Warner Channel, 21h30,
O canal exibe o primeiro episódio da minissérie documental sobre a morte da atriz, em 1992. O TNT Séries faz o mesmo no dia 3 de setembro, às 22 horas. Os seis episódios estão disponíveis na HBO Max.

Roda Viva
Cultura, 22h, livre
Pela primeira vez, o economista e ex-ministro da Fazenda Pedro Malan é sabatinado pelo programa. Um dos criadores do Plano Real, ele analisa os desafios econômicos que o Brasil enfrenta neste momento.

Segredos no Reino de Jeová
A&E, 22h30, 14 anos
Nesta minissérie jornalística, quatro ex-integrantes das Testemunhas de Jeová relatam casos de abuso sexual que sofreram enquanto foram adeptos dessa associação religiosa.

O Mistério da Fazenda Blind Frog
Discovery, 23h, e Discovery+, 10 anos
Este reality documental acompanha o fazendeiro Duane Ollinger em busca de tesouros escondidos em suas terras no estado americano de Utah.

Arcanjo Renegado
Globo, 23h05, 18 anos
A emissora exibe em sequência os dois primeiros episódios da segunda temporada da série policial, que recém-estreou no Globoplay.

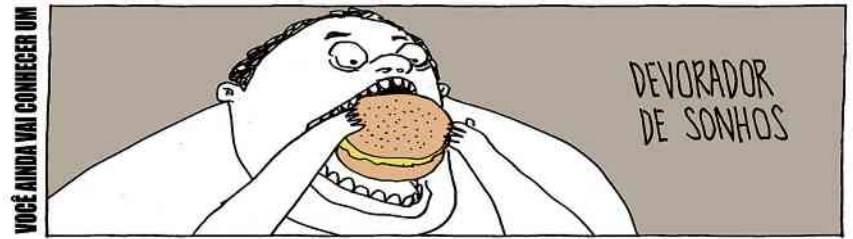
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

					8			3
	1							
	8		9		1	6		4
		8		9		1		7
7	2						8	6
5		1		2		4		
1		2	3		4		7	
							4	
9			5					

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	9	5	2	4	8	7	1	3
4	1	3	7	5	6	8	9	2
2	8	7	9	3	1	6	5	4
3	4	8	6	9	5	1	2	7
7	2	9	4	1	3	5	8	6
5	6	1	8	2	7	4	3	9
1	5	2	3	6	4	9	7	8
8	3	6	1	7	9	2	4	5
9	7	4	5	8	2	3	6	1

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Patrulha de acompanhamento para proteção de coisas ou pessoas **2.** Desprovido de / Pó para copiadoras e impressoras **3.** Torquato Neto (1944-1972), poeta e compositor piauiense / Manco **4.** Uma forma de abreviar o nome do segundo mês do ano / Serviço de Proteção ao Crédito **5.** Reprimir a espontaneidade de outrem / Lulu Santos, músico **6.** A articulação entre o braço e o antebraço **7.** Caráter do que é dito de viva voz, não por escrito **8.** Trabalho de intérprete **9.** Quociente Intelectual / Lugar sossegado **10.** Uma conexão do computador / (Red.) Parque para rinocerontes, tigres e macacos **11.** Peixe também chamado albacora / (Eletrôn.) Abreviatura de frequência intermediária **12.** (Quím.) Elemento usado em células fotelétricas, pesticidas etc. / Ponto de Venda **13.** Exagero.

VERTICAIS
1. Aquele que é rígido, firme em seus princípios / Animal carnívoro de focinho alongado e cauda comprida **2.** Abreviatura (em português) do Senegal / Do Amapá ou do Amazonas **3.** Em música, dó menor / Olhar com atenção / Um pote para chá **4.** Saracotear / Mistura **5.** As iniciais do escritor russo Tolstói (1828-1910) / Qualidade daquilo que é brilhante, luminoso / (Sigla) Ondas Curtas **6.** (Psiq.) A sigla de Transtorno Obsessivo-Compulsivo, distúrbio mental / Quebra-molas **7.** O passar do tempo / Famoso time italiano de futebol, da capital do país / Pete Sampras, um dos melhores tenistas da história **8.** Estourar / (Net) Fim de semana **9.** Famosa marca de calçados / Que corrói.

HORIZONTAIS: 1. Escolta, **2.** Sem, Toner, **3.** TN, Coxo, **4.** Fev, SPC, **5.** Inibir, LS, **6.** Cotovelo, **7.** Oralidade, **8.** Traduzir, **9.** QI, Retiro, **10.** Usb, Zoo, **11.** Atum, Fi, **12.** Tálio, PDV, **13.** Excesso.
VERTICAIS: 1. Estoico, Quati, **2.** Sen, Nortista, **3.** Cm, Fitar, Bule, **4.** Rebolar, Mix, **5.** LT, Vividez, OC, **6.** TOC, Redutor, **7.** Anos, Lazio, PS, **8.** Explodir, Fds, **9.** Crocs, Erosivo.

Ricardo Cammarota

Autismo hype

Sofrimento humano se transformou numa tendência de comportamento

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

O conceito de tendência de comportamento não pode ser confundido com moda de comportamento. Esta, quando alçada à condição de tendência —conceito de vocação sociológica que transcende a alma mesquinha do marketing—, confunde fetiches de riquinhos —como salvar crianças na Nigéria num sabático ou pedir demissão de empregos porque não encontram "propósitos"— com movimentos sociais não feitos para consumo imediato de nichos afluentes, apesar de movimentar o mercado de bens e gestos. Toda tendência de comportamento tem vocação a se tornar commodity.

Uma tendência atual que merece a nossa atenção é a do autismo como moda de comportamento hype. "O autismo tá bombando!" Ouvi essa frase outro dia de um profissional na área. Como o que ontem era um diagnóstico psicopatológico se transformou numa tendência de estilo de vida hype?

Atenção para o componente altamente irônico da seguinte afirmação: agora todo mundo quer ter um filho autista. Talvez hoje valha mais do que um filho trans no mercado das vanguardas de comportamento. Como um sofrimento humano gigantesco pode se transformar numa commodity hype de comportamento?

A série coreana "Uma Advogada Extraordinária", da Netflix, ilustra esse fenômeno. Sinopse básica: brilhante advogada autista, com inteligência muito acima da média e capacidade de memória monstruosa, sofre com dificuldades de relacionamento.

A sinopse acima ilustra claramente a fetichização do sofrimento de uma psicopatologia. Inteligência e memória de gênio, traços com grande vocação a ferramenta de alto valor de mercado no capitalismo contemporâneo focado em "conhecimento" —com aspas sim—, apontam para a tendência de fazer do autismo um "plus" com qualidades cognitivas invejáveis.

O filme "O Contador", com Ben Affleck, já fazia de um autista um assassino profissional, e contador, como ninguém. Ali já aparecia a grande qualidade autista para o mercado de bens e gestos: ser focado.

Nossa advogada brilhante sofre com dificuldades de relacionamento. Alguém poderia dizer, com propriedade, quem hoje não sofre com dificuldade de relacionamento?

Tal tipo de dificuldade pode ser o preço a pagar para você ser um gênio, não? Além do fato que relacionamentos somam menos ao modelo de sucesso no século 21 do que inteligência e memória somam ao mercado de trabalho.

A suspeita de que altas qualidades cognitivas podem caminhar passo a passo com dificuldades afetivas no mundo já existia com relação à melancolia. Do ponto de vista do melancólico, só pessoas superficiais seriam alegres.

A questão é que a melancolia caiu de moda porque ela não oferece qualidades cognitivas que agregam valor ao "capitalismo de conhecimento" —com aspas sim, porque a expressão é miserável e não deve ser confundida com valor do conhecimento real— que marca o século 21.

O novo autista é um comportamento filho da diversidade psíquica, não vítima de um drama ambiental familiar gravíssimo. O sofrimento dos familiares, claro, tende a abraçar o autismo hype como forma de investimento na autoestima do grupo. Esse salto qualitativo anima o mercado da saúde mental de modo promissor.

Num evento de profissionais de saúde mental recente no Brasil, uma psicanalista, seguindo a teoria de D.W. Winnicott (1896-1971), segundo a qual podemos entender o autismo como consequência do incômodo materno radical com a criança indesejada, fazendo do ambiente afetivamente hostil um espaço do qual a criança deve se isolar de modo radical —o conhecido isolamento autista—, quase foi apedrejada como uma herege maldita. Qual o pecado dessa teoria?

O pecado está no fato de ela apontar para o ambiente destrutivo —inclusive sendo a mãe parte essencial dessa destrutividade— como causa essencial do autismo. Isso é imperdoável para uma sociedade que elegeu o otimismo como virtude cívica. O autismo deve ser cada vez mais uma personalidade positiva que oferece um bem fundamental para o mundo do trabalho: ser focado. O autista real, que você tem em casa, deve ser trocado pela advogada extraordinária.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

A estudante Isabella Monteiro, 26, que entrou no curso de história da Unifesp pelo sistema de cotas Zanone Fraissat/Folhapress

Sob revisão, sistema dá provas de manter qualidade do ensino

Cotistas chegam a ter notas superiores às dos demais alunos no Enade, diz relatório do governo, que segue sem se manifestar sobre possíveis mudanças

inclusão

➲ Cotas viram motivo de orgulho para alunos p. 3

avaliação

➲ Escolas orientam comitês contra fraude p. 4

Folhapress

A LEI EM IMAGENS
O ator, diretor e artista plástico Abdias do Nascimento, que, em 1983, durante seu mandato como deputado, propôs projeto de ação afirmativa voltada aos negros

Medida aumentou inclusão e preservou qualidade do ensino, afirma governo

Relatório de órgão vinculado ao Ministério da Economia reúne evidências positivas da Lei de Cotas

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A lei que reserva vagas nas instituições federais de ensino superior para alunos de escola pública, negros, indígenas e pessoas de baixa renda completa neste mês dez anos de implementação com um acúmulo de evidências positivas. O mais novo estudo nesse sentido vem do próprio governo Jair Bolsonaro (PL), refratário a políticas de ação afirmativa.

Um relatório do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, publicado neste mês, mostra evidências de que a Lei de Cotas, de 2012, gerou maior inclusão na universidade e não houve impactos negativos no desempenho dos alunos.

Em outras palavras: a chegada de mais jovens negros e pobres nos cursos superiores públicos —em proporção mais próxima ao retrato da sociedade, que financia as instituições de ensino— não prejudicou a qualidade das instituições. Os dados contrariam os temores que dominavam vários setores, inclusive da imprensa, na época em que a medida foi implementada.

O percentual de ingressantes de baixa renda (com renda per capita até 1,5 salário mínimo) nas instituições públicas de educação superior passou de 50%, em 2011, para 70% em 2019, aproximando-se da proporção observada na população. Para os estudantes pretos, pardos e indígenas em universidades federais, a fatia entre os ingressantes foi de 42% para 51% (variação superior ao aumento dessa população).

Também nas federais, os alunos de escolas públicas passaram de 50,4% entre os ingressantes em 2011 para 64,8% em 2019, de acordo com o amplo relatório elaborado pelo governo. O levantamento, que trata não apenas das cotas, mas de toda a rede federal de ensino superior, foi produzido por integrantes de órgãos como a CGU (Controladoria Geral da União), a Secretaria do Tesouro Nacional e o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O estudo também avaliou o desempenho de cotistas e não cotistas, ao comparar notas de ingresso, no Enem, com o Enade (avaliação federal aplicada a formandos). A conclusão, que surge alinhada a outros estudos, mostra que, embora cotistas ingressem com notas no Enem 2% a 8% inferiores aos não cotistas, esse "gap inicial" não afeta o seu desempenho.

"A nota média de cotistas no Enade é próxima ou até superior à dos demais alunos, e as taxas de conclusão de curso são semelhantes (exceto para cotistas de baixa renda, que evadem mais)", afirma um dos trechos do documento. "Por consequência, a excelência acadêmica das IES [Instituições de Ensino Superior] envolvidas parece ter sido preservada", continua o texto.

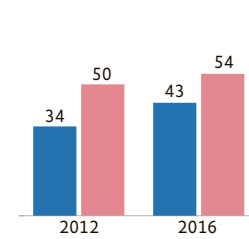
A lei que reserva vagas nas universidades federais demorou mais de dez anos para ser aprovada no Congresso. Foram decisivos para o avanço, além de forte mobilização de movimentos negros e de direito à educação, uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a constitucionalidade da medida, de abril de 2012, e empenho da bancada do governo Dilma Rousseff (PT) para as votações na Câmara e no Senado.

Até então já havia algumas experiências isoladas de cotas no país. A primeira universidade de grande porte a reservar vagas foi a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), em 2003. No mesmo ano, a UnB (Universidade de Brasília) seria a primeira a destinar cotas raciais.

Levantamento da **Folha** feito em 2012 apurou que havia 52.190 vagas reservadas a cotistas nas universidades federais, de um total de 244.263. Mas foi com a Lei de Cotas, sancionada em 29 de agosto daquele ano, que a política passou a valer para todos os cursos e turnos na totalidade de institutos e universidades federais ligadas ao MEC (Ministério da Educação).

Foi estipulado que metade das vagas deveriam ser ocupadas por estudantes de escola pública, com reservas de vagas para pretos, pardos e indígenas (de acordo com proporção de cada estado) e para estudantes de famílias que tivessem renda de até um salário mínimo e meio per capita.

A implementação foi progressiva, com início em 2013. Só em 2016 essa disposição foi alcançada de maneira ampla.

"Desde 2013 já se consegue enxergar mudanças, em magnitude menor, mas já uma quebra de tendência", explica o pesquisador Adriano Senkevics. Doutor pela USP (Universidade de São Paulo), Senkevics tem se debruçado sobre o tema e produziu estudos, com a também pesquisadora Ursula Mello, que identificaram resultados e impactos da política ao longo dos anos. Seus trabalhos também são citados no relatório do governo.

"A lei se propõe a reservar vagas para ingressantes, e isso tem sido eficaz. A evolução é nítida", afirma Senkevics, que ressalta a necessidade de criação de bases mais sólidas para avaliar o desempenho dos alunos em nível nacional. O Enade, por exemplo, é aplicado em ciclos de três anos para um grupo de cursos.

Na USP, que passou a reservar vagas a partir de 2018, a diferença de notas entre cotistas e não cotistas é pequena e cai ao longo do curso, segundo pesquisa concluída neste ano.

Por ser estadual, a USP não tinha obrigação de se adequar à lei e foi a última grande universidade do país a reservar vagas. Isso ocorreu após um histórico de rejeição interna, sob argumento de haveria piora da qualidade.

A professora Rosana Heringer, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), diz que todos os posicionamentos contrários às cotas se ancoravam mais em convicções do que em números. "A partir de 2016, com o primeiro ciclo de cotistas se formando, temos dados empíricos, com informações palpáveis e resultados mais incontestáveis".

Heringer coordenou, com Denise Carreira, da Ação Educativa, a pesquisa "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro: avanços e desafios futuros". Entre outros achados, concluiu-se que o grupo que registrou a maior variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas foi o de negros de escola pública e de baixa renda: alta de 205% entre 2013 e 2109.

A lei prevê possibilidade de revisão do programa de acesso neste ano, uma década após seu início. Foram apresentadas nesta legislatura na Câmara 19 projetos sobre a Lei de Cotas, segundo o Observatório do Legislativo Brasileiro. Dessas, nove são favoráveis, uma é neutra e nove são contrárias, segundo o órgão. Tal disputa está centrada na manutenção ou eliminação do recorte racial.

Os números são importantes, diz Heringer, mas a principal transformação é dentro da sala de aula. "Ter alunos negros em cursos seletivos, nas universidades mais seletivas é, sem dúvida, a maior evidência de sucesso das cotas", diz. "A diferença que a lei faz é ter cotistas negros da escola pública em cursos como medicina, ter aqueles corpos, ter aquelas pessoas nas salas."

Por causa do calendário eleitoral, há expectativa de que essa revisão seja adiada no Congresso. Até agora, o governo Bolsonaro não se envolveu com o tema. O MEC foi questionado, mas não respondeu.

Nos documentos que integram o estudo do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas há uma nota técnica da pasta. A única menção às cotas fala de um suposto desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, sem mais detalhes.

O Ministério da Economia afirmou, em nota, que o "relatório de avaliação não externa a posição oficial do Governo Federal sobre determinada política pública". A função, diz o comunicado, é fornecer recomendações.

No quadro de sugestões, só há itens para ampliação da política. Entre as ideias está a proposta de uma maior reserva de vagas para alunos de baixa renda, guardada a proporcionalidade de cada estado, e a possibilidade de candidatos elegíveis às cotas disputarem também a seleção de ampla concorrência.

Em 2021, 8.700 alunos reprovados para cotas poderiam ter sido aprovados nas vagas da ampla concorrência, diz o estudo o governo. A **Folha** havia mostrado o problema em maio deste ano.

Evidências

Ação afirmativa iniciada em 2012 alterou retrato da universidade

Evolução de matrículas do ensino superior por categoria administrativa

Fontes: Relatório de Avaliação Rede Federal de Universidades, Ciclo 2021 - CMAPP, Ministério da Economia/ SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? / Inep

O então presidente Fernando Henrique Cardoso durante evento para debater ações afirmativas, em 1995

Reprodução

Alunos da UnB, primeira federal a adotar cotas no país, em 2004

Sergio Lima - 12.abr.2004/Folhapress

Antes vistas com desconfiança, cotas viram motivo de orgulho em 10 anos

No início, estudantes chegavam a esconder que tinham sido beneficiados por política afirmativa

Isabela Palhares

SÃO PAULO Então recém-formado no ensino médio em uma escola pública de Belo Horizonte, Pedro Luís Santos ouviu no fim de 2012 de um professor do cursinho popular que frequentava que deveria tentar uma vaga nas universidades federais do país por meio das cotas raciais.

"Respondi que não. Disse que queria entrar por mérito. Só ouvia comentários negativos sobre cotas. Diziam que cotistas iriam entrar sem preparo e diminuir a qualidade da universidade", conta Santos, que na época tinha 18 anos.

Depois de conversas com o professor, o jovem, que se classifica como preto, mudou de ideia. "Ele me fez ver que não era demérito, mas compensação pelas dificuldades que tinha tido para estudar", diz. Santos se formou em história na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e hoje é professor na capital mineira.

Naquele mesmo ano, as cotas raciais foram sancionadas pela então presidente Dilma Rousseff (PT) para todas as universidades federais. Na época, a política foi questionada sob o argumento de que feria a igualdade de acesso à educação e poderia aumentar a tensão racial no país.

Também havia os que defendiam que as cotas colocariam na universidade estudantes sem o preparo necessário, que desistiriam dos cursos.

Santos conta que colegas evitavam falar que eram cotistas por receio de serem vistos como menos merecedores de estarem na universidade.

"Nos primeiros meses, tinha medo que me perguntassem se tinha entrado por cotas, como se isso tirasse meu mérito. Depois entendi que era motivo de orgulho. Hoje, vejo que meus alunos concorrem às vagas pelas cotas sem medo de discriminação", afirma ele.

Dez anos depois da sanção presidencial, evidências mostram que cotistas têm desempenho similar a não cotistas e abandonam menos os cursos.

Atualmente as cotas raciais são apoiadas por metade da população, segundo pesquisa Datafolha de junho —34% são contra. A prática foi ampliada e hoje está não só nas federais, mas também em instituições estaduais e particulares.

"Havia uma espécie de negacionismo sobre a desigualdade racial. Quanto mais as pessoas foram beneficiadas, mais difícil foi negar o resultado positivo", diz Flavio Carvalhaes, professor de sociologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Loise Lorena, 27, fez psicologia e trabalha em grupo de pesquisa sobre a saúde mental da população negra Eduardo Anizelli/Folhapress

> Sei que antes havia quem dissesse que as cotas eram um problema, mas hoje parece ser diferente. Mesmo quem não é cotista defende as cotas e questiona quando entra em uma sala sem negros
>
> **Alejandro Guerrero, 22**
> estudante de letras da UFRGS

Loise Lorena, 27, entrou em psicologia na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) em 2014. A instituição foi a primeira do país a adotar cotas raciais, ainda em 2003. Ela conta que, apesar disso, negros ainda eram minoria.

Loise diz não ter sido discriminada na universidade, mas lembra de uma professora que perguntou quem era cotista. "Ela não explicou o motivo da pergunta e ninguém teve coragem de questionar."

Para ela, a ausência de negros não se restringe só a estudantes, mas ao corpo docente, a autores e a referências dos currículos. Ela avalia que lentamente isso começa a mudar por causa das cotas.

"Nossa presença foi crescendo. Foi só quando cheguei ao estágio em psicologia social que percebi estar num grupo formado por uma maioria negra. Hoje trabalhamos para a saúde mental da população negra, o que só foi possível por estarmos lá", diz Lorena, doutoranda na área.

A advogada Roberta Machado, 25, também avalia que a maior pluralidade começa a tornar a universidade mais acessível. Ela se mudou de São Paulo para o Rio em 2016 para cursar direito na UFRJ.

"Fui a primeira da família a entrar em universidade pública. Minha mãe me deixou no Rio com uma cartela de ovos, um pacote de pão e um de arroz. Foi o que ela conseguiu."

Roberta teve que trabalhar durante toda a faculdade e, por isso, não conseguia participar de atividades de pesquisa ou extensão. "Só consegui no último ano, num grupo coordenado por um professor negro. Ele entendeu a dificuldade que eu tinha e foi flexível com horários", afirma.

De 70 alunos da turma, havia 5 negros. Roberta diz que tinha dificuldade para se relacionar com os demais colegas.

"Eles falavam sobre viagens e eu nunca tinha nem viajado. Não sabia como era a roupa adequada para ir à faculdade porque não conhecia ninguém que tinha feito direito. Mas, ao longo dos anos, o ambiente foi mudando, com a entrada de mais pessoas como eu."

Alejandro Guerrero, 22, entrou em letras na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em julho deste ano por cotas raciais e conta nunca ter ouvido questionamentos à política.

"Sei que antes havia quem dissesse que as cotas eram um problema, mas hoje parece ser diferente. Mesmo quem não é cotista defende as cotas e questiona quando entra em uma sala sem negros", diz.

Para Guerrero, assim como para pesquisadores, o fortalecimento da política de cotas depende de ações para a permanência estudantil.

"A grande dificuldade hoje para mim é continuar na universidade, porque os auxílios não são o suficiente. Meu sonho era entrar aqui, ter que sair por falta de dinheiro seria meu pior pesadelo", afirma.

Cronologia da lei

Projeto de ação afirmativa (1983) O então deputado Abdias do Nascimento (1914-2011) propõe projeto de ação afirmativa voltada à população negra

Marcha para Zumbi (1995) Reagindo a um ato organizado pelo movimento negro chamado de Marcha para Zumbi, o governo FHC realiza em 1996 um evento para discutir ações afirmativas no Brasil

Lei fluminense (2000) A Alerj aprova lei que reserva metade das vagas das universidades para estudantes de escolas públicas. Um ano depois, nova lei determina que 40% dessas vagas devem ser destinadas a autodeclarados negros e pardos

Compromisso de adoção (2001) Na Conferência de Durban, realizada na África do Sul, o Brasil se compromete a adotar ações afirmativas. A primeira lei de cotas é aprovada no Rio

Primeiro vestibular com cotas (2003) A Uerj realiza o primeiro vestibular com cotas

Primeira federal a adotar medida (2004) A UnB é a primeira universidade federal a adotar cotas

Manifesto contra cotas (2006) Manifesto contra a política de cotas reúne a assinatura de 114 artistas, intelectuais e políticos e incendeia o debate no país

Supremo decide a favor das cotas (2011) STF recebe ação contra as cotas e realiza audiências públicas; em abril do ano seguinte, decide, por unanimidade, pela sua constitucionalidade

Aprovação da lei (2012) É aprovada a Lei Federal de Cotas, em 29 de agosto

Inclusão de pessoas com deficiência (2016) Pessoas com deficiência são incluídas na política

USP adota cotas (2018) Universidade passa a usar o critério para entrada de alunos

Dez anos da lei (2022) Lei de Cotas completa dez anos; o texto previa revisão após uma década de implementação, mas, até o momento, o governo federal não apresentou nenhuma proposta

Sérgio Lima - 25.abr.06/Folhapress

A LEI EM IMAGENS 2 Seguranças tentam conter estudantes favoráveis às cotas, durante confusão no Salão Verde da Câmara

Escolas treinam profissionais contra fraudes

Membros de comitês são preparados para avaliar traços físicos de candidatos que se autodeclaram negros e pardos

Matheus Rocha

SÃO PAULO Confrontadas por denúncias de fraudes no sistema de cotas e por reivindicações dos movimentos negros, universidades públicas decidiram criar bancas para avaliar a autodeclaração dos candidatos, na qual o aluno diz ser preto ou pardo para ter direito a ações afirmativas.

Em alguns casos, as instituições promovem até cursos e oficinas para capacitar os avaliadores para a identificação.

Essas comissões realizam a chamada heteroidentificação, ou seja, processo em que a identificação racial é feita por outras pessoas, não apenas pela declaração dos estudantes. É isso que faz a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) desde o primeiro semestre de 2020.

A medida foi implementada após a instituição receber denúncias de que pessoas brancas haviam feito uso indevido das cotas raciais. Em 2019, criou primeiro uma comissão para avaliar 428 notificações.

Em um segundo momento, estabeleceu a comissão de heteroidentificação para atuar de forma preventiva e descobrir possíveis fraudes antes de a matrícula ser feita. A UFRJ diz que, com isso, as denúncias praticamente zeraram.

Coordenadora da Câmara de Políticas Raciais e da comissão de heteroidentificação da UFRJ, Denise Góes diz que a banca que avalia os cotistas é composta por três membros da comunidade universitária, isto é, professores, alunos ou técnicos. A composição tem diversidade de gênero e raça.

Os membros se reúnem de forma presencial com o estudante, que lê na frente do grupo uma declaração explicando por que se considera negro.

Para que a autodeclaração seja aceita, é preciso haver uma decisão unânime. O resultado costuma sair em cerca de 15 minutos. Em caso de dúvida, o candidato é encaminhado a uma comissão de recursos, com cinco membros.

A dúvida, diz Góes, acontece em geral na análise de pardos. Para encarar essas situações, os avaliadores precisam frequentar um curso sobre temas como etnia, interseccionalidade e racismo brasileiro.

"Não é simplesmente sentar numa cadeira e dizer quem é branco, preto e pardo. É entender os mecanismos da sociedade em relação ao racismo, à exclusão e à desigualdade."

Outra instituição que aposta em cursos para formar avaliadores é a UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora).

Diretor de ações afirmativas da instituição, Julvan Moreira de Oliveira diz que os membros da comissão precisam acompanhar um curso de 20 horas sobre questão racial. Segundo ele, a universidade também ministra oficinas onde os avaliadores fazem exercícios para identificar diferentes grupos. O pesquisador acrescenta que denúncias de fraude caíram após a instalação da comissão, em 2019.

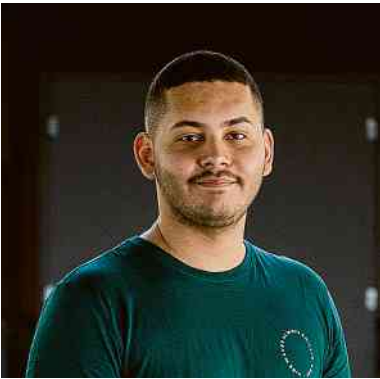
UFRJ e UFJF usam como critério de avaliação o fenótipo, ou seja, características físicas como cabelo, cor da pele e formato do nariz e da boca.

Nesse caso, o que está em questão é saber se o estudante é percebido pela sociedade como negro em razão de sua aparência. Nessa identificação, pouco importa o parentesco do candidato.

Continua na pág. 5

Veja depoimentos de estudantes que ingressaram na universidade em diferentes épocas e áreas

Eduardo Anizelli/Folhapress

NELSON MORALLE, 60 Advogado, formado na primeira turma com cotas da UFRJ, em 2018. É coordenador nacional da Federação Nacional das Associações Quilombolas

'SEM A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EU NÃO TERIA TERMINADO MEU CURSO'

Me formei em 2018 em direito na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). No próximo ano defenderei minha tese de mestrado, denominada "Direitos autorais na cultura popular dos povos tradicionais", que curso na mesma universidade desde 2020.

Eu me tornei universitário aos 50 anos. Fui um dos alunos que ingressaram na UFRJ em 2013, primeiro ano da lei de cotas raciais.

Fui criado em uma comunidade quilombola em São Roque (interior de São Paulo) e fui analfabeto até os 35. Mesmo sem saber ler e escrever atuava como uma das lideranças do quilombo, colaborando para a implantação do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Lá tinha um alto índice de analfabetismo.

A escola mais próxima era a 27 km. Imagina andar 54 km para estudar.

Diante da resistência de membros da comunidade em frequentar as aulas, decidi eu mesmo fazer a matrícula. Com o tempo, incentivado pelos professores, tirei o certificado do ensino médio. Prestei vestibular em 2012 e, no ano seguinte, entrei na UFRJ.

Não há igualdade na disputa por uma vaga com pessoas que se preparam a vida inteira. Por isso, as cotas são a maior ação afirmativa para equilibrar esse distanciamento.

Fiquei em sétimo lugar na classificação geral e, pelo sistema de cotas, na primeira colocação. Teria conseguido a vaga de qualquer forma, porém sem a política de permanência estudantil não teria finalizado o curso. A luta agora é pela permanência desses alunos nas universidades. Morei no alojamento de estudantes, fazia as refeições no bandejão e usava o ônibus circular para me locomover.

Me mudei para o Rio e não tinha ninguém a quem recorrer. Esse apoio foi essencial, mas é necessário ampliar essa política, porque não há vagas para todos.

Hoje, tenho um escritório e atuo nas áreas civil, do consumidor e previdenciária. Parte das causas, defendo gratuitamente.

Zanone Fraissat/Folhapress

DAVID ALLAN FRANÇA, 23 Estudante de engenharia de produção na Escola Politécnica da USP, é o primeiro da família a entrar para a universidade

'A LEI JÁ FEZ MUITA DIFERENÇA, MAS AINDA É DIFÍCIL ENCONTRAR NEGROS NA ENGENHARIA'

Estudei a vida inteira em escola pública e entrei com cotas raciais e sociais no curso de engenharia de produção da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), em 2018. Minha formatura será no primeiro semestre de 2023.

A Poli é um ambiente majoritariamente branco, é muito difícil encontrar alunos negros por aqui. Mas tenho uma percepção pessoal que, desde 2019, vem crescendo a presença de homens e mulheres negras na engenharia.

Para mim, as cotas fizeram diferença e têm grande importância. É uma forma de reparar um histórico de falta de oportunidades do povo negro e reduzir a desigualdade, porque nem todos partiram do mesmo ponto.

Sou o primeiro da família a entrar para a universidade, inclusive pública, e reconheço o esforço deles para que eu pudesse estudar. A minha mãe é doméstica e tem o ensino fundamental incompleto, mas fez de tudo para que eu pudesse me dedicar apenas aos estudos. Por ter vindo de escola pública, conheço muitas pessoas que não tiveram essa chance, tinham que trabalhar também.

Por causa desse apoio familiar, pode ser que eu tivesse entrado sem as cotas, mas é difícil saber.

Moro com minha mãe. Tenho dois irmãos por parte de pai. Ele é encarregado em uma madeireira e completou o ensino fundamental. Apesar de serem separados, meus pais têm o maior orgulho de eu estar na universidade.

Minha mãe conta para todo mundo que faço engenharia. Quando fala que estudo na USP algumas pessoas ficam surpresas. E meu pai me incentiva a continuar estudando e a dar o meu melhor, mesmo com as dificuldades do curso, para conseguir me formar porque um curso de engenharia não é nem um pouco fácil.

Fiz um estágio em uma instituição bancária. Agora, pretendo me formar, procurar emprego em consultoria e no mercado financeiro, além de continuar estudando.

Zanone Fraissat/Folhapress

ISABELLA MONTEIRO, 26 Estudante de história na Unifesp de Guarulhos (Grande SP) e professora da rede estadual de ensino

'QUERO INCENTIVAR MEUS ALUNOS A NÃO PARAR OS ESTUDOS E TENTAR ENTRAR NA FACULDADE'

Em 2018, comecei a cursar história na Unifesp de Guarulhos (Grande SP) por meio da política de cotas. A conclusão do curso está prevista para o próximo ano. Morava em Americana (interior de São Paulo) com a minha família, mas, há quatro anos, me mudei para uma república de estudantes.

Recebo R$ 400 por mês de uma bolsa de pesquisa na universidade, valor insuficiente para me manter.

Tenho um irmão que estuda medicina na Unesp de Botucatu e também entrou por cotas. Então, nossos pais fazem o que podem para nos manter estudando, sempre priorizaram isso, mostrando o quanto a educação é importante.

No início deste ano, comecei a dar aulas na rede estadual no bairro Pimentas [periferia de Guarulhos], onde tento incentivar os alunos a não parar os estudos.

Sempre fui de escola pública e acredito nesse espaço. É hora de retribuir. Na sala de aula pergunto se querem fazer universidade e muitos acham impossível fazer um curso superior, dizem que nem tentarão. Explico sobre a lei de cotas, falo sobre as possibilidades e os incentivo a tentar.

As cotas fizeram com que mais pessoas negras entrassem para o ensino superior. Antes de entrar na Unifesp, fiz um tecnólogo de dois anos de fotografia em uma faculdade privada com bolsa do Prouni (Programa Universidade para Todos). A minha ideia é trabalhar futuramente com fotografia e história, porque acredito que, através da fotografia, também estamos contando história.

Na faculdade de fotografia eu não tinha colegas negros. Hoje, mesmo que ainda seja algo tímido, vejo mais pessoas negras nas salas e nos corredores. Faço parte da coordenação do NNUG (Núcleo Negro Unifesp Guarulhos), que acolhe e apoia os alunos negros.

Sei como são importantes esses grupos, porque, desde novinha, participava com a minha mãe do coletivo O Negro, de Americana, e a luta é contínua, porque ainda há muito conservadorismo.

Senadores durante sessão da CCJ em que foi votado projeto que instituía cotas em universidades públicas federais
Ailton de Freitas - 6.jun.12/Agência O Globo

Manifestantes em ato na avenida Paulista, em SP, a favor de cotas na USP
Rogério Padula - 24.jun.16/Futurapress/Folhapress

Continuação da pág. 4

Se ele se declara negro porque sua mãe é desse grupo, mas ele não é visto dessa maneira pelas pessoas, a tendência é que a autodeclaração seja indeferida.

Autora do livro "Racismo Brasileiro: Uma História da Formação do País" (Todavia), Ynaê Lopes dos Santos afirma que pessoas negras no Brasil sofrem racismo em razão de seus traços físicos, motivo pelo qual o fenótipo é o principal critério para verificar a autodeclaração. "Aqui, o preconceito é de marca e não de origem."

Preconceito de origem, explica ela, é aquele contra qualquer pessoa com ascendência africana, mesmo que tenha traços considerados brancos. Esse tipo de discriminação prevaleceu nos Estados Unidos, enquanto no Brasil o racismo é baseado sobretudo em traços físicos.

"Nossa história é de quanto menos eu parecer negro, melhor, o que não impede o pardo de sofrer violência. A polícia não para só preto retinto. Os agentes de opressão sabem bem quem é preto."

Professora do Departamento de História da UnB (Universidade de Brasília), Mariléa de Almeida diz que as bancas de verificação racial são respaldadas por um amplo arcabouço legal.

Um desses dispositivos é a ação declaratória de constitucionalidade 41, na qual o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, em 2017, ser constitucional o uso da heteroidentificação para evitar fraudes nas cotas em concursos públicos.

Arquivo pessoal

LAÍS GONÇALVES MOREIRA, 23
Natural de Caratinga (MG), cursa o último semestre de medicina na Unesp, em Botucatu (interior de SP)

'AS COTAS PERMITEM QUE JOVENS MARGINALIZADOS SONHEM CHEGAR AONDE EU ESTOU HOJE'

Vou me formar em medicina em novembro pela Unesp (Universidade Estadual Paulista), em Botucatu (interior de São Paulo).
Apesar de enxergar alguns avanços, ainda me sinto minoria. Já me perguntei onde estão as jovens da periferia onde eu cresci.
Estar em ambientes elitizados faz com que eu não me sinta representada. Olho para os corredores do hospital e os funcionários da limpeza e de atendimento ao público são os que mais se parecem comigo. Não vejo chefes, médicos ou professores negros.
Por isso, o sistema de cotas é uma medida temporária e eficiente em um país que presenciou mais de quatro séculos de escravidão e marginalização de grande parte da população. Essa marginalização persiste, com muitos jovens de periferia tendo que abandonar os estudos cedo para trabalhar.
Se esses jovens têm acesso ao ensino superior de qualidade, eles promovem informação, há uma mudança de contextos sociais e outros tantos jovens podem sonhar para estar neste ambiente que estou hoje. Criei um canal no YouTube para dar dicas para o vestibular.
Sou de Caratinga, Minas Gerais, a 1.000 km de Botucatu. Para me manter durante o curso, recebo um auxílio permanência estudantil da universidade no valor de R$ 400. Me senti acolhida e acredito que esse programa deva ser expandido para que mais alunos em condições difíceis possam concluir o sonho de se formar. Mesmo assim, é necessário que meus pais se esforcem para me ajudar.
Quando penso no preconceito que existe em relação às cotas imagino que essas pessoas vieram de situações de privilégio e desconhecem o que o sistema propiciou.
Acredito que passamos por um retrocesso com a falta de investimento na educação e ainda estamos longe de abandonar as cotas. É preciso incentivar a educação brasileira em todos os níveis.

Depoimentos a **Havolene Valinhos**

Brasil serve de molde para países melhorarem sistemas

Estimativa mostra que um quarto das nações adota medidas em universidades

Pedro Lovisi

Países que adotam ações afirmativas no ensino superior

Um quarto dos países adota ações afirmativas

Porcentagem de países com ações afirmativas, por continente

Fontes: Affirmative Action Matters; creating opportunities for students around the world, de Laura Jenkins e Michele Moses

SÃO PAULO Estima-se que 1 em cada 4 países do mundo tenha ações afirmativas na admissão de estudantes no ensino superior, de diferentes formas.

Analistas ouvidos pela reportagem veem dificuldades para a realização de levantamentos abrangentes com esse escopo devido à falta de consenso sobre o que pode entrar nessa categoria e como se dá a aplicação na prática.

Os Estados Unidos, por exemplo, começaram a adotar ações afirmativas em 1965, mas 13 anos depois a Justiça proibiu a implementação de cotas raciais em processos seletivos, alegando que o instrumento seria discriminatório.

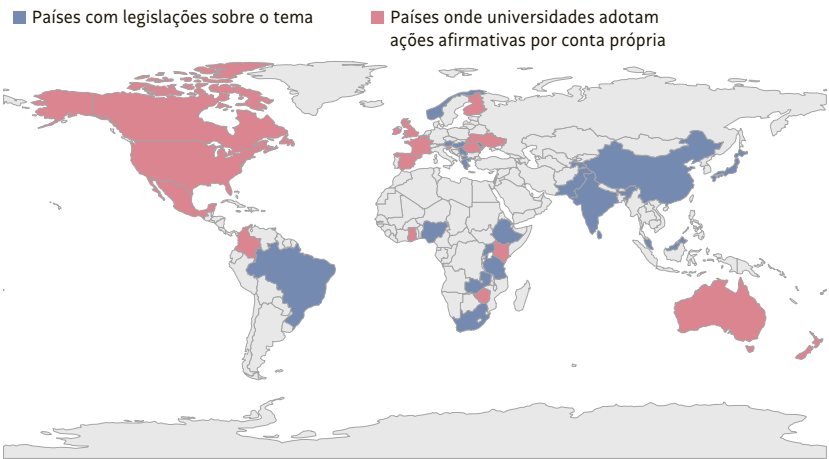
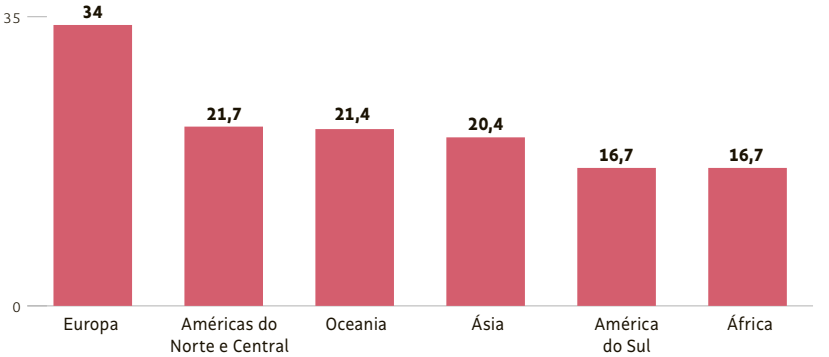
Hoje, centros públicos e privados de vários estados têm tipos diferentes de políticas de inclusão, mas sem usar cotas ou bônus em notas nas provas.

Como no Brasil, a discussão no país também é aquecida pela polarização política. A Suprema Corte americana —de decisões recentes de grande repercussão, como a que reverteu o entendimento sobre o direito ao aborto— pode decidir ainda neste ano pelo fim de ações afirmativas raciais em universidades que recebem fundos do governo.

O caso chegou ao tribunal em janeiro, quando descendentes de asiáticos acusaram as universidades Harvard e da Carolina do Norte (UNC, na sigla em inglês) de preterilos em detrimento de negros. Com a maioria conservadora do colegiado, analistas veem como mais provável a rejeição às medidas, o que poderia gerar um efeito cascata.

Hoje, cada estado americano tem autonomia para decidir sobre o tema e, até dentro de uma mesma região, as regras podem ser diferentes entre instituições públicas e privadas. Esse nível de autonomia impede um monitoramento abrangente do modelo aplicado pelo país.

Para Erich Dietrich, professor da Universidade de Nova York, os EUA podem aprender com o Brasil nesse sentido. Ele explica, por exemplo, que as escolas americanas não costumam divulgar listas com o nome dos candidatos selecionados a partir de critérios raciais, o que impede o acompanhamento da trajetória acadêmica desses estudantes. "O Brasil tem muito mais dados e transparência."

"A política está funcionando bem e não muda apenas as universidades, mas a sociedade. Comparando, espero que possamos fazer melhor nos EUA", acrescenta.

O problema se dá também na África do Sul, que tem um sistema semelhante ao dos americanos. Desde 1997 —três anos após o fim do apartheid—, a legislação do país determina que as universidades públicas reparem desigualdades do passado.

Ao contrário do Brasil, o governo não estipula métodos e metas para atingir essa compensação, e as instituições adotam os próprios critérios.

Ainda assim, Teboho Moja, professora da Universidade do Cabo Ocidental, diz que as ações na África do Sul foram capazes de mudar a aparência das universidades. "Elas não são como um sistema de cotas, nós segmentamos grupos específicos e removemos obstáculos. Quando dois alunos têm a mesma nota, o escolhido tende a ser aquele que veio de grupos marginalizados."

Instituições historicamente brancas, diz, hoje têm maioria de estudantes negros, que são quase 80% da população.

Mas há grupos contrários a ações afirmativas. O mais famoso deles é o partido de direita Freedom Front Plus, que considera o sistema de seleção racista. Seu líder, Pieter Groenewald, diz que o número de graduados negros é alto e que o modelo já é descartável.

Pesquisa de 2014 das professoras Laura Jenkins (Universidade de Cincinnati) e Michele Moses (Universidade do Colorado), ambas nos EUA, apontou que 23% dos países têm algum tipo de ação em processos seletivos para o ensino superior —pouco menos da metade tem legislação sobre o tema, a exemplo do Brasil.

Na comparação proporcional, a Europa é o continente que mais adota ações afirmativas, seguido por América do Norte, América Central, Oceania e Ásia. A explicação, apontam as pesquisadoras, passa pelo nível de desenvolvimento econômico.

Nações europeias têm índices altos de educação básica e, portanto, podem focar mais o ensino superior —situação oposta à da África. Pesa também a capacidade organizacional de grupos minoritários para reivindicar legislações.

Na Índia, medidas com base em castas foram adotadas em 1950, pouco após a independência. Mas só a partir de 2008 cotas em universidades foram inseridas na Constituição. Hoje, 50% das vagas são reservadas a grupos desprivilegiados e a pessoas pobres.

"Houve protestos pesados durante toda a trajetória de cotas na Índia. Pessoas fizeram greve de fome e até colocaram fogo no próprio corpo", explica Luiz Campos, coordenador do Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Anna Carolina Venturini, 34

É doutora em ciência política pela Uerj, coordenadora do Obaap (Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação) e pós-doutoranda na USP (Universidade de São Paulo); atua como pesquisadora no Afro-Cebrap e já foi pesquisadora visitante na Universidade Harvard

Eduardo Anizelli/Folhapress

Anna Carolina Venturini

População negra ainda vai precisar de cotas raciais por muito tempo

Pesquisadora do Afro-Cebrap afirma que chegar ao ensino superior depende também de acesso a saúde, habitação, comida e transporte desde a infância

Victoria Damasceno

SÃO PAULO O dia em que as cotas raciais não serão mais necessárias para garantir o acesso da população negra ao ensino superior está distante. Isso porque, apesar do êxito da política, a renúncia ao sistema exigiria mudança estrutural.

A opinião é de Anna Venturini, coordenadora do Obaap (Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação) e doutora em ciências políticas. "Não depende só do acesso ao ensino superior. Isso ajuda, mas temos que pensar em uma série de outros fatores."

A pesquisadora afirma que o acesso a educação, saúde, habitação, comida e transporte desde a infância influencia o desempenho escolar e, consequentemente, o acesso à universidade.

Dados do IBGE divulgados em 2020 mostraram que pretos e pardos eram 71,7% dos jovens brasileiros entre 14 e 29 anos que não completaram a educação básica.

A mesma pesquisa mostrou que a taxa de analfabetismo é quase três vezes maior entre negros quando comparados com brancos. "Nossas desigualdades afetam todos os setores", afirma.

*

Sabemos que as cotas foram criadas para tentar equiparar desigualdades de oportunidades. Por que as cotas sociais não são suficientes? Historicamente, foi uma luta do movimento negro para que as cotas fossem raciais, para que beneficiassem estudantes pretos, pardos e indígenas.

No Brasil, existe um argumento de que as desigualdades no país são de classe, são sociais, e não raciais. Mas nas décadas de 1970, 1980, foram feitos vários estudos mostrando que a desigualdade no país tinha um fator racial importante, que, mesmo olhando pessoas da mesma classe, a raça ainda fazia com que elas tivessem menos chances de mobilidade social ascendente.

Pretos e pardos tinham níveis de mobilidade parecidos e tinham menos chances do que pessoas brancas. Mas o argumento de que deveríamos ter uma cota só social foi rebatido porque foram feitos estudos e experimentos mostrando que somente com a cota social os estudantes pretos e pardos não iriam entrar [nas universidades].

Parte do movimento negro defende que o passo seguinte deve ser aplicar as cotas raciais a despeito da realidade financeira da pessoa. A sra. concorda com isso? Acho que o modelo que temos, por ser uma subcota, faz com que a representatividade dos negros nas universidades seja abaixo da representatividade no estado.

Mas acho que o principal argumento, a principal ideia é a questão da desigualdade racial. Mesmo esses estudantes que estão em escolas privadas e têm uma renda acima da média enfrentam uma série de barreiras na sociedade por conta do racismo.

Não seria uma contradição que um aluno negro estudante das melhores escolas de São Paulo possa acessar uma universidade pública por meio das cotas? Depende. Tem alunos que estudaram em escolas de ponta e estão lá com bolsas, por meio de projetos sociais, que têm um perfil muito semelhante aos estudantes de escolas públicas. E tem o estudante que estuda nessa escola privada, mas mora ali do lado. Ele tem acesso a saúde, alimentação adequada. Tudo isso afeta o desenvolvimento educacional.

Pensando em uma escola privada, eu não veria problema porque eu acredito que essa situação representa um percentual muito baixo, eu não sei se afetaria essa distribuição. Se existisse [cota para esses alunos], teria que ser uma distribuição separada para que esses estudantes de escolas privadas não prejudiquem o acesso dos estudantes de escola pública.

A Lei de Cotas faz dez anos nesta segunda. Segundo o texto, deveria ser revisada neste prazo. Mas ouvimos dizer que o ideal é não revisá-la para não haver risco de restringi-la. A sra. concorda com isso? Eu concordo. Eu sou uma das pessoas que acham que a revisão poderia ser prejudicial. A lei não tem prazo de validade, passando segunda continuará válida e vigente, não muda nada.

Isso por vários fatores. A gente tem um Congresso que não me parece ser favorável às cotas com recorte étnico-racial, pelo contrário, tem vários parlamentares que já se posicionaram contra e apresentaram projetos de lei para mudar a Lei de Cotas e tornar a cota só social. O governo federal também não é favorável a esse tipo de política. Ele já se manifestou contra políticas com recorte étnico-racial argumentando que não existe preconceito étnico-racial no país, que as desigualdades são sociais.

Haverá um momento em que a população negra, indígena e de baixa renda não precisará de políticas de ação afirmativa? Eu queria muito conseguir ver isso, mas vai demorar. Não depende só do ensino superior, não é só darmos acesso ao ensino superior. Isso já ajuda muito, mas temos que pensar em uma série de outros fatores.

Não podemos deixar a educação básica de lado, o acesso ao ensino superior depende da qualidade da educação básica, para que todos os grupos, todas as pessoas, independentemente da região onde moram, sejam ricas ou pobres, tenham acesso à educação de qualidade. Precisamos pensar em segurança alimentar. Temos crianças que vão para escola e fazem a única refeição lá. Então esse também é um fator que influencia o rendimento escolar.

Tem a questão da saúde. Tem a questão da violência, segurança pública. Uma criança que vive em local de alto índice de violência não vai render igual uma criança que vive em um local tranquilo, que não há uma operação policial.

As nossas desigualdades afetam todos os setores, e o acesso ao ensino superior depende de todo um histórico por trás. É um ciclo que depende de uma série de fatores. Eu acredito que ainda vai demorar um tempo.

Paulo Cruz, 47

Formou-se em processamento de dados e em filosofia e é mestre em ciência da religião pela Metodista de SP. Colunista do jornal Gazeta do Povo, do Paraná, anfitrião do Noir Podcast e professor, desde 2014, de filosofia e sociologia

Reprodução/Facebook

Paulo Cruz

É sadismo comemorar dez anos da política às custas do ensino básico

Para educador, celebração é 'vitória de Pirro', ações afirmativas não trouxeram ganho real ao Brasil e cotas mascaram verdadeiros problemas educacionais do país

Jairo Marques

SÃO PAULO Ele já foi chamado de "capitão do mato" nas redes sociais por sua postura crítica em relação ao sistema de cotas raciais, mas diz que não se sente acuado pelo barulho em relação aos seus posicionamentos.

Defende o direito de ter valores conservadores e de pensar diferente. Formado em filosofia, professor, anfitrião de podcast e colunista de jornal, Paulo Cruz, 47, não comemora os feitos da política afirmativa para pessoas negras, o que chama de "vitória de Pirro".

Diz que não é possível atribuir somente às cotas a maior presença de negros nas universidades e que o sistema mascara o real problema desta população, que estaria na educação básica.

Cruz, que tem um filho adolescente, seu aluno em uma escola particular, diz que não sabe o que ele pensa sobre cotas. "Mas, se quiser optar pelo sistema, eu não sou contra, não. Se existe, é para ser usado."

*

O sr. diz que é preciso priorizar o ensino básico antes de falar em cotas, mas o acesso é diferente. Pessoas negras mal entravam nas universidades públicas, não? Qualquer pessoa pobre no Brasil tem dificuldade de acessar uma universidade. Os negros chegavam ao ensino superior já mais velhos, depois de conseguirem um emprego e terem uma vida mais organizada e espaço para estudar. Encontravam-se menos negros nas públicas, mas eles estavam nas particulares. Todo mundo sem condições de sair do ensino médio e entrar numa faculdade, porque precisa trabalhar, tem a mesma complicação para acessar o ensino superior que o negro.

Mas a cota não tornou mais justo o acesso? Em alguma medida, sim, mas uma série de questões precisam ser analisadas na efetividade do sistema. Não foram só as cotas que melhoraram o acesso. São dez anos de mudanças sociais, de aumento na autodeclaração, de mais vagas disponíveis. Há um apagão estatístico no Brasil que torna complicado dizer que só a cota foi responsável por mudanças.

O sr. fala que falta preparo para os negros estarem na universidade e isso se reflete em formandos com dificuldades no mercado de trabalho. Há pesquisas que mostram o contrário. Educação é um conjunto formativo de longo prazo que ultrapassa o aspecto técnico do aprendizado. Ir à escola não significa somente aprender português e matemática. A formação de uma pessoa depende de fatores estruturais e de valores. Uma escola deficiente oferece esse conjunto de forma deficiente e fará falta à pessoa lá na frente. Nunca achei dado que mostre a evasão dos cotistas por dificuldade de acompanhar o curso, mas esse contingente existe.

Quem consegue vencer e sair da faculdade vai enfrentar, no mercado de trabalho, o sujeito que saiu do colégio particular e teve muito mais oportunidades, então é preciso outra política afirmativa para empregar o negro. O problema vai sendo empurrado.

Mas não é preciso fazer alguma coisa, independentemente do estágio, para diminuir as exclusões? O problema de origem, o problema real, é o ensino básico. A cota mascara isso. Não vejo movimentos organizados brigando pelo ensino básico. Comemora-se dez anos de cotas, dizem que é um sistema efetivo, mas quando se olha para o ensino básico público, a tragédia é absoluta. A realidade é que pouquíssimos alunos vislumbram chegar a uma universidade, vão parar no meio do caminho. É uma elite que vai para o ensino superior. Com mais vagas, talvez nem fosse preciso de cotas para esse grupo entrar.

O sr. já chamou de sádico quem defende cotas. Na USP, por exemplo, o perfil dos alunos mudou drasticamente em algumas faculdades. Sadismo não é excluir pessoas? Comemorar o sucesso das cotas é comemorar a vitória de Pirro [alcançada a um custo elevado, com prejuízos]. O conjunto da sociedade, nos últimos dez anos, ganhou e perdeu o quê? Estamos discutindo hoje os mesmos problemas de uma década atrás: racismo, pobreza, falta de representatividade do negro nos cargos de chefia. Com cota ou sem cota, a situação é a mesma.

Estão comemorando algo às custas do abandono do ensino básico. Isso é sadismo. Como professor, vejo o que está acontecendo, não vou comemorar. Cada vez há menos crianças com condições de pensar em chegar a uma universidade e acessar uma cota. Talvez tenhamos um passo, mas ainda é pouco para dizer que funciona. Não há nenhum ganho real para o país.

Qual seria um sistema justo, que daria equidade à diversidade? Toda cota provisória se torna permanente. É assim no mundo todo. Há uma incapacidade de calcular a efetividade dessas políticas afirmativas. Há muita propaganda envolvida. Negros faziam faculdade antes das cotas. O gargalo é o ensino básico. Também seria importante voltar a olhar para o ensino técnico. Não adianta termos mais negros formados no Largo de São Francisco [direito, na USP] se isso não irá se refletir em mais acesso ao trabalho.

É contrário a outras políticas de cotas? Social, para pessoas com deficiência, para pessoas trans? São coisas diferentes. Cada grupo tem suas demandas, seus contextos, suas histórias.

O pensamento do sr. está alinhado ao pensamento do presidente Bolsonaro em relação a políticas afirmativas? Pelo amor de Deus [risos]. Nem sei o que ele pensa sobre isso. Imagino que ele pense que racismo não exista. Sou crítico ao governo. Sou crítico às cotas, mas provavelmente não pelos mesmos motivos dele.